



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

DANILO DE LONGHI TESSARO

**A NECRÓPOLE COMO LUGAR DE MEMÓRIA:  
CRESCIMENTO URBANO, POLÍTICAS PÚBLICAS EM  
TORNO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL CENTRAL E A  
PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA DE ROLÂNDIA, PARANÁ  
(2011-2023)**

---

Londrina  
2024

DANILO DE LONGHI TESSARO

**A NECRÓPOLE COMO LUGAR DE MEMÓRIA:  
CRESCIMENTO URBANO, POLÍTICAS PÚBLICAS EM  
TORNO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL CENTRAL E A  
PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA DE ROLÂNDIA, PARANÁ  
(2011-2023)**

Dissertação de mestrado apresentado ao programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Richard Golçaves André

Londrina  
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Tessaro, Danilo de Longhi.

A Necrópole como Lugar de Memória : Crescimento urbano, políticas públicas em torno do Cemitério Municipal Central e a preservação da história de Rolândia, Paraná (2011-2023) / Danilo de Longhi Tessaro. - Londrina, 2024. 228 f. : il.

Orientador: Richard Gonçalves André .

Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2024.

Inclui bibliografia.

1. Rolândia, Paraná - Tese. 2. Cemitérios - Tese. 3. Cultura Material - Sepulturas - Tese. 4. Patrimônio Histórico - Tese. I. André, Richard Gonçalves. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

CDU 93

DANILO DE LONGHI TESSARO

**A NECRÓPOLE COMO LUGAR DE MEMÓRIA:  
CRESCIMENTO URBANO, POLÍTICAS PÚBLICAS EM  
TORNO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL CENTRAL E A  
PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA DE ROLÂNDIA, PARANÁ  
(2011-2023)**

Dissertação de mestrado apresentado ao programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Richard Golçalves André  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Marco Antônio Neves Soares  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Profa. Dra. Maristela Carneiro  
Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT

Londrina, 18 de abril de 2024.

## **Agradecimentos**

Agradeço primeiramente à minha mãe, Célia Maria de Longhi, a qual não mediu esforços para que eu pudesse estudar em uma universidade pública. Uma mulher guerreira e batalhadora que, mesmo em suas dificuldades, pode dar o melhor de si para me ajudar durante esses anos de muito estudo. Meu agradecimento a ela é mais que especial e faltariam palavras para descrever os sentimentos que tenho por ela. Seu papel de provedora foi além ao me ajudar com as crises de ansiedade me levando e buscando na universidade por mais de oito meses, impedindo que eu desistisse de uma formação superior. Sem a ajuda dessa mulher, principalmente nos momentos mais difíceis, certamente teria desistido. Aqui deixo meu carinho especial por essa pessoa que tenho o prazer de chamar de Mãe.

Outras pessoas também foram de suma importância nesta jornada de minha vida, como amigos e professores. Destaco aqui meu amigo e orientador, o professor Richard Gonçalves André, que iluminou meus pensamentos com dicas e indicações para a consumação deste projeto. Agradeço também ao professor Marco Antônio Soares que, por meio do seu livro sobre identidades judaicas em Rolândia, o qual tive a oportunidade de ler no verão de 2015, me serviu de inspiração para as reflexões aqui apresentadas. Sua participação na minha banca de TCC também foi essencial para a continuação desta pesquisa sobre cemitérios. Além do professor Marco Antônio, que participou também da banca de qualificação, estendo os agradecimentos ao professor Wander de Lara Proença que, igualmente, compôs a comissão avaliadora durante esse momento.

Aqui também deixo meu carinho ao meu primo Diego Saggiorato, que sempre esteve ao meu lado nos momentos difíceis, me amparando nos dias que a solidão me derrubava. Que muitas pessoas possam ter aquela pessoa que temos o prazer de chamar de irmão. Obrigado!

Também não posso me esquecer daquela pessoa que esteve ao meu lado durante os últimos meses, minha namorada, Thayná Victoria Feitosa Silva. Obrigado pelos manuscritos que me ajudou a passar a limpo, pelas caminhadas no cemitério, por escutar minhas ideias e explicações. Me faltam palavras para descrever o quanto seu apoio foi importante e me fez continuar seguindo em meio às crises de ansiedade. Muito obrigado! Espero que continuemos seguindo juntos, um ajudando o outro.

Todas essas pessoas aqui elencadas foram e são especiais de alguma forma e contribuíram tanto para minha formação profissional quanto pessoal. A todos vocês é que dedico esse trabalho. Vocês fazem parte disso!

*“Os mortos não mais deveriam envenenar os vivos, e os vivos deviam testemunhar aos mortos, através de um verdadeiro culto leigo, sua veneração. Os túmulos tornavam-se o signo de sua presença para além da morte.*

*[...] Era uma resposta a afeição dos sobreviventes e a recente repugnância em aceitar o desaparecimento do ente querido.*

*Apegavam-se a seus restos” [...]*

**(Phillippe Ariès)**

TESSARO, Danilo de Longhi. **A Necrópole como lugar de memória: o crescimento urbano e as políticas públicas em torno do Cemitério Municipal Central e a preservação da história de Rolândia, Paraná (2011-2023).** 2024. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2024.

## Resumo

O objetivo da dissertação é compreender como um cemitério pode ser utilizado para analisar a história de uma cidade ou região. Para isso, o recorte espaço-temporal utilizado é o Cemitério Municipal Central (São Pedro) do município de Rolândia, localizado na região Norte do Estado do Paraná, entre os anos de 2011 e 2023, período de maior ênfase da política de remoção de sepulturas consideradas abandonadas pela administração local. Como fonte utilizaremos os túmulos que fotografamos das quadras mais antigas do cemitério, que foram confeccionadas entre 1936, ano do primeiro sepultamento, até meados da década de 1980, período esse em que os túmulos foram construídos com maior número de adereços e continham diversos elementos simbólicos, estéticos, arquitetônicos, religiosos, étnicos e culturais. Para a consumação da pesquisa, recorreremos ao levantamento historiográfico sobre o surgimento dos cemitérios seculares no século XIX e sua adoção no Brasil. Como aporte teórico, utilizamos os conceitos de monumento (Choay e Le Goff); memória (Pollak); patrimônio histórico (Funari, Pelegrini e Coelho); e de representação e apropriação (Chartier). Como metodologia, recorreremos às propostas de Comunalle sobre formas de inventário de um cemitério. Serão apresentados os dados que obtivemos com o inventário realizado, onde falaremos um pouco sobre cada categoria que selecionamos durante a pesquisa. Ao final, serão propostos procedimentos para a conservação desses locais e de seus túmulos mais relevantes, esses que podem ser usados para pensarmos a história do município a partir de seu cemitério.

**Palavras Chave:** Rolândia. Cultura Material. Cemitérios. Sepulturas. Patrimônio Histórico.

TESSARO, Danilo de Longhi. **The Necropolis as a place of memory: urban growth and public policies around the Central Municipal Cemetery and the preservation of the history of Rolândia, Paraná (2011-2023).** 2024. Dissertation (Master's in Social History) – State University of Londrina, Londrina. 2024.

## **Abstract**

The objective of the dissertation is to understand how a cemetery can be used to analyze the history of a city or region. For this, the space-time cut used is the Central Municipal Cemetery (São Pedro) in the municipality of Rolândia, located in the North region of the State of Paraná, between the years 2011 and 2023, a period of greater emphasis on the grave removal policy considered abandoned by the local administration. As a source we will use the tombs that we photographed in the oldest blocks of the cemetery, which were made between 1936, the year of the first burial, until the mid-1980s, a period in which the tombs were built with a greater number of accessories and contained various symbolic, aesthetic, architectural, religious, ethnic and cultural elements. To complete the research, we resorted to a historiographical survey on the emergence of secular cemeteries in the 19th century and their adoption in Brazil. As a theoretical contribution, we use the concepts of monument (Choay and Le Goff); memory (Pollak); historical heritage (Funari, Pelegrini and Coelho); and of representation and appropriation (Chartier). As a methodology, we used Comunalle's proposals on forms of inventory of a cemetery. The data we obtained from the inventory carried out will be presented, where we will talk a little about each category we selected during the research. At the end, procedures will be proposed for the conservation of these sites and their most relevant tombs, which may be important for us to think about the history of the municipality from its cemetery.

**Keywords:** Rolândia. Material Culture. Cemeteries. Graves. Historic Heritage.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Aviso colocado pela administração sobre túmulos abandonados. ....	59
<b>Figura 2</b> – Espaço vertical para novos sepultamentos construído em 2021 .....	63
<b>Figura 3</b> – Espaço vertical para novos sepultamentos em 2023 .....	64
<b>Figura 4</b> – Túmulo de Rudolf Klumpp em 2021 .....	65
<b>Figura 5</b> – Túmulo de Rudolf Klumpp com a marcação em X em 2023 .....	66
<b>Figura 6</b> – Túmulo abandonado e em pior estado de conservação em 2023 .....	68
<b>Figura 7</b> – Terrenos abandonados no cemitério serão revertidos para o Município de Umuarama .....	78
<b>Figura 8</b> – Detalhe da placa de aviso no cemitério Municipal de Umuarama .....	79
<b>Figura 9</b> – Túmulo pintado delimitando as laterais (Amélia Carvalho; 1886-1950) ..	99
<b>Figura 10</b> – Túmulo pintado delimitando as laterais (Sebastião de Jesus).....	99
<b>Figura 11</b> – Túmulo de concreto pintado (Dino Simiero; 1896-1966).....	100
<b>Figura 12</b> – Túmulo de concreto pintado (Casal Tozette).....	100
<b>Figura 13</b> – Túmulo Budista marcado com X pela administração do cemitério em 2017 .....	107
<b>Figura 14</b> – Novo sepultamento com túmulo em construção em 2020 .....	108
<b>Figura 15</b> – Novo túmulo com resquícios do antigo ao lado em 2020.....	108
<b>Figura 16</b> – Túmulo de Kanen Fukuta (1905-1950) marcado pela administração em 2020 .....	113
<b>Figura 17</b> – Detalhe da estátua de Jesus Cristo no túmulo de Kanen Fukuta (1905-1950).....	114
<b>Figura 18</b> – Detalhe da lápide do túmulo de Kanen Fukuta (1905-1950).....	115
<b>Figura 19</b> – Túmulos do casal Lonardoni .....	124
<b>Figura 20</b> – Túmulo de Luiza Otaviano Lonardoni (1882-1958) .....	125
<b>Figura 21</b> – Túmulo de Pio Lonardoni (1877-1958) .....	127
<b>Figura 22</b> – Jazigo antigo da família João de Paula em 2020 .....	131
<b>Figura 23</b> – Interior do jazigo da família João de Paula .....	133
<b>Figura 24</b> – Jazigo reformado da família João de Paula em 2022 .....	134
<b>Figura 25</b> – Detalhe da lápide do novo jazigo da família João de Paula em 2022 .	135
<b>Figura 26</b> – Jazigo Capela da família Leonardi em 2021 .....	137
<b>Figura 27</b> – Detalhe do altar no jazigo do casal Leonardi.....	138
<b>Figura 28</b> – Detalhe do interior do jazigo do casal Leonardi.....	139

<b>Figura 29</b> – Novo jazigo da família Leonardi em 2022.....	140
<b>Figura 30</b> – Túmulo de Alemão no Cemitério de Rolândia .....	153
<b>Figura 31</b> – Detalhe dos escritos em alemão.....	153
<b>Figura 32</b> – Túmulo de Alemão.....	153
<b>Figura 33</b> – Detalhe dos escritos em alemão.....	153
<b>Figura 34</b> – Túmulo da família Tomimatsu .....	154
<b>Figura 35</b> – Ihai.....	156
<b>Figura 36</b> – Butsudan pertencente a Harumi Fuzzi.....	156
<b>Figura 37</b> – Túmulo Budista no Cemitério de Rolândia em 2017 .....	157
<b>Figura 38</b> – Túmulo Budista com uma Cruz banhada em bronze no Cemitério de Rolândia em 2021 .....	157
<b>Figura 39</b> – Detalhes dos ícones internos em túmulo sincrético no Cemitério de Rolândia.....	161
<b>Figura 40</b> – Túmulo sincrético no Cemitério de Rolândia .....	162
<b>Figura 41</b> – Detalhe da Cruz de madeira em Túmulo sincrético no Cemitério de Rolândia.....	162
<b>Figura 42</b> – Detalhe da Nossa Senhora Aparecida na homenagem a Regina Umebara .....	163
<b>Figura 43</b> – Jazigo Capela da Família Canônico.....	166
<b>Figura 44</b> – Interior do Jazigo Capela da Família Canônico.....	167
<b>Figura 45</b> – Jazigo Capela da Família Canônico.....	167
<b>Figura 46</b> – Estátua de Santo Antônio.....	167
<b>Figura 47</b> – Jazigo Capela da família Garcia Aranega.....	169
<b>Figura 48</b> – Interior do jazigo Capela da família Garcia Aranega.....	170
<b>Figura 49</b> – Detalhe da pintura de Nossa Senhora Aparecida.....	170
<b>Figura 50</b> – Jazigo da família Manoel Carreira Bernardino.....	173
<b>Figura 51</b> – Detalhe da estátua de Nossa Senhora de Fátima no jazigo da família Manoel Carreira Bernardino.....	174
<b>Figura 52</b> – Jazigo da Família Nahim Adas.....	177
<b>Figura 53</b> – Detalhe da estátua feminina que chora em frente ao túmulo da Família Nahim Adas.....	178
<b>Figura 54</b> – Jazigo da família Benvenuto Gazzi .....	180

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1</b> – Planta do Perímetro Urbano da Colônia Roland (1934).....	46
<b>Mapa 2</b> – Planta do Cemitério Municipal com a localização dos espaços utilizados para sepultamentos entre 2014 a 2017.....	58
<b>Mapa 3</b> – Planta do Cemitério Municipal com a localização das Carneias construídas em 2021.....	62
<b>Mapa 4</b> – Planta de Rolândia – Cia de Terras Norte do Paraná (1948).....	80
<b>Mapa 5</b> – Detalhe do cemitério na Planta de Rolândia - Cia de Terras Norte do Paraná (1948).....	81
<b>Mapa 6</b> – Planta do Cemitério Municipal com detalhes das ruas.....	81
<b>Mapa 7</b> – Mapa com a localização das principais sepulturas do Cemitério Municipal Central de Rolândia.....	182

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Notificação Cemitério Municipal (2019) .....	61
<b>Tabela 2</b> – Notificação Cemitério Municipal (2019) .....	61
<b>Tabela 3</b> – Dados obtidos com o Inventário do Cemitério Municipal Central de Rolândia.....	102

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ACMR** – Administração de Cemitérios do Município de Rolândia

**AEIC** – Área Especial de Interesse Cultural

**ANAP** – Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas

**CF/88** – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

**CMNP** – Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná

**CNRC** – Centro Nacional de Referência Cultural

**CONAMA** – Conselho Nacional do Meio Ambiente

**CTNP** – Companhia de Terras do Norte do Paraná

**IAP** – Instituto Ambiental do Paraná

**IBAPE** – Instituto Brasileiro de Avaliação e Perícias de Engenharia de São Paulo

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IPARDES** – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

**IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Brasileiro

**NDPH** – Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (UEL)

**PHC** – Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas

**PNMA** – Política Nacional do Meio Ambiente

**SPHAN** – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Brasileiro

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
1. – Objetivos .....	15
2. – Situação problema e o recorte espaço-temporal.....	16
3. – Aporte teórico-metodológico .....	20
4. – Estrutura textual.....	32
<b>1. SURGIMENTO DOS CEMITÉRIOS SECULARES NO SÉCULO XIX: UMA QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA E A RESISTÊNCIA POPULAR.....</b>	<b>34</b>
1.1 – Uma questão de saúde pública.....	34
1.2 – Cemitérios seculares no Segundo Reinado .....	38
<b>2. UMA HISTÓRIA EM DESTRUIÇÃO: O PROBLEMA DA FALTA DE ESPAÇO NO CEMITÉRIO SÃO PEDRO.....</b>	<b>44</b>
2.1 – Cemitério Municipal Central de Rolândia .....	44
2.2 – Cemitério Parque das Hortênsias .....	54
2.3 – O Problema da Falta de Espaços e a Solução adotada .....	58
2.4 – Metodologia de Inventário para Cemitérios .....	75
<b>3. PATRIMÔNIO EM RISCO: O INVENTÁRIO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL CENTRAL E A DESTRUIÇÃO DE SEU ACERVO MATERIAL .....</b>	<b>94</b>
3.1 – Inventário do Cemitério Municipal Central de Rolândia .....	94
3.2 – Dados obtidos.....	102
3.3 – Túmulos Marcados com X.....	105
3.4 – Túmulos Abandonados .....	119
3.5 – Túmulos Reformados .....	129
<b>4. A MORTE REVELA VIDA NO CEMITÉRIO: ANÁLISE DAS SEPULTURAS DE RELEVÂNCIA HISTÓRICA PARA O MUNICÍPIO .....</b>	<b>143</b>
4.1 – Por quê preservar? Uma questão ambiental e cultural.....	143
4.2 - Cemitério como representação de uma Cidade.....	150
4.3 – Jazigos em formato de Capela .....	164
4.4 – Túmulos com estátuas .....	171
<b>5. PROPOSTAS DE PRESERVAÇÃO .....</b>	<b>184</b>
5.1 - Criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Brasileiro .....	184
5.2 – Conceito de Meio Ambiente Cultural na Constituição Federal de 1988 .....	187
5.3 – Processo de Tombamento e as alternativas Educacionais .....	194
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>203</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>206</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>221</b>

## INTRODUÇÃO

A iniciativa para esta pesquisa partiu do resultado do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em janeiro de 2019, intitulado “Identidade Nipônica em Rolândia (Paraná). Religião e etnicidade de nipo-brasileiros por meio da análise de túmulos no cemitério São Pedro (1930-1970)” na qual tentamos preencher uma lacuna na história do município de Rolândia, localizado no Norte do Paraná (Tessaro, 2019). A ideia inicial da pesquisa partiu de um questionamento pessoal sobre a história do município. Ao longo da minha trajetória de vida até então, aprendi que o município foi construído em torno da colonização alemã, sem ao menos estudar a participação de outras etnias. De fato, houve uma iniciativa alemã de criar uma colônia fora do território europeu, uma questão já solidificada pela historiografia regional<sup>1</sup>.

De certa forma, o ponto de partida da presente pesquisa de mestrado começou a partir das caminhadas reflexivas que fazia pelo cemitério municipal, na qual me deparava com túmulos de indivíduos de diversas outras etnias, umas das quais nem pensava que fazia parte da história da cidade. A partir disso, passei a ficar mais atento às políticas adotadas pela Secretaria de Cultura do município. Em uma breve análise, pude perceber que a maioria dos eventos financiados ou divulgados pela secretaria para a população tendem a dar mais visibilidade para a identidade alemã da cidade. Talvez o maior exemplo disso seja a *Oktoberfest*<sup>2</sup>. Ademais, um dos principais pontos turísticos do município é

---

<sup>1</sup> Os trabalhos de destaque sobre a colonização alemã de Rolândia são o de Marco Antônio das Neves Soares (2012) e de Herman Iark Oberdiek (2007).

<sup>2</sup> A *Oktoberfest* é uma festa de origem alemã que surgiu no início do século XIX, nos antigos Reinos Germânicos. Segundo Schwengber (2003, p. 218-219), ela tem início no ano de 1810, quando o Rei Ludwing da Bavária organizou uma grande festa em Munique para comemorar seu casamento. O sucesso da festa foi tão grande que a festa passou a ocorrer todos os anos. Atualmente se tornou uma das festas mais importantes e tradicionais da Alemanha. Rolândia, por ser uma cidade com a presença de descendentes alemães, começou a organizar a festividade no ano de 1988. A primeira edição foi organizada pela comunidade da Igreja Luterana de Rolândia, com a supervisão do Pastor Ravache. No ano de 1991, a organização do evento passou para as mãos do Poder Público e contava com a supervisão dos clubes de serviço como o Rotary, Clube Rolândia-Caviúna, Lions Clube e Maçonaria, realizando a festa nas dependências do Centro Esportivo Emilio Gomes. Até o ano de 2012, a festa era realizada em dez (10) dias consecutivos. Após isso, começou a ser realizada nos três (3) finais de semana do mês de outubro. A 30ª e última edição da festa foi realizada no ano de 2019, entre os dias 10 e 13 de outubro (PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, 2019). Em outubro de 2020, o Governador do Estado, Carlos Massa, sancionou a lei nº 20.340/2020, que insere a *Oktoberfest* de Rolândia no Calendário Oficial de Eventos do Paraná. O projeto de lei é do deputado estadual

a estrada do São Rafael, região a qual é conhecida pela forte presença de descendentes de alemães. O fato de ser um local muito visitado pelos turistas e pelos próprios moradores lhe garante uma atenção especial por parte do poder público.

## **1. – Objetivos**

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa é compreender como a destruição de túmulos de um cemitério pode afetar a história e a identidade cultural de uma cidade, especificamente o Cemitério Municipal Central (São Pedro), da cidade de Rolândia, no Norte do Paraná, entre os anos de 2011 a 2023.

A principal contribuição social que se planeja alcançar com a consumação dessa pesquisa é a de analisar e interpretar as diferentes identidades étnicas do município por meio das sepulturas mais antigas que encontramos no Cemitério Municipal Central, como uma forma de incentivar a preservação da cultura material desse espaço, seja incentivando o desenvolvimento de ações políticas (legislação municipal), seja de ações culturais (turismo). Assim, o objetivo seria o de trazer a comunidade para mais perto de seu próprio patrimônio cultural, criando laços de identificação entre o presente e o passado que contribuam para a preservação desse importantíssimo bem material para a história do município.

Do ponto de vista acadêmico, a presente pesquisa tem como função principal chamar a atenção de outros pesquisadores para a importância dos cemitérios em nossa sociedade. A partir do momento em que tomamos esses espaços como “lugares de memória” (Nora, 1993), nos quais, de uma maneira ou outra, a identidade dos mais variados grupos sociais de uma região está presente, temos o dever de protegê-los. Assim, como reflexo da sociedade que os compõem, os cemitérios são bens culturais relevantes do ponto de vista histórico. Por meio deles, podemos estudar e compreender a história de uma região, dos indivíduos e grupos étnicos que fizeram parte dela. Ou seja, pode-se reconstruir o passado de uma sociedade por meio de fragmentos, artefatos e

---

Cobra Repórter (PSD) e já havia sido aprovada na Câmara de Deputados (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, 2020).

símbolos encontrados em um cemitério. Portanto, qualquer tipo de ação que coloque em risco a integridade desses objetos pode ser nocivo para a história em geral.

Desta forma, consideramos que a cultura material presente nos cemitérios é de suma relevância para a história de um município ou de uma região, uma vez que, por meio dela, podemos analisar a história local e dos grupos que fazem parte dela. Como escreve Elaine Maria Tonini Bastianello (2010), “a diversidade de cultura material encontrada nos túmulos reforça a percepção de que o cemitério é um lugar de memória, pois ele guarda a memória individual e coletiva dos diversos grupos que participaram da formação de nossa sociedade” (Bastianello, 2010, p. 51).

## **2. – Situação problema e o recorte espaço-temporal**

Contudo, o Cemitério Municipal de Rolândia vem enfrentando sérios problemas para a preservação de sua história. Durante o período de consumação do meu Trabalho de Conclusão de Curso, ao fotografar as lápides de imigrantes e descendentes de japoneses, podemos perceber que o cemitério passava por sérios problemas. O mais relevante está relacionado aos problemas de falta de vagas para novos sepultamentos. Por isso, a Prefeitura adotou algumas medidas para solucionar o problema de falta de vagas. Devido à demora para a licitação do novo cemitério localizado na estrada da Pedreira no contorno Norte<sup>3</sup>, novas leis para túmulos abandonados foram tomadas. De acordo com a Lei Municipal nº 2399/94, Artigo 19, com alterações sofridas em 2001 (Redação dada pela Lei nº 2870/2001), fica a cargo da administração do cemitério notificar possíveis familiares de túmulos abandonados para que estes realizem reformas no prazo de 60 dias (ROLÂNDIA (PR), 1994, p. 5). Caso a família não realize tais reformas, as sepulturas serão demolidas e terão os corpos exumados para darem lugar a novos sepultamentos.

---

<sup>3</sup> Apesar de estar quase tudo pronto, o novo cemitério ainda não tem data definida para começar a funcionar. De acordo com o site da Prefeitura, ele ainda precisa passar por inspeções ambientais pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) para análise da qualidade da água para que saia a licitação para que as atividades funerárias iniciem (PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, 2018).

Dessa forma, muitos corpos estão sendo exumados e as sepulturas estão sendo destruídas. Desde 2012, podemos dizer que a cidade vem sofrendo uma perda de parte de sua história, visto que em sua maioria se trata de pessoas que fizeram parte dos anos iniciais do município<sup>4</sup>. Em contraponto, o outro cemitério da cidade, o da comunidade do São Rafael, aparenta estar conservado, sendo amplamente visitado todos os finais de semana. É considerado também um dos pontos turísticos da cidade devido à importância que a imigração alemã assumiu para a história do município.

Entretanto, trabalhar com as identidades étnicas expressas por meio da cultura material presente nos cemitérios tem seus problemas, exigindo do pesquisador extrema cautela ao analisá-las. O historiador deve ter sempre em mente que a memória em torno dessas identidades está sempre em constante conflito, o que leva à constituição de identidades hegemônicas e marginalizadas.

As dificuldades vão além dessas disputas no campo da memória. O estado de conservação das sepulturas também é uma questão de suma importância na análise. Um túmulo abandonado e deixado ao tempo pode acabar obliterando ao observador valores culturais e identitários que podem ser essenciais no momento de pensarmos a memória étnica de uma cidade.

Outro ponto relevante para a pesquisa nesse campo é com relação aos túmulos que são removidos ou reformados. Seja por iniciativa do poder público, seja por parte dos familiares, alterações na estrutura original de uma lápide podem acarretar inúmeras perdas culturais. Uma sepultura, quando reformada, acaba ficando sujeita às ideias, valores e crenças dos vivos, e que na maioria das vezes é diferente dos indivíduos que estão sepultados.

Dito isso, o recorte temporal utilizado nesta pesquisa compreende o período de 2011 a 2023. O marco inicial, o ano de 2011, é referente ao ano que essa política de exumação e novos sepultamentos passou a ser adotada pela administração pública. Mesmo tendo o recorte de uma história imediata, também averiguaremos as sepulturas mais antigas do cemitério, que podem nos dar ideia dos principais grupos étnicos presentes nos anos iniciais do município, uma vez que elas que estão sofrendo com essa política.

---

<sup>4</sup> Um exemplo do que vem acontecendo no cemitério municipal está colocado nos anexos desta pesquisa.

Desde meados de 2011, pela dificuldade para licitação do cemitério Parque das Hortênsias, e pela falta de espaço no Cemitério Municipal Central, túmulos considerados abandonados são exumados e removidos para dar lugar a novos sepultamentos. Tal política vem sendo extremamente nociva para com o patrimônio cultural presente no cemitério, destruindo parte da história do município. Esse problema de espaços para novos sepultamentos ainda se encontra sem solução.

Com essa delimitação temporal, tentaremos responder às seguintes questões: quais as razões levaram essa política de remoção de túmulos a ganhar maior ênfase nos últimos anos? Por que o cemitério Municipal Central não é pensado como um ponto turístico corriqueiro, assim como o Cemitério do São Rafael? Isso teria relação com a administração desses cemitérios ou pelo fato de o São Rafael ser um ponto turístico do município? Qual a responsabilidade da administração municipal na destruição do patrimônio cultural do cemitério? Existe algum critério específico para a seleção dos túmulos a serem removidos? Isso pode ser evitado? Quais as formas possíveis de trazer o poder público para a preservação do cemitério municipal?

Existem algumas hipóteses iniciais que explicam essas questões. A principal está relacionada com a demora na licitação do novo cemitério, o que acarreta a destruição de túmulos que são verdadeiros marcos étnicos para a história do município. Essa falta de espaço para novos sepultamentos faz com que a administração do cemitério exume e destrua os túmulos que são considerados abandonados para que ocorram novos sepultamentos. Enquanto a licitação do novo cemitério não saía, o poder público continuava com a política de remoção de túmulos sem a adoção de critérios patrimoniais. Mesmo com o novo cemitério entrando em funcionamento no início de 2020, essa política continua e a falta de espaço para sepultamentos ainda é um problema a ser resolvido. Isso fica mais evidente com a construção de um novo espaço para carneiras (colmeias) no ano de 2021, que em outubro de 2023, já está praticamente esgotado.

A segunda hipótese e não menos importante, passa pela valorização da identidade germânica da cidade. Tal valorização faz com que o cemitério São Rafael adquira o status de ponto turístico, e, por isso, seja bem preservado pelos

moradores da região<sup>5</sup>. O que faz com que isso aconteça dessa maneira? Por que as pessoas e o poder público não se interessam pela preservação do Cemitério Municipal Central?<sup>6</sup> São essas e outras perguntas elencadas que tentaremos responder ao longo da pesquisa.

Para que esse objetivo seja alcançado com sucesso, do ponto de vista metodológico, precisaremos seguir os seguintes passos: em primeiro lugar, analisaremos os túmulos marcados pela administração para serem exumados e destruídos; em seguida, quantificaremos os túmulos marcados e os que já foram destruídos; em terceiro lugar, catalogaremos os túmulos presentes nas quadras mais antigas (7 a 30), que são marcadores da diversidade étnica, cultural, religiosa e artística da cidade; na sequência vamos tentar propor métodos de conservação e preservação do acervo material e imaterial presente no Cemitério Municipal Central, tendo como base o artigo 215<sup>7</sup> e 216<sup>8</sup> da Constituição Federal de 1988; por último, tentaremos discorrer sobre propostas que possam transformar o espaço do cemitério como um ponto turístico corriqueiro.

Partindo da ideia de que o cemitério pode ser considerado um reflexo da história coletiva de uma cidade, uma vez que ali estão sepultados indivíduos das mais variadas etnias, principalmente no caso do Norte do Paraná, buscamos propor formas de preservação desse espaço. Essa proposta é ainda mais

---

<sup>5</sup> Durante a consumação da pesquisa, notamos que o Cemitério do São Rafael também não é preservado da maneira que deveria ser. Por ser um cemitério localizado em uma comunidade rural do município, onde predomina a existência de descendentes de alemães, o cemitério possui características peculiares, tanto pela arborização do local, quanto pela característica peculiar de seus túmulos. A maioria deles remetem aos cemitérios europeus do início do século XX, sobretudo os da Alemanha. Contudo, ultimamente, muitos túmulos estão passando por reformas, ganhando características modernas muito parecidas com as que encontramos nas sepulturas mais novas do Cemitério Municipal Central. Talvez isso seja um indicador de ausência do poder público em zelar pelas características do Cemitério do São Rafael. Alguma lei que impedisse a reforma dessas sepulturas, mantendo sua estrutura original, seria uma saída para esse problema.

<sup>6</sup> A feira municipal que acontece todos os domingos na Avenida Castro Alves, nas proximidades do cemitério, faz com que ele seja muito visitado. Nesses dias, o público que visita os túmulos de parentes e entes queridos é relativamente grande. Isso é um fator extremamente relevante para pensá-lo como um ponto turístico, necessitando que seja preservado.

<sup>7</sup> Art. 215. “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” [...].

<sup>8</sup> Art. 216. “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico” [...].

necessária quando comparamos o cemitério Municipal Central com o cemitério da comunidade alemã localizado ao lado da Igreja do São Rafael, na Avenida Dr. Erich Koch Weser<sup>9</sup>. Essa proposta de preservação é essencial na medida em que, por meio do acervo presente nesse lugar, as futuras gerações possam conhecer a história do município a partir dos vestígios culturais que podemos encontrar nas sepulturas mais antigas do local. Essa preservação passa pela aproximação da comunidade com o cemitério, mostrando aos indivíduos como a história do município pode ser contada a partir da análise simbólica, étnica, cultural e religiosa presente nas sepulturas.

### **3. – Aporte teórico-metodológico**

Para trabalharmos com cemitérios, devemos ter em mente que se tratam de artefatos produzidos pelos indivíduos e que representam algum tipo de valor, seja ele individual ou coletivo, característicos de uma época. Dessa maneira, podemos pensar o cemitério como um local de memória, onde as pessoas estão se reafirmando por meio das formas como pensam a morte e como deve ser tratada.

Assim, como menciona Thiago Nicolau de Araújo (2006), por conta dessas afirmações identitárias que os indivíduos possuem e tentam manter, os cemitérios são dotados de diversos significados e representações de múltiplas identidades culturais, nas quais pode ser possível construir a história e a etnia das pessoas de uma determinada cidade ou região. Para o autor, o simples fato de as sepulturas possuírem diversos símbolos com significados e representações das identidades étnicas e culturais de um determinado local ou região as torna documentos. Nos cemitérios, podemos fazer uma leitura bastante ampla sobre a sociedade em que a necrópole está inserida, averiguando as diferentes expressões identitárias por meio da linguagem escrita ou simbólica, e também analisar elementos de diferenciação social por meio dos materiais e arquitetura utilizada nas sepulturas (Araújo, 2006, p. 47-48). Tal questão é mais

---

<sup>9</sup> A Avenida Dr. Erich Koch Weser já teve diversos nomes ao longo de sua história. Inicialmente, era chamada de estrada do Ribeirão Vermelho, mesmo nome da Gleba onde estava inserida. Aos poucos, começou a ficar conhecida como estrada do São Rafael, fazendo referência à Igreja e à comunidade pela qual passa. Somente nos últimos anos é que ganhou essa denominação, homenageando um dos principais responsáveis pelo estabelecimento de uma colônia alemã na futura cidade de Rolândia.

marcante nos túmulos de imigrantes, onde as características de origem estão mais presentes.

Outro ponto é pensarmos o cemitério como um patrimônio cultural. Para tal, devemos lembrar que os cemitérios podem ser utilizados como fonte de estudo para as mais variadas áreas do conhecimento, como História, Artes, Sociologia, Biologia, Química e outras. Ademais, as sepulturas que encontramos nos cemitérios tradicionais são dotadas de expressões artísticas, culturais, sociais, econômicas e até mesmo políticas, pensando no tratamento dado às famílias mais abastadas quanto ao local de sepultamento<sup>10</sup>.

Geralmente, os bens materiais de um cemitério possuem três valores patrimoniais. O primeiro seria o valor ambiental e urbano. O segundo é referente ao valor artístico do local, tendo em vista que algumas sepulturas são construídas por profissionais específicos como no caso das esculturas de bronze e da arquitetura peculiar de alguns deles. O último e mais pertinente refere-se ao valor histórico que um cemitério contém. Nele repousam os restos mortais de pessoas que contribuíram para construção e desenvolvimento de uma região ou cidade, por isso são verdadeiros espaços de memória (Tavares et. al., 2016, p. 195).

Em suma, pensar os túmulos como patrimônio histórico e cultural passa pela ideia de que são fontes que nos oferecem indícios para acessarmos o passado, pois preservam parte da história da comunidade e da memória das pessoas que ali construíram suas vidas (Araújo, 2006, p. 64). Preservá-los é manter viva a história e a memória desses indivíduos, assim como da cidade. É preservar memórias coletivas e particulares.

Porém, pensar os túmulos como patrimônio histórico implica em analisarmos alguns conceitos, como memória e monumento. Para Araújo (2006), o cemitério é um grande mantenedor de memórias, sejam elas individuais ou coletivas. Isso porque é um espaço onde encontramos elementos simbólicos nos quais os vivos buscam manter vivas as memórias de seus entes queridos. Memórias essas que, em tensão umas com as outras, são capazes de constituir uma espécie de memória coletiva da cidade, na qual diversos grupos sociais e étnicos estão inseridos (Araújo, 2006, p 50).

---

<sup>10</sup> Isso é possível de ser averiguado pela data da morte do primeiro indivíduo sepultado nesses túmulos e a lógica de enterros que seguiu o cemitério desde sua fundação

Para compreendermos como a destruição de túmulos de um cemitério pode afetar a memória e a identidade cultural de uma cidade, devemos compreender em primeiro plano como se dá a formação de uma identidade e a sua relação com a memória. Para Michael Pollak (1992), a memória coletiva pode ser entendida como algo socialmente construído, seja de forma consciente ou inconsciente. Segundo o autor, a memória seria a expressão de um sentimento de continuidade, sendo uma espécie de imagem que os indivíduos constroem ao longo de suas vidas. Para que essa imagem seja construída e apresentada para os outros, são exigidos critérios ímpares como de aceitabilidade, admissibilidade e de credibilidade perante o diferente (Pollak, 1992, p. 5-10). Isso se encontra em constante disputa com os demais grupos sociais (Pollak, 1992, p. 4-11). Nas palavras do autor, a memória é uma:

[...] operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis (Pollak, 1992, p. 9).

Contudo, Pollak (1992) menciona que a memória tende a ser um fenômeno socialmente construído por grupos hegemônicos da sociedade, que fazem outros indivíduos lembrarem daquilo que não viveram por meio da criação de alguns lugares de memória. No caso de Rolândia, é possível mensurarmos que o grupo hegemônico que sobressaiu na relação com os demais grupos existentes na cidade foi o alemão. Esse grupo, em uma relação com o demais, foi capaz de construir uma memória de Rolândia como uma cidade majoritariamente alemã. Isso pode ser observado pelo estilo arquitetônico de algumas residências e comércios do centro da cidade, das festividades mais valorizadas da cidade como a antiga *Ocktoberfest* e o atual *Maifest*<sup>11</sup>, dos lugares

---

<sup>11</sup> Tradicional festa alemã que acontece no mês de maio em várias regiões da Alemanha e em comunidades alemãs aqui no Brasil. "Maifest" significa festa de maio e marca a chegada da primavera no hemisfério norte (Yamamoto, 2023). Em Rolândia a festa acontece desde 2017, sendo organizado pelo grupo folclórico alemão Rotkappen e demais membros da comunidade

considerados postos turísticos do município como a Igreja e o cemitério da comunidade do São Rafael, da estátua Roland que foi construída na cidade de Bremen, na Alemanha. Temos também a valorização das agremiações que foram responsáveis pela formação dos principais clubes da cidade como o Clube Concórdia e Country, tendo também uma sede do Lions Club, esses que reforçam a memória alemã da cidade.

Nesse sentido, a memória se torna diferente da lembrança<sup>12</sup>, na medida em que pode ser analisada como fonte histórica, ganhando novas funções, dentre as quais, política. De acordo com Astor Antônio Diehl (2002), a memória, além de possuir um grau de contextualidade, também pode ser atualizada historicamente pelas mãos de um profissional da história, o historiador. Segundo o autor, a memória:

[...] possui maior consistência do que a lembrança, uma vez que é uma representação produzida pela e através da experiência. Constitui-se de um saber, formando tradições, caminhos - como canais de comunicação entre dimensões temporais -, ao invés de rastros e restos como no caso da lembrança. A memória pode constituir-se de elementos individuais e coletivos, fazendo parte de perspectivas de futuro, de utopias, de consciências do passado e de sofrimentos. Ela possui a capacidade de instrumentalizar canais de comunicação para a consciência histórica e cultural local, uma vez que pode abranger a totalidade do passado num determinado corte temporal (Diehl, 2002, p. 116).

Construída historicamente, é uma memória imposta que silencia as diferenças étnicas existentes entre judeus alemães e alemães. Com a ascensão do Nazismo, muitos judeus deixaram de se identificar como parte da cultura alemã, situação que esteve presente em Rolândia e foi descrita por Soares (2012) em sua pesquisa. Assim, podemos dizer que Rolândia não é apenas uma

---

alemã de Rolândia. Além do intuito de manter as tradições alemãs, a festa também comemora os resultados da colheita e por isso conta com diversas comidas típicas e chopps artesanais da região. Em 2018 a festa contou com a participação de 30 tipos de cervejas artesanais e puro malte (LONDRINATUR, 2018). Em 2023 foi realizada a 4ª edição da festa, que não aconteceu entre os anos de 2020 e 2022 devido a pandemia de corona vírus (COVID-19).

<sup>12</sup> A noção de lembrança estaria mais ligada à noção de existência. Tomar consciência de si, trazendo sentido e significado para o sujeito que lembra de seu passado particular. Dessa maneira, a lembrança é compreendida como vivências fragmentadas, restos perdidos no tempo que não podem ser atualizadas historicamente. E quando são, acabam correndo o risco de serem apenas idealizações do sujeito que conta (Diehl, 2002, p. 115-116).

cidade de origem alemã. Essa é uma memória construída pelos grupos hegemônicos da cidade, deixando de lado a participação de outros segmentos. Como uma cidade que ostenta uma origem germânica não teve nenhum prefeito de origem ou descendência alemã no comando da cidade?

Entre uma memória hegemônica e outra, Pollak (1992) chama a atenção para as zonas de esquecimento e de silêncio, essas que estão relacionadas a outros grupos que ajudaram na construção de uma cidade ou região. No caso de Rolândia essas zonas de silenciamento podem se referir a esses outros grupos que também estiverem presentes nos anos de formação do município e ajudaram a edificá-lo. No caso de Rolândia tivemos a presença de imigrantes japoneses, italianos, espanhóis, portugueses, húngaros, suíços, brasileiros de outras regiões do país e outras etnias de menor presença na cidade. O cemitério como um local mantenedor de memórias, sejam elas hegemônicas (alemã) ou silenciadas (demais grupos e etnias), pode ser utilizado para questionarmos essa memória pública ostentada pela cidade de Rolândia, uma vez que o cemitério contém vestígios da participação dessas outras etnias na formação do município.

Essa noção de memória como um fenômeno construído socialmente é essencial para a compreensão de um dos problemas dessa pesquisa: por que o cemitério dos alemães na comunidade do São Rafael está em melhor estado de conservação em comparação com a gradual degradação do Cemitério Municipal Central? Quais as razões que explicam esse fato?

Devemos sempre lembrar que a memória nos cemitérios é expressa por meio de elementos simbólicos que dão significados e demonstram sentimentos individuais e coletivos sobre a morte. O túmulo enquanto monumento construído com a finalidade de lembrar de alguém deve ser considerado como um produto da sociedade e de uma época, estando sujeito às relações de poder. Isso é visível por meio das famílias que constroem os jazigos mais imponentes presentes no cemitério, uma vez que demonstram para sociedade o poder e a força econômica dessas famílias. Os elementos simbólicos que encontramos nos cemitérios são responsáveis pelo fortalecimento da representação da identidade cultural, seja ela individual ou coletiva de uma cidade ou região. Por isso é que esses espaços devem ser preservados.

Contudo, como afirma Pierre Nora (1993), a memória não é algo contínuo e presente na vida dos indivíduos a todo instante. Em determinado momento, ela se esvai, é silenciada e deixada de lado pelos indivíduos por conta da correria do dia-a-dia, deixando de ser acessível às futuras gerações. Esse parece ser o caso de Rolândia, que ao valorizar os elementos culturais alemães da formação da cidade, acaba deixando de lado o papel desempenhado por outros grupos nesse processo. Diante desse esquecimento, o autor chama a atenção para a necessidade de criação de espaços de memória, como praças públicas, monumentos, museus, ruas e outros elementos capazes de rememorar aquilo que vinha caindo no esquecimento. Esses espaços servem para ancorar a realidade local para as novas gerações que não presenciaram certos processos históricos. Nesse sentido, os cemitérios podem se transformar nesses espaços de memória a medida que demonstramos para a sociedade seu valor material, simbólico e funcional capaz de manter vivos os traços da identidade cultural formadora da cidade. Isso é possível com a preservação de túmulos que podem ser utilizados para que possamos refletir sobre nosso passado comum. Diante disso, afirma o autor, temos a necessidade de criação de espaços de memória com a função de não deixar que os homens esqueçam seu passado (Nora, 1993, p. 7-8).

Tony Judty (2008) afirma que o mundo contemporâneo está constantemente desconectado de seu passado<sup>13</sup>. Em consequência dessa "aceleração histórica"<sup>14</sup>, esses espaços de memória são fundamentais para que o homem moderno não perca suas características particulares de seu passado. Segundo Nora, esses "lugares de memória" podem se dar de diferentes maneiras, sendo os cemitérios uma delas<sup>15</sup> (Nora, 1993, p. 21-22).

---

<sup>13</sup> O autor menciona que essa desconexão pode ser explicada por meio da globalização e do modo de vida acelerado vivido pelas pessoas, principalmente após a década de 1990, com o fim da Guerra Fria e da União Soviética (Judy, 2008, p. 9-12).

<sup>14</sup> Aceleração histórica seria um termo utilizado pelo autor para explicar o fim das sociedades de memórias responsáveis pela conservação e preservação de valores. Para o autor, essa espécie de "esquecimento" vem sendo causado pela globalização e pela cultura de massa. Este mundo acelerado faz com que os indivíduos se desconectem de seu passado. Deixam de vivê-lo, de cultivá-lo em seu interior e, por isso, surge a necessidade da criação de "espaços de memória", o famoso arquivo (Nora, 1993, p. 7-14).

<sup>15</sup> O autor cita que, entres esses "espaços de memória", estariam museus, arquivos, cemitérios, coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações etc. (Nora, 1993, p. 18-22).

Os cemitérios são um desses espaços mantenedores de memórias, pois neles podemos encontrar elementos de identificação social, seja de um grupo ou indivíduo que ali podem manter vivo seu legado (Araújo, 2006, p. 51). Esses espaços apresentam uma peculiaridade marcante comum na maioria do território brasileiro. Coexistem nesses "museus a céu aberto" inúmeras memórias coletivas que tendem ser eternizadas por meio dos mais variados tipos de monumentos funerários (Nogueira, 2013, p. 16-17).

Jacques Le Goff (1994) menciona que a memória coletiva, tanto em seu aspecto popular quanto em sua forma científica, a história, pode ser compreendida por meio da análise de dois materiais. Os monumentos<sup>16</sup> e os documentos<sup>17</sup>. Para o autor, os primeiros são heranças do passado que chegam até nós no presente por meio de fragmentos; o segundo refere-se às escolhas que o historiador faz quando busca compreender o passado. Ao falar sobre monumento, Le Goff (1994) apresenta definições sobre o conceito, argumentando, inclusive, sobre o papel dos monumentos funerários:

[...] desde a Antiguidade romana o "*monumentum*" tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou escultura: arco do triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte (Le Goff, 1994, p. 535-536).

Em outras palavras, os monumentos são heranças que temos do passado e que possuem um poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, podendo ser capaz de criar um legado entre as sociedades humanas. Ou seja, o monumento é capaz de criar um vínculo coletivo entre os indivíduos, refletindo na memória partilhada entre determinados grupos de pessoas, sendo importantes fontes de informação sobre elas (Le Goff, 1994, p. 536). Assim,

---

<sup>16</sup> Le Goff também coloca que os monumentos são portadores de significados que expressam sentimentos individuais ou coletivos, sendo produtos da sociedade e, portanto, sujeitos às relações de poder e força (Le Goff, 1994, p. 545).

<sup>17</sup> O conceito de documento, do latim *documentum*, é derivado da palavra em latim *docere* que significa "ensinar". Ao longo da história, o conceito se transformou, passando a significar "prova", sendo amplamente utilizado em diversas áreas do conhecimento, principalmente o jurídico. Aplicado ao campo da História, o conceito passa a ser utilizado como testemunho apenas no início do século XIX com a formação da História como ciência, influenciada pela escola metódica francesa, onde os documentos escritos eram compreendidos como evidência de fatos históricos (Le Goff, 1994, p. 536).

como menciona Araújo (2006, p. 50-52), as obras funerárias que encontramos em um cemitério devem ser analisadas como objetos que remetem a um passado e suas heranças, podendo ser utilizadas para compreensão da história local.

Françoise Choay (2006) também apresenta uma visão parecida com a de Le Goff. A autora compreende monumento como todo objeto construído pela humanidade que possa ser convertido em testemunho histórico, e que passa a possuir uma destinação memorial. Esses objetos podem ser edificados por um pequeno grupo ou comunidade com o objetivo principal de rememorar acontecimentos passados ou manter viva a memória de algum indivíduo (Choay, 2006, p. 17-26).

Talvez o mais interessante de seu trabalho seja a diferenciação entre monumento e monumento histórico. Em sua obra "A Alegoria do Patrimônio", ela aborda ambos os conceitos e a forma como, ao longo da história, foram ganhando a definição que possuem hoje. Segundo ela, monumento é todo objeto do passado que chega até nós no presente, sendo convertido em testemunho histórico. Tem uma origem espaço-temporal cuja principal função é a perpetuação da memória. Ou seja, são resquícios da existência desse passado que é partilhado entre os membros de determinado grupo. Em suas palavras:

[...] chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer com que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente (Choay, 2017, p. 18).

Seguindo o que é dito pela autora, podemos notar que tudo aquilo que é construído ou edificado por uma comunidade com a finalidade de trazer à tona um passado em comum pode ser chamado de monumento. Segundo ela, isso seria ainda mais evidente quando a observação do objeto em questão desperta sentimentos de pertencimento e identificação por parte do espectador, mantendo viva a história e a memória de uma comunidade étnica, religiosa ou familiar (Choay, 2017, p. 17-18). O que difere o monumento do monumento histórico está na intencionalidade do primeiro. Segundo Choay (2017), o monumento não é

concebido apenas com a função de perpetuação da memória, de excitar e emocionar, mas também para tranquilizar os indivíduos, uma vez que assegura a eles a garantia de uma origem em comum e retirando as incertezas do começo (Choay, 2017, p. 18).

Já o monumento histórico não é criado com a função de rememorar algo. Não tem a intencionalidade de perpetuação da memória. Ele é criado como tal na medida em que é pensado por olhares profissionais, como historiados e artistas, como um objeto com elementos valiosos de um passado distante. Seria o caso das igrejas construídas nos séculos XVII e XVIII. Elas foram concebidas com uma função religiosa, sendo posteriormente convertidas como objetos de testemunho histórico, dos objetos que possuem em seu interior e seu estilo arquitetônico específico. Hoje, as igrejas do período barroco são preservadas e protegidas como parte do patrimônio cultural brasileiro. Ou seja, algo que foi criado com uma função específica foi convertido em um objeto de rememoração (Choay, 2017, p. 25-27).

Partindo dessas definições, podemos dizer que os túmulos são monumentos devido à intencionalidade para qual foram confeccionados, enquadrando-se na primeira categoria proposta por Choay (2017). As sepulturas nada mais são do que objetos construídos por pessoas com o intuito de manter viva a memória de algum indivíduo que já faleceu. Assim, as obras funerárias são objetos carregados de valores culturais, simbólicos e arquitetônicos que nos remetem a um passado e às suas heranças. Eles são testemunhos de pessoas que passaram por esse mundo, de suas crenças, valores e gostos característicos de uma época. Assim, o cemitério pode ser considerado como um local de perpetuação da memória na medida em que os símbolos que nele encontramos, bem como os estilos arquitetônicos dos túmulos, evocam diversos significados que asseguram não só a memória do falecido, mas a de um grupo étnico (Bastianello, 2010, p. 83-84).

É a partir do reconhecimento do valor, simbólico, cultural, material e funcional que os cemitérios, mais especificamente as sepulturas, devem ser compreendidos como um patrimônio a ser preservado, visto que são indicadores das diversidades sociais, econômicas, culturais e étnicas de uma região em determinada época. Dessa forma, quais os critérios utilizados para determinar se uma túmulos com certas características deve ser ou não patrimonializado?

Para que possamos fazer isso, devemos ter uma pequena compreensão do que constitui patrimônio cultural. Choay (2006) menciona que os vestígios do passado elevados à categoria de patrimônio histórico atuam como uma espécie de espelho na qual podemos contemplar nossa própria imagem, definindo nossa identidade a partir do que vemos refletido no espelho.

O grande problema da memória, é que em determinado momento ela se esvai. Diehl (2002) explica essa questão utilizando uma comparação entre o tempo histórico<sup>18</sup> e a metáfora da flecha. De acordo com o autor, o tempo histórico seria como uma flecha disparada de um ponto para o futuro. Quanto mais distante do local de disparo, maior é a dificuldade de visualizá-la. Tomadas as devidas diferenças, o autor menciona que, com a memória, ocorre algo bastante parecido. Quanto mais distante do fato de origem (ponto de partida, determinada época), mais desgastada a memória estará. O autor chama esse desgaste de corrosão temporal, na medida em que ela vai perdendo sua "capacidade explicativa, capacidade de informar, torna-se transparente, sem pontos de referência substantiva para manter suas funções" (Diehl, 2002, p. 118). Desse desgaste da memória, apenas restam pequenos fragmentos do passado, que apenas podem ser recuperados com a análise história do fato ou do objeto. Diante desse esquecimento, Diehl (2002) afirma que a memória de algum fato ou período necessita ser constantemente reacendida para que não caia em total esquecimento (Diehl, 2002, p. 119).

Talvez os túmulos abandonados do cemitério sejam resquícios desse esquecimento, tanto por parte dos familiares e suas novas gerações, quanto pelo Poder Público em não reconhecer a importância do cemitério enquanto patrimônio histórico local. É desse esvaziamento que surge a necessidade da criação de lugares de memória para gerar um vínculo de pertencimento entre as novas gerações. Porém, esse é um assunto que retomaremos no decorrer do capítulo, quando discutiremos a necessidade de preservar alguns túmulos tidos como referência histórica e memorialística para Rolândia. Neste momento vamos analisar sepulturas que remetem a algumas identidades étnicas da

---

<sup>18</sup> O tempo é compreendido como linear desde o Iluminismo, quando a maioria dos pensadores da época debatiam sobre a finalidade da história e a noção de tempo histórico (Diehl, 2002, p. 117). A noção foi aperfeiçoada com o tempo à medida que pensadores como Giambattista Vico (1668-1744), Immanuel Kant (1724-1804), George Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) e outros que discutiam sobre a filosofia da história (Gardiner, 1988).

cidade, aquelas que possuem um padrão arquitetônico específico de uma época, alguns com esculturas e outros que possuem um saber fazer específico

Contudo, o conceito de patrimônio histórico é bem mais amplo e polissêmico que isso. Pedro Paulo Funari e Sandra Pelegrini (2006), demonstram que o conceito de patrimônio passou por um longo processo de denominações ao longo da história, indo de um conceito ligado ao âmbito privado na Antiguidade (patrimônio que era passado de pai para filho por meio de testamento), passando para uma noção de herança coletiva a partir da formação dos estados nacionais no século XIX. É nesse contexto que o conceito passa ter a denominação que temos atualmente. No século XX, após a Segunda Guerra Mundial, o conceito passa por um novo processo de ampliação que abarca três níveis: Tipológico como novo tipos de bens entrando no rol de patrimônio histórico; Cronológico com alargamento do quadro cronológico dos bens materiais; e por último o Geográfico, ampliando a noção de patrimônio para outras regiões do globo, não ficando restrito apenas ao quadro europeu. De acordo com Choay (2006), essa ampliação do conceito nas últimas décadas contribuiu para o surgimento de novas estratégias voltadas para a preservação dos bens culturais que antes eram negligenciados.

De qualquer maneira, para fins desta pesquisa, adotamos a definição adotada por Teixeira Coelho (1999, p. 285-286), que compreende patrimônio como "conjunto dos produtos artísticos, artesanais e técnicos, das expressões literárias, linguísticas e musicais, dos usos e costumes de todos os povos e grupos étnicos, do passado e do presente".

Pensando nesses valores culturais que estão contidos nos cemitérios, remover as sepulturas do local seria uma forma de deixar que a memória local seja esquecida, de modo que, aos poucos, o município perca os traços de sua identidade formadora. Partindo disso, quais os meios para que essa situação que ocorre com o cemitério municipal de Rolândia seja evitada?

Os túmulos também possuem uma história. Ela chega até nós por meio dos vestígios que neles estão contidos, como a informação dos indivíduos que construíram suas vidas na região, bem como seus valores culturais e religiosos. Eles também podem ser utilizados para a compreensão da formação étnica das cidades e dos valores por eles partilhados. Tais valores, na maioria das vezes, dizem respeito ao contexto histórico em que essas pessoas viveram

(Tessaro, 2021). Esses elementos devem sempre ser levados em consideração, pois, com passar dos anos, o sepulcro se deteriora e, em respeito aos antepassados, as novas gerações acabam o reformando. Acontece que, quase sempre, essa reforma acaba seguindo os valores e o contexto histórico em que as novas gerações estão inseridas, fazendo assim com que os valores da época do falecido sejam perdidos ou adaptados.

No caso da presente pesquisa, o problema estaria ligado à perda de valores culturais de uma época, especificamente a dos anos iniciais do município. As sepulturas marcadas para serem exumadas e demolidas são, em sua maioria, de imigrantes e de indivíduos de primeira geração, onde os traços étnicos são significativos. Nos casos onde houve a reforma, é visível essa alteração de significados. Ou seja, mesmo sem a destruição total do túmulo, a reforma altera o valor cultural de um sepulcro, principalmente nos casos onde existem fortes traços étnicos.

De acordo com Marcelo Rede (2012), o trabalho do historiador é de suma importância nesse caso. É ele que possui os “instrumentos” necessários para decifrar as linguagens que estão contidas nesses artefatos, trazendo uma compreensão mais clara dos valores e seus significados em determinada época. O historiador, com seus métodos de análise, é capaz de compreender que os objetos materiais também possuem uma história, “uma vida social com sucessivas mutações” (Rede, 2012, p. 147). Ter consciência da historicidade dos objetos materiais é saber que eles são condutores de informações, assim como outros elementos da sociedade (Rede, 2012, p. 148). As sepulturas, como objetos históricos, também estão sujeitas a mutações, seja pela ação do tempo, seja pela interferência humana, como no caso das reformas.

Para que as pessoas reconheçam o valor desses espaços, é necessário a realização de ações voltadas para a educação patrimonial. É a partir dela que o cemitério pode se transformar em uma fonte de turismo e de preservação pelo poder público. Nesse sentido, Maria de Lurdes Horta (1999) compreende a educação patrimonial como um “trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo” (1999, p. 6). Esse instrumento de alfabetização, segundo a autora, é capaz de reconstituir o conhecimento por meio da apropriação de valores e seus significados (símbolos), ativando a memória social de cada

indivíduo, recuperando conexões e tramas perdidas no passado. A ideia geral é fazer com que as pessoas se identifiquem com sua herança cultural, revalorizando e promovendo meios de preservação. Nas palavras da autora: "Conhecimento crítico e apropriação consciente dos indivíduos pelo seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como fortalecimento de sentimentos de identidade e cidadania" (Horta, 1999, p. 6).

Para que essa finalidade seja cumprida, a educação patrimonial deve ser desenvolvida com o acompanhamento dos órgãos públicos e privados diretamente envolvidos com a cultura, o turismo e a educação (Ismério, 2017, p. 105). Só por meio dessa iniciativa seremos capazes de formar indivíduos capazes de se identificar com a memória cultural existente no cemitério Municipal Central e assim evitar que parte de seu patrimônio seja destruído.

#### **4. – Estrutura textual**

A presente pesquisa está dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo iremos abordar o surgimento dos cemitérios seculares, enfocando as questões sanitárias que levaram à adoção dos sepultamentos fora dos espaços sagrados e longe das cidades durante o século XIX. Na sequência, discorreremos sobre a adoção dos cemitérios seculares no Brasil e os impactos sociais e culturais causados pelo fim dos enterros no interior das Igrejas.

No segundo capítulo, falaremos sobre a formação histórica do município de Rolândia, dando ênfase em seu aspecto multiétnico e como isso pode ser observado nas sepulturas presentes no cemitério Municipal Central. Após isso, vamos expor o problema relacionado à falta de espaço para novos sepultamentos e como isso pode afetar a memória da cidade, visto que muitos túmulos que estão sendo retirados possuem diversos elementos que remontam ao início da cidade e aos moradores que ajudaram a construí-la.

No terceiro capítulo, iremos apresentar os dados que obtivemos com a catalogação das quadras mais antigas do cemitério, onde os túmulos mais imponentes e que estão ameaçados estão presentes. Em sequência, apresentaremos as categorias que selecionamos em decorrência do que vem

acontecendo no cemitério. São elas: Túmulos marcados com “X”; Abandonados; Removidos; Novos Sepultamentos; e Reformados.

No último capítulo, vamos dissertar sobre a importância da preservação de algumas tipologias tumulares presentes no cemitério, essas que estão ligadas à época áurea dos cemitérios, com jazigos imponentes e com diversos ornamentos e adereços. Isso se deve ao fato de que muitos desses são característicos desse período e que caíram em desuso pelos familiares na hora de confeccionar uma sepultura para seus entes queridos. Juntamente a isso, apresentaremos propostas de preservação desse acervo como uma maneira de manter viva essa memória que está presente nesses túmulos.

Aqui devemos deixar claro que todos os túmulos analisados neste trabalho foram devidamente autorizados pelos familiares. Aqueles que não foram autorizados pelos familiares tiveram as informações que permitiriam potencial identificação removidas. Porém, a análise desses casos consta no texto, sendo mantido anonimato. Em casos personalidades públicas da cidade, sobre as quais já se tenha publicado biografias a respeito, ficaremos restritos a esses materiais.

# **1. SURGIMENTO DOS CEMITÉRIOS SECULARES NO SÉCULO XIX: UMA QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA E A RESISTÊNCIA POPULAR**

Este capítulo é voltado para que o leitor tome conhecimento do objeto trabalhado na presente dissertação. Para isso, faremos uma abordagem histórica sobre o fim dos sepultamentos no interior das igrejas e a adoção dos cemitérios seculares no contexto europeu do final do século XVIII e início do XIX. A visão sanitarista foi o fator chave para a adoção dos cemitérios fora dos espaços urbanos, afetando a crença de milhares de pessoas que acreditavam que a salvação só seria possível se, após a morte, seu corpo fosse enterrado o mais perto possível de um espaço sagrado como o interior da Igreja. Após isso, discutiremos como os cemitérios seculares começaram a ser adotados no Brasil durante o Segundo Reinado, tornando-se norma obrigatória em todo o país. Por fim, apresentaremos estudos de autores que desenvolveram trabalhos sobre cemitérios, desde aqueles voltados para as crenças relacionadas à morte até aqueles que trabalham os elementos estéticos, arquitetônicos e religiosos presentes nas sepulturas.

## **1.1 – Uma questão de saúde pública**

Como surgiram os cemitérios tal como conhecemos hoje? Por que foram criados? Qual sua finalidade? Tais perguntas já possuíam respostas concisas no meio acadêmico, sendo, porém, desconhecidas por parte da população em geral. Porém, atentarmos a elas neste primeiro momento é essencial para que o leitor tenha um pouco de conhecimento sobre o tema, para que assim possa compreender melhor um dos objetivos desta pesquisa: demonstrar a necessidade de preservação de partes do acervo funerário do cemitério analisado, tendo como fonte o Cemitério Municipal Central de Rolândia. Até o final do século XVIII, os cemitérios, tidos como locais para descanso eterno, estavam diretamente vinculados aos espaços considerados sagrados, que é o caso das igrejas. Grande parte dos sepultamentos aconteciam em seu interior ou nas proximidades, servindo como critério de distinção social,

uma vez que, quanto mais próximo do altar, mais próximo de Deus e da salvação o defunto estaria (Dillmann, 2013, p. 55).

Esse tipo de atitude com relação à morte foi uma cultura que se consolidou durante a Alta Idade Média, entre os séculos VII a X, processo histórico em que a Igreja Católica exercia forte domínio sobre a sociedade europeia. Essa cultura perdurou até meados do século XVIII, sendo a França o caso mais sintomático dessa mudança (Dillmann, 2013, p. 56). De acordo com Philippe Ariès (2017), os enterros que antes eram realizados no interior das igrejas, passaram a ser diretamente criticados pelos higienistas, sendo, para eles, intolerável o acúmulo de restos mortais nas igrejas. Foi dessa forma que essa prática passou a ser criticada (Ariès, 2017, p. 74). O discurso higienista, amparado pela ciência, fez com que os cemitérios no interior das igrejas começassem a ser esvaziados, transferindo os restos mortais para as regiões de subúrbio das cidades francesas.

Conforme menciona Mauro Dillmann (2013), já no ano de 1737, o parlamento francês começou a exigir uma série de investigações sobre os cemitérios sacros parisienses. Com isso, vários relatórios começaram a surgir colocando a questão da higiene em primeiro plano, em razão do odor fétido exalado pelos corpos em putrefação no interior e nos arredores das igrejas, colocando em risco a saúde da população local (Dillmann, 2013, p. 56). Em torno dos inquéritos sobre os cemitérios de Paris desenvolveu-se:

[...] Uma verdadeira campanha de opinião com petições dos vizinhos dos cemitérios, memoriais, livros impressos (principalmente de médicos) que descreviam o estado de espírito então reinante, o que desejava, o que se temia e o que se sugeria (Ariès, 2014, p. 645).

Segundo Ariès (2014), os médicos eram os que mais emitiam opiniões sobre o tema. A interpretação desses médicos sobre o assunto se fundamentava nas teorias científicas sobre o lar, excluindo opiniões sobre interferências sobrenaturais. Toda e qualquer ideia era pautada na ciência (Ariès, 2014, p. 645). Os médicos não eram os únicos a concordar com os problemas relacionados ao ar infectado com o odor dos corpos em putrefação. Pessoas que moravam nas proximidades das igrejas também se queixava do ar. Uma carta-

petição escrita por um indivíduo que morava próximo ao cemitério da paróquia de Saine-Merry diz o seguinte: "tudo que pode servir para uso da vida se corrompe, de modo que lá nada se pode conservar em bom estado durante vários dias" (ARIÈS, 2014, p. 648). Em outro caso apresentado por Ariès (2014), a viúva LeBlanc se queixava sobre a necessidade de fechar as vidraças de sua loja que davam de frente para o cemitério da Igreja de Saint-Gervais. Segundo a comerciante-ourives, as vidraças tinham que ser fechadas "porque ela não pode conservar nem carne nem sopa [...]. Os maus humores transmitiam-se até a Adega e estragavam o vinho e a cerveja que ali havia" (Ariès, 2014, p. 648).

Esse foi o momento em que esse costume adotado durante a Alta Idade Média começou aos poucos a ser abandonado. Segundo Ariès (2014), o decreto do Parlamento de Paris de 12 de março de 1763 foi a primeira tentativa para modificar o costume quase milenar das sepulturas *ad sanceos et apud* (Ariès, 2014, p. 649). O decreto tinha o intuito de fechar os cemitérios no interior e nos arredores das igrejas fazendo com que os novos fossem construídos fora da cidade, longe do núcleo populacional. A ideia do decreto era o de reduzir o papel da igreja com relação aos mortos, sendo a missa de corpo presente e sua única função religiosa (Ariès, 2014, p. 650). Ademais, o decreto possuía suas particularidades, na medida em que permitia que pessoas ainda pudessem ser sepultadas nas igrejas (Dillmann, 2014, p. 56). Era algo que ficava restrita à nobreza da época, visto que as sepulturas no interior das igrejas foram submetidas a taxa de 2 mil libras, fora as taxas de serviço e monumento que encareciam ainda mais as despesas. Tal medida foi projetada para desencorajar aos poucos o sepultamento no interior das igrejas (Ariès, 2014, p. 651).

É interessante aqui relatarmos que o decreto nada previa em fazer com que os novos cemitérios fossem locais públicos. Eles deveriam ser fechados por muros e com espaço bastante grande para que as valas comuns pudessem passar por rodízio rapidamente, sem que sofressem por problemas de lotação (Ariès, 2014, p. 650). Assim, "o cemitério devia portanto, será absolutamente nu, sem monumentos e mesmo sem árvores, tendo sido proscritas como obstáculos a circulação do ar, o famoso ar" (Ariès, 2014, p. 651). O decreto não foi aplicado em sua totalidade devido à sua radicalidade, pois pretendia fazer com que as normas fossem impostas a uma sociedade que ainda não estava preparada para deixar de lado costumes tão arraigados. Muitos não admitiam a adoção dessas

novas práticas com relação ao trato com a morte, impondo mecanismos de resistência com relação às propostas do decreto (Ariès, 2014, p. 652).

Segundo Dillmann (2013), é nesse período de mudanças que começaram a surgir novas práticas, gestos e rituais para os falecidos. Algumas delas acabaram por substituir a participação da Igreja na questão do culto aos mortos, fazendo com que a família do falecido começasse a cuidar desses rituais (Dillmann, 2013, p. 57). Cerca de uma década depois, em 1774, com o decreto do Parlamento de Toulouse, chega-se a um modelo de cemitério parecido com o que temos nos séculos XIX e XX, com um espaço mais extenso e visível para as valas comuns (Ariès, 2014, p. 662-664). Nas palavras de Ariès:

O cemitério de 1776 já não é apenas um lugar salubre, um depósito de corpos. Responde às solicitações que, da Idade Média ao século XVIII, levaram as famílias a encher as igrejas de monumentos funerários. Herdou o mobiliário fúnebre das igrejas, como se esse tivesse sido para ali transportados. Tornou-se um local de comemoração que pode ser também de piedade e recolhimento. O radicalismo francês da década de 1760 cedeu lugar a um sentimento que, por ser oposto a uma tradição clerical, poderia muito bem ser também de natureza religiosa (Ariès, 2014, p. 664).

Na última década do século XVIII, muito foi discutido sobre como se daria o funcionamento do cemitério fora das cercanias da cidade. A regulamentação efetiva dos cemitérios e serviços funerários na França aconteceu em 12 de junho de 1804, com o decreto de 23 *praireial* do ano XII (Dillmann, 2013, p. 57). Os dois primeiros artigos do decreto já traziam uma definição de como a questão seria tratada da linha em diante:

Art 1º - Nenhum enterramento terá lugar nas igrejas, templos [...]  
Art 2º - Haverá terrenos especialmente consagrados para enterramento dos mortos fora das cercanias das cidades, pelo menos em uma distância de 30 a 40 metros (Dillmann, 2013, p. 57).

O decreto assegurava algumas modificações com o argumento principal de preservar a salubridade pública, sendo que a mudança estava na questão das valas comuns. De acordo com o decreto, os corpos não seriam enterrados sobrepostos, mas sim justapostos, um ao lado do outro, respeitando

uma distância previamente estabelecida. Nele também temos o surgimento da concessão perpétua, onde um indivíduo poderia comprar o local de uma sepultura e ali construir um monumento funerário a seu gosto. São essas concessões que criariam o problema de ocupação nos cemitérios franceses na primeira metade do século XIX, visto que cada vez mais foram se tornando numerosos (Ariès, 2014, p. 695-696).

## **1.2– Cemitérios seculares no Segundo Reinado**

Provenientes da Europa, as ideias ligadas ao discurso higienista, as quais apresentavam novas formas de lidar com os mortos, começaram a fazer parte da política brasileira a partir da Independência, na década de 1820 (Dillmann, 2013, p. 58). Conforme mencionam Mary Anne Vibrál Silva e Rubber Paulo Alves Rodrigues (2019), no Brasil, os enterros fora dos espaços sagrados das igrejas foram determinados em 1828, com a promulgação da lei de 1º outubro, outorgada por Dom Pedro I. A lei foi diretamente influenciada pelo pensamento positivista de Auguste Comte, responsável pela instituição de novos elementos culturais como a valorização do pensamento racional, o nacionalismo e o patriotismo. Nesse ponto, essa nova estrutura de pensamento contribuiu para o surgimento do cemitério seculares, uma vez que os mortos começaram a ser pensados como parte importante da sociedade. A estruturação dos túmulos e jazigos era o grande exemplo disso, pois continham grandes representações escultóricas, fotográficas, brasões de família, epitáfios e outros (Silva; Rodrigues, 2019, p. 92-93).

A decisão que optou pela implementação dos cemitérios seculares encontrou forte resistência no Brasil, pois muitos grupos sociais acreditavam que o enterro fora dos espaços sagrados era contra os preceitos religiosos da época (Silva; Rodrigues, 2019, p. 93). As irmandades religiosas e os setores mais conservadores da sociedade foram os que mais se opuseram à decisão de afastar os cemitérios dos centros urbanos, uma vez que, no caso das irmandades, eram elas que desempenhavam até então um célebre papel ritualístico no velório e no enterro dos mortos. Na ótica das irmandades, os enterros fora dos espaços sagrados profanariam a ressurreição final dos corpos e a memória dessas comunidades (Dillmann, 2013, p. 58).

No decorrer do século XIX brasileiro, sobretudo a partir do Segundo Reinado, foram intensos os debates sobre a questão da secularização dos cemitérios. Médicos e autoridades religiosas estavam no centro da discussão. Os médicos brasileiros, influenciados por sua formação na França (referência cultural para o Brasil na época), tornaram-se adeptos das ideias iluministas e racionais, "vinculando-se ao discurso do progresso nacional" (Martins, 2015, p. 132). A ideologia liberal se tornou o centro da política brasileira após a independência, postulando que o progresso nacional só seria alcançado com a superação da devastadora herança colonial. Para os adeptos da ideologia liberal, o progresso estaria vinculado à higienização do país, que passaria pelo trato com os mortos (Martins, 2015, p.132).

Os médicos consideravam que a decomposição cadavérica era prejudicial à saúde humana, já que consideravam que os gases que saíam das covas se propagavam pelo ar causando uma série de doenças e epidemias (Martins, 2015, p. 133). A questão era mais problemática na medida em que os gases se propagavam da igreja e seus arredores para toda a cidade. Os médicos condenavam os sepultamentos no interior das igrejas, pedindo pelo fim do "funeral-espetáculo", pois consideravam os costumes tradicionais os possíveis causadores de epidemias, como cólera, febre amarela e varíola (Reis, 2017, p. 262-266).

Como diversos médicos começaram a ocupar cargos na administração pública, muitas dessas medidas aos poucos foram sendo adotadas. Porém, a demora para a consolidação da classe médica como instituição influente nas decisões políticas da administração imperial foi um processo lento e gradual, o que em partes explicaria a morosidade para a aplicação da lei de 1828 (Martins, 2015, p. 133-134).

Mesmo com a lei de 1828, os sepultamentos continuaram ocorrendo no interior das igrejas, mesmo com o empenho dos médicos em divulgar a nocividade de tal costume para a saúde humana. Esse costume só era questionado quando novos surtos epidêmicos assolavam o país. Foi somente após a década de 1850 que as medidas para a construção de cemitérios extramuros começaram a ser adotados, na medida em que epidemias de febre amarela e cólera causaram inúmeras mortes em todo o país (Martins, 2015, p. 135).

A alta mortalidade causada pela epidemia de febre amarela na década de 1850 acabou gerando um grande medo entre a população da época. A ideia defendida pelos médicos sanitaristas era de que a epidemia era causada pelo odor emitido pelos corpos em putrefação em pleno centros urbanos. Assim, os vivos passaram a temer os mortos e todo o perigo causado pelas epidemias (Martins, 2015, p. 135).

João José Reis (2017) observou muito bem essa relação de proximidade e medo com relação aos mortos na Bahia. Em 1836, a província proibiu que os enterros acontecessem no interior das igrejas, seguindo o que foi decretado pelo governo imperial em 1828. Porém, tal decisão desagradou os habitantes de Salvador, gerando uma revolta entre a população. O episódio da capital baiana ficou conhecido como "Cemiterada". Enquanto ocorriam as negociações entre empresários, igreja, câmara e governo, antes e durante as obras do cemitério do Campo Santo, os grupos que se opuseram à criação do cemitério fora da cidade se organizavam e pressionavam as autoridades, recrutando adeptos contrários ao fim dos enterros no interior das igrejas. Esse movimento de resistência era encabeçado por irmandades religiosas e membros do clero contra os privilégios concedidos aos novos "empresários da Morte" (Reis, 2017, p. 385).

A pressão sobre o governo da Bahia ocorreu por meio de abaixo-assinados que visavam conter a inauguração do cemitério do Campo Santo (Reis, 2017, p. 385). Nessas representações ao legislativo ou executivo, as irmandades apresentavam inúmeros argumentos, sejam eles jurídicos, políticos, religiosos e econômicos contra a lei que proibia os enterros dentro das igrejas, propondo alternativas ao que chamavam de monopólio de enterros (Reis, 2017, p. 386).

Segundo Reis (2017), as irmandades religiosas entendiam que o cemitério do Campo Santo ameaçaria os ritos tradicionais de espaços sagrados e da cultura funerária vigente até então. De acordo com o autor, para as irmandades "os mortos deveriam ficar perto dos vivos mas em espaço sagrado como eram as igrejas e catacumbas" (Reis, 2017, p. 388).

Os cemitérios abertos fora das cidades, modelo que a Europa passou a adotar, não era aceito pelas irmandades religiosas brasileiras (Reis, 2017, p. 388). O cemitério do Campo Santo foi inaugurado no dia 23 de outubro de 1836,

em um domingo à tarde, dias antes de vigorar a lei que proibia os enterros no interior das igrejas. Por mais que o movimento de resistência à construção do cemitério fosse pacífico, o clima era de tensão até o dia da cerimônia de inauguração. Por isso, as autoridades mandaram reforçar a guarda do Campo Santo, com homens da Polícia Montada e da Infantaria (Reis, 2017, p. 398-399). O medo de uma revolta era iminente, pois, alguns dias antes da inauguração, as irmandades mobilizaram seus membros para conversar sobre o tema. As irmandades e demais grupos contrários à medida acabaram optando por convocar uma reunião para o dia da inauguração do cemitério (Reis, 2017, p. 399).

Durante a inauguração, os membros das irmandades que estiveram no local assinaram um manifesto em favor do movimento. Segundo Reis (2017), o manifesto era uma síntese dos argumentos levantados pelas irmandades. Por ele, é possível analisar o contraste de ideias, onde as irmandades lutavam pelo direito de os baianos de serem enterrados como de costume, em oposição aos interesses particulares dos empresários de possuírem o monopólio dos enterros em Salvador, denunciando o que "consideram a imposição da moralidade do lucro a qualquer preço" (Reis, 2017, p. 402). O manifesto tinha como alvo principal os "cemiteristas".

Apesar da devassa que se seguiu ao levante, nenhum envolvido, inclusive os líderes, foi formalmente acusado. Com afirma Reis (2017), as autoridades estavam dispostas a esquecer o episódio muito pelo medo que viesse a ocorrer novamente. De acordo com o autor:

A elite dirigente finalmente se convenceu de que tinham errado no encaminhamento da questão do cemitério, ao de salvar tradições tão profundamente arraigadas na alma do povo de Salvador. Ela se isolou perigosamente numa época em que o equilíbrio político se encontrava por um triz, a insatisfação popular era tão grande e os escravos acabavam de fazer uma seríssima sublevação (a do malês, em 1835) (Reis, 2017, p. 417).

Somente duas décadas mais tarde é que a população baiana começou a se conformar com a ideia dos cemitérios fora das cercanias da cidade. A cultura predominantemente religiosa até então começou a mudar a partir da grande epidemia de cólera, que castigou a província da Bahia em 1855.

Segundo dados apresentados e analisados por Reis (2017), cerca de 40 mil indivíduos perderam a vida na província devido à epidemia, 8 mil somente em Salvador (Reis, 2017, p. 422). A partir disso, as pessoas começaram a aderir ao discurso higienista, conformando-se com a ideia de abandonar suas antigas crenças e valores relacionados ao enterro em espaço sagrados. Assim, após 1855, o Cemitério do Campo Santo passou a operar normalmente (Reis, 2017, p. 423- 424).

Do ponto de vista legislativo, a secularização dos cemitérios no Brasil somente ocorreu no final do século XIX, com o advento da República e do Estado laico. O decreto nº 789, de 27 de novembro de 1890, foi o precursor da separação entre Igreja e Estado, pois teve como intuito eliminar a intervenção de qualquer autoridade religiosa no gerenciamento dos cemitérios públicos do país. O decreto passava a gerência dos cemitérios para a competência dos municípios (Dillmann, 2013, p. 62).

A regulamentação efetiva dos cemitérios seculares veio com a Constituição Federal de 1891, a primeira do período republicano. Em seus artigos 72º e artigo 85º, estabelecia que os cemitérios seriam de caráter secular e seriam administrados pela autoridade municipal. Os cultos religiosos deveriam ser livres, obedecendo à moral pública das leis (Dillmann, 2013, p. 63).

Ao longo deste capítulo, tivemos a oportunidade de compreender como os cemitérios da forma como os conhecemos hoje surgiram. Na Europa do início do século XIX, especialmente na França, o problema do mau cheiro no interior das igrejas começou a ser questionado, levantando a questão sobre a viabilidade dos enterros no interior desses espaços. Médicos sanitaristas e outros profissionais de saúde argumentavam que o odor exalado pelos corpos em putrefação seria prejudicial para a população que frequentava as missas regularmente e, também, para aqueles que moravam nos arredores desses espaços sagrados. A solução adotada pelas autoridades competentes da época foi a construção de cemitérios fora das cercanias das cidades, como uma forma de melhorar a condição de vida da população, supostamente livrando-a do mau cheiro exalado pelos mortos. Contudo, como vimos, a decisão esbarrou na tradição popular de que a salvação somente seria alcançada sendo os cadáveres enterrados nos espaços sagrados, como no interior da igreja.

No caso brasileiro, a adoção dos cemitérios públicos também enfrentou resistência por parte da população, causando algumas revoltas como a Cemiteriada, em Salvador, na Província da Bahia. Contudo, ao longo do século XIX, a população começou, aos poucos, a aceitar a adoção dos cemitérios fora dos núcleos urbanos. Como vimos, essa aceitação somente aconteceu devido à epidemia de cólera que foi um grande problema de saúde pública enfrentado pelo Império brasileiro. Alguns cemitérios seculares começaram a ser construídos e entraram em funcionamento já entre os anos de 1840 e 1860, alguns sendo administrados por irmandades religiosas. Porém, a adoção definitiva dos cemitérios seculares se deu apenas após 1890, com a proclamação da República, passando para a competência das autoridades municipais. É importante ressaltarmos que o fato de o cemitério público ser secular não implica que não houvesse manifestações religiosas expressas nas sepulturas, apenas que são laicos, onde todos os tipos de manifestações devem ser aceitas. Por isso, há grande variedade de elementos religiosos, arquitetônicos e simbólicos nas necrópoles.

No próximo capítulo, vamos discorrer sobre a formação do município de Rolândia e de seu cemitério, mencionando aspectos de sua formação cultural e de como elas estão expressas nos túmulos, principalmente nos mais antigos. Contudo, nos últimos anos, esses túmulos estão deixando de existir, uma vez que a falta de espaços para novos sepultamentos tem feito com que a administração tivesse que remover os túmulos mais antigos para suprir a demanda existente. Isso acarreta problemas de cunho histórico, fato que abordaremos a seguir.

## 2. UMA HISTÓRIA EM DESTRUIÇÃO: O PROBLEMA DA FALTA DE ESPAÇO NO CEMITÉRIO SÃO PEDRO

Este capítulo tem como objetivo analisar o problema da falta de espaços no Cemitério Municipal Central de Rolândia, abordando as possíveis causas do fenômeno. Vamos mostrar como a política de remoção de túmulos adotada não tem levado em conta critérios patrimoniais no processo de escolha das sepulturas a serem removidas, e como isso pode ser prejudicial para a história do município. Após isso, vamos apresentar alguns autores que enfrentaram problemas semelhantes em suas pesquisas e as metodologias que adotaram para tratar dos elementos materiais e imateriais que se perdem com a remoção de túmulos em um cemitério e como isso é nocivo para a história de uma cidade ou região.

### 2.1 – Cemitério Municipal Central de Rolândia

O Cemitério Municipal Central de Rolândia iniciou suas atividades de maneira formal no ano de 1936, com seu primeiro sepultamento, logo quando os primeiros colonizadores começaram a se estabelecer e erguer as primeiras estruturas no núcleo urbano da colônia projetada pelos funcionários da Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP). Assim como na maioria dos outros núcleos, o cemitério do futuro município de Rolândia foi construído nas extremidades da cidade. Nas plantas projetadas pelas CTNP, podemos averiguar essa situação com um maior número de detalhes<sup>19</sup>. Vejamos a planta desenvolvida por Renato Leão Rego e Karin Schwabe Meneguetti (2006) sobre a configuração da planta da colônia Roland em 1934. Os autores argumentam que a forma projetada para Rolândia é semelhante a um “tridente”, parecido com

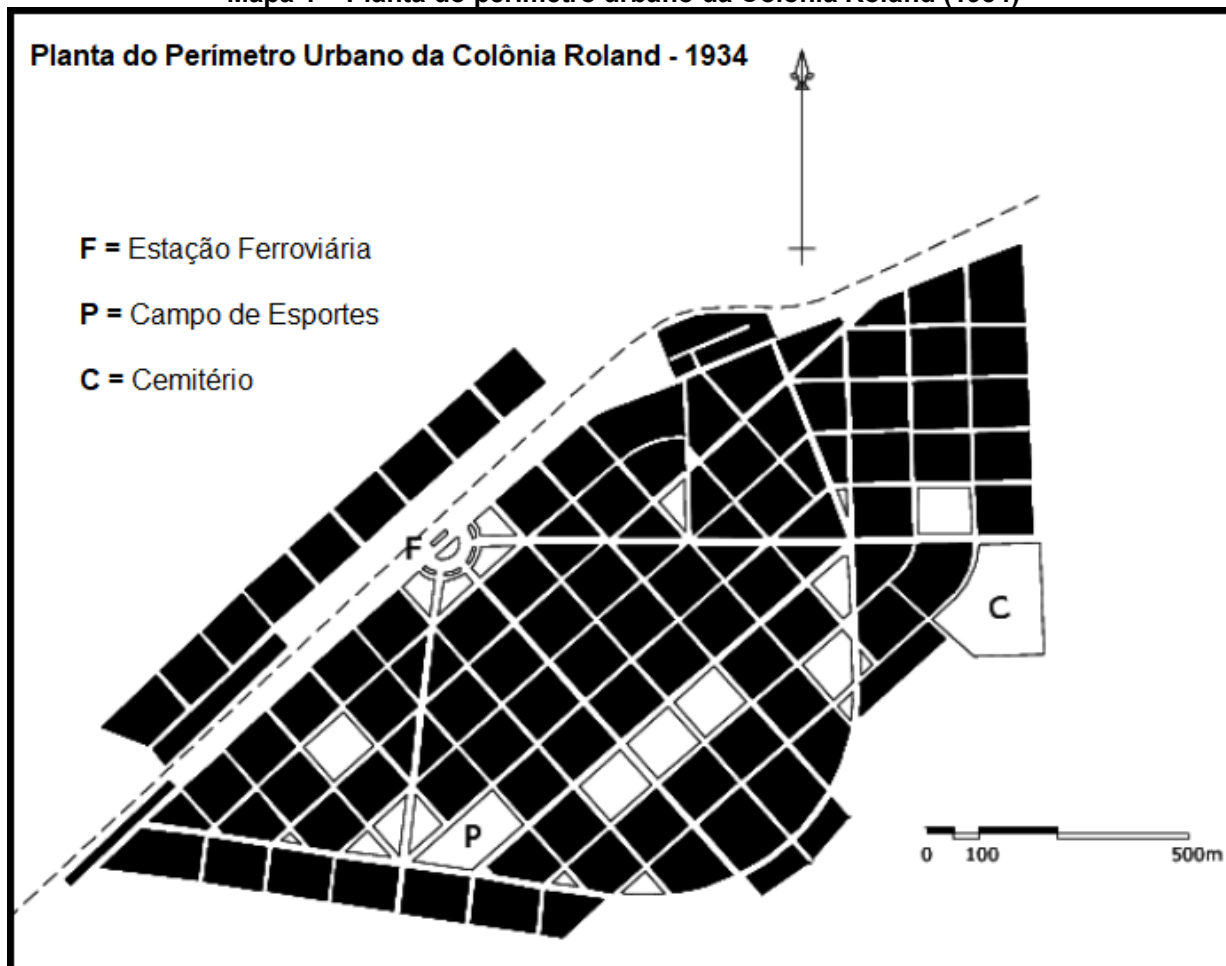
---

<sup>19</sup> As plantas das cidades do Norte do Paraná projetadas pela CTNP são descritas por Renato Leão Rego e Karin Schwabe Meneguetti (2006), em artigo que versa sobre a forma urbana dessas cidades. Por serem formados em Arquitetura, a descrição do formato adotado pela Companhia de acordo com a geografia dos locais é ainda mais detalhada (Rego; Meneguetti, 2006, p. 93-103). José Aloisio Nunes também apresenta em seu livro as plantas da maioria das cidades do norte do Paraná, que foram projetadas pela companhia inglesa. Nessas plantas, é possível vermos que os cemitérios eram projetados para ficarem nas extremidades dos núcleos urbanos (Nunes, 2013, p.152). Na medida em que as cidades cresceram, esses cemitérios passaram a figurar na parte mais central.

a *Piazza del Popolo* em Roma. Isso porque, juntamente com a via em formato de parábola que acompanhava a linha férrea (Avenida Presidente Getúlio Vargas), foram projetadas três vias radicais que cortam o perímetro urbano, partindo da estação ferroviária e atingindo outra avenida que corta a cidade em parábola, hoje conhecida como Avenida Castro Alves. Conforme os autores, essas três vias radicais cruzam o perímetro urbano levando a pontos de destaque da cidade. A leste temos a atual Avenida Romário Martins, que conduz ao cemitério; a sudeste a atual Avenida dos Expedicionários, que corta o centro da cidade; e ao sul a Avenida Salgado Filho, que leva ao campo de esportes (Rego; Meneguetti, 2006, p. 95-96).

Devemos mencionar que Rego e Meneguetti (2006) apresentam uma análise da estrutura da cidade que pode ser problematizada. Os autores partem da visão de que o início da cidade seria na Avenida Castro Alves, que a corta no formato de parábola. Contudo, a planta da CNTP demonstra o contrário, sendo a estação de trem o marco inicial da cidade, de onde todas as ruas principais partem. Assim, a parábola representava a demarcação de onde ficaria o final do núcleo urbano de Rolândia na década de 1930.

Mapa 1 – Planta do perímetro urbano da Colônia Roland (1934)



Fonte: REGO; MENEGUETTI, 2006, p. 96

Nas primeiras décadas de colonização, como podemos perceber pelo mapa, o cemitério permaneceu na extremidade do núcleo urbano da cidade. Conforme a cidade foi crescendo, o cemitério passou a figurar na área central, passando por aumentos consideráveis de espaço ainda na segunda metade do século XX. Veremos isso mais adiante quando trataremos da anexação desses territórios ao cemitério.

Nas quadras com os sepultamentos mais antigos do município, nos deparamos com túmulos de indivíduos e de famílias das mais variadas etnias, que demonstram a variedade cultural, étnica e religiosa das pessoas que buscavam melhores condições de vida nas terras administradas pela CTNP. Por ser uma cidade fundada a partir da iniciativa da Sociedade Alemã de Estudos do

Além-Mar<sup>20</sup>, em parceria com os ingleses da companhia de terras, muitos são os túmulos de alemães e descendentes que encontramos no cemitério<sup>21</sup>.

Contudo, com um olhar mais atento, é possível notarmos diversas etnias que se estabeleceram na cidade, algumas pelo estilo arquitetônico peculiar dos túmulos, outras devido a detalhes específicos que podem passar despercebidos. Os túmulos de japoneses e descendentes também estão presentes em uma quantidade considerável, destacando-se por seus estilos e padrões de confecção, elementos culturais e religiosos diferentes do comum. Túmulos de portugueses, espanhóis, italianos, húngaros, austríacos, suíços e outros estão entre as etnias que também encontramos no cemitério, mas em menor número. Porém, a verificação desses túmulos só é possível por meio da análise dos sobrenomes de seus indivíduos, pois seus poucos símbolos religiosos podem passar despercebidos aos nossos olhos, como o caso da figura de Nossa Senhora de Fátima na sepultura de imigrantes portugueses. A origem étnica pode ser averiguada pela ênfase do local de nascimento nas placas de identificação. Portugueses, Japoneses, Italianos, Húngaros e Alemães estão entre os casos que encontramos ao longo do trabalho de campo.

De acordo com as expectativas de crescimento populacional das regiões da colônia Roland, nos primeiros anos de sua fundação, o Cemitério São Pedro, projetado com trinta (30) quadras, parecia adequado na época. Contudo, com o passar das décadas essa, realidade foi se alterando na medida em que o norte do Paraná, já sem a influência da companhia Inglesa (CTNP), passou a ser um atrativo para pessoas de outros lugares<sup>22</sup>, mas com a influência da Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP)<sup>23</sup>.

---

<sup>20</sup> Em alemão, Gesellschaft Für Wirtschaftliche Studien im Übersee. Segundo Carneiro (1996, p. 135), a sociedade tinha como objetivo investigar locais na América Latina mais adequados à colonização alemã.

<sup>21</sup> No caso dos alemães, também temos o cemitério localizado ao lado da Igreja do São Rafael, na estrada Erich Koch Weser, onde só alemães e descendentes podem ser sepultados. Trata-se de um cemitério étnico que se tornou um dos pontos turísticos mais visitados e comentados da cidade. Toda essa fama vem da construção da identidade germânica em torno da cidade e da paisagem campestre do local.

<sup>22</sup> Devemos lembrar que o discurso da fertilidade das terras do norte do Paraná se trata de uma forma encontrada pela CTNP de recuperar o dinheiro investido na região de forma rápida e mais eficaz. Não que o solo da região não fosse fértil, mas que esse discurso foi enfatizado pela companhia para propagar a ideia de lucro fácil por meio do tripé propagandístico fertilidade-prosperidade-riqueza (Arias Neto, 2008; Tomazi, 1989).

<sup>23</sup> Com o início da Segunda Guerra Mundial em 1939, a Inglaterra se viu obrigada a reduzir seus gastos no exterior e focar na economia de guerra para enfrentar a Alemanha Nazista. Com isso, uma série de empresas britânicas no exterior foram colocadas à venda, entre elas estava a

O slogan "*Rolândia rainha do café*" surgiu nas décadas de 1950 e 1960, no contexto de expansão cafeeira juntamente com o avanço da fronteira agrícola para o oeste do Estado (Arias Neto, 2008). Os dados apresentados por Cancian (1981) mostram como o Norte do Paraná se tornou uma das principais regiões produtoras de café durante a década de 1940 e 1950. De acordo com o autor, a área plantada passou de 58,9 mil hectares<sup>24</sup> em 1930 para cerca de 113,3 mil hectares no ano de 1945 (Cancian, 1981). Os dados mostram que, entre 1945 até meados da década de 1970, o Paraná se transformou no principal produtor de café do Brasil, chegando a representar cerca de 62% da produção brasileira (Sesso et. al., 2020, p. 6).

A produção cafeeira foi o fator fundamental para o crescimento e desenvolvimento das cidades do Norte do Paraná, como é o caso de Rolândia. De acordo com Oliveira (2009), o café foi o principal responsável pelos milhares de empregos criados no eixo Londrina-Maringá devido à grande demanda de mão de obra necessária para a produção do grão. Plantio, manutenção, colheita, secagem, transporte e comercialização do café eram os principais geradores de emprego da região e eram atrativos para as pessoas que buscavam melhores condições de vida (Sesso et. al., 2020, p. 3).

A especialidade da cidade começou a se alterar profundamente durante a década de 1970, com o declínio da produção cafeeira. A Geada Negra de 1975 somente acelerou o processo de substituição das lavouras de café pela tríade de soja-milho-trigo, que dinamizaram a vida no campo. Essas transformações estavam diretamente vinculadas à introdução de novas tecnologias no campo, que passaram a ser implementadas, sobretudo, após o golpe Cívico-Militar de 1964 e o início do governo militar. A Revolução Verde<sup>25</sup>,

---

CTNP. Gastão de Souza Mesquita Filho, ligado ao Banco Mercantil de São Paulo, logo demonstraria interesse em adquirir a companhia. A negociação só foi concretizada em 1943, com a prévia autorização do presidente Getúlio Vargas, com a condição de que a estrada de ferro da companhia ficasse sob administração estatal. As negociações foram concluídas e Gastão, juntamente com outros sócios, adquiriu a companhia em sua totalidade. Até 1951, a empresa manteve a política de colonização racional da terra dos britânicos, passando, depois disso, a diversificar as atividades com o incentivo para a produção de materiais de cerâmica e madeira, assim como para outras atividades urbanas como comércio, educação e saúde. Atualmente a companhia foca suas atividades na produção de cana-de-açúcar e etanol (CMNP, 2022).

<sup>24</sup> Unidade de medida de área rural na qual 1 hectare corresponde a 10.000 m<sup>2</sup>.

<sup>25</sup> Para mais informações sobre o processo de mecanização agrícola iniciada na década de 1970 no Brasil, ler (Albano; De Sá, 2011); (Andrades; Ganimi, 2007); (Antonelli, 2015); (Balsan, 2006) e (Rodrigues, 2012).

como ficou conhecida, impôs inúmeras mudanças ao homem do campo, sobretudo aos pequenos produtores e aos porcentageiros<sup>26</sup> de café. Ela pode ser caracterizada por uma mudança radical nas técnicas agrícolas, com a adoção de novas tecnologias como a utilização de tratores a diesel, novos implementos e, principalmente, pela adoção de novos insumos, adubos e agrotóxicos, transformando o homem do campo em um consumidor dependente da crescente indústria agrícola (Souza, 2011, p. 236).

A mecanização agrícola trouxe benefícios para o campo em nível de produção de grãos, mas esse processo excludente é conservador em sua essência, trouxe também inúmeros problemas que ainda podem ser identificados na sociedade como o aumento desenfreado da população urbana causado pelo crescente êxodo rural. Rolândia, enquanto uma das principais cidades produtoras de café, estava inserida nesse cenário. Com a mecanização e a substituição do café pelas culturas de soja, milho e trigo, toda a mão de obra existente no campo, pequenos produtores e principalmente porcentageiros, tiveram que ir em busca de novos empregos na cidade. Indivíduos de outras regiões também acabaram migrando para as cidades da região de Londrina, que possuíam melhores oportunidades para a crescente massa de trabalhadores oriunda da zona rural.

Os problemas causados pelo êxodo rural e a industrialização dessas cidades ainda podem ser notados, visto que poucas políticas públicas de urbanização foram adotadas de forma eficiente nas últimas décadas do século XX. Um desses problemas está nos cemitérios municipais da região, como no caso de Rolândia. As cidades do eixo Londrina-Arapongas não foram projetadas para um crescimento populacional exponente como o que aconteceu nos últimos anos, fazendo com que os cemitérios que até então ficavam nas extremidades dessas cidades fossem engolidos pelo rápido desenvolvimento urbano da região.

---

<sup>26</sup> Indivíduos que moravam na propriedade, mas não eram donos das terras. Cuidavam apenas de alguns talhões de café; em troca, o proprietário pagava uma porcentagem da produção. Entre as fileiras de café, esses indivíduos plantavam alguns alimentos para a própria subsistência, vendendo os excedentes no intuito de conseguir uma renda extra. Do ponto de vista jurídico, trata-se de uma relação entre proprietário e trabalhador, onde não está caracterizada a subordinação e a dependência econômica que são indispensáveis para a configuração da relação de emprego. Portanto, o porcentageiro não é empregado, pois apenas cultiva uma parte da propriedade em regime de economia familiar, onde ficar com uma porcentagem dos lucros obtidos com o cultivo da terra (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, 2001).

Em grande parte, é devido a essas questões que os cemitérios da região sofrem com a falta de espaço para o sepultamento de seus mortos. Porém, o grande problema está na forma adotada pelas administrações para tentar solucioná-lo. Não que isso seja algo simples e fácil, pois estamos diante de questões relacionadas ao espaço, mas que todo cuidado deve ser tomado quando estamos diante de um local onde é preservada a história das pessoas que ajudaram na construção do município, de suas crenças, suas origens étnicas e culturais, visões de vida e morte entre outras coisas.

A importância do cemitério se dá por ser um local com resquícios do passado, onde podemos verificar as tendências arquitetônicas e artísticas, dos elementos culturais, religiosos e étnicos que são ou não enfatizados pelos familiares na construção dos túmulos dependendo do momento histórico que estão inseridos. Isso é um fator mais nítido em locais em que emigrantes das mais variadas origens étnicas estabeleceram moradia, sejam eles oriundos da Ásia, África, Europa e Oriente Médio. A época em que os túmulos são construídos também é um fator determinante para a percepção desses elementos. Os túmulos confeccionados na primeira metade do século XX são um exemplo disso. Essas sepulturas possuem características específicas que variam desde o estilo arquitetônico e escultórico, até os elementos simbólicos religiosos e culturais de forma mais ampla<sup>27</sup>.

Por essas razões, o cemitério deve ser compreendido como um verdadeiro museu a "céu aberto", principalmente os mais tradicionais, onde essas visões de mundo da sociedade sobre a morte, as formas de senti-la, vivê-la e superá-la<sup>28</sup>, são mais notáveis devido aos diversos elementos materiais presentes. Essas formas de compreender a morte, velar e enterrar estão refletidas no estilo arquitetônico da sepulturas sempre seguindo a ótica de pensamento vigente em determinada época e lugar (Gawryszewski, 2011, p. 60).

É a partir desse entendimento que a "cidade dos mortos" é uma grande representação da "cidade dos vivos", onde a sepulturas nos mostram os

---

<sup>27</sup> Os túmulos de origem positivista, onde o medo da morte influenciava a forma com que estes seriam confeccionados, diferem bastante da padronização que tomou conta dos cemitérios nas últimas décadas, principalmente quando as marmorarias se tornaram a principal referência para a construção de túmulos.

<sup>28</sup> Quando falamos isso, estamos nos referindo ao período de luto, sofrimento e dor pela perda de alguém próximo de nós.

grupos étnicos, os elementos culturais, sociais, econômicos, políticos e sobretudo religiosos (Tessaro, 2021, p. 80-83). Portanto, preservar o acervo que encontramos no cemitério é uma forma de manter vivo nosso passado, sua história, principalmente em um local onde histórias privadas se misturam com histórias coletivas. Nas palavras de Gawryszewski (2011), o cemitério é:

Um lugar privilegiado para se encontrar o nosso patrimônio cultural material e imaterial: os modos de fazer, as celebrações, os rituais, tradições de nossa ancestralidade e de nossa atualidade, o material empregado nos jazigos, a estatuária religiosa, nossos costumes, lendas entre outras expressões culturais (Gawryszewski, 2011, p. 87).

Seguindo a ideia apresentada pelo autor, temos outros grandes nomes dos estudos cemiteriais no Brasil que partilham desse mesmo pensamento. Em sua obra, Harry Rodrigues Bellomo (2000) fala sobre a importância de preservação do acervo presente nos cemitérios como um todo, mas em especial nas necrópoles gaúchas, fonte de seus estudos. O autor argumenta as formas pelas quais os cemitérios projetam valores, crenças, estruturas socioeconômicas e ideológicas de sociedades e que, portanto, são riquíssimas fontes para o conhecimento humano (Bellomo, 2000, p. 15).

Por sua vez, Maria Elizia Borges (2016) argumenta que os cemitérios possuem um poder simbólico gigantesco na medida em que preservam, por meio da materialidade dos jazigos, as identidades étnicas de uma região, seus valores culturais e religiosos, a convivência das mais variadas classes sociais e de obras funerárias confeccionadas por grandes artistas. Um dos objetivos da autora é pensar como a preservação desses acervos pode ser feita e a maneira que podem ser utilizados, de forma geral, para sensibilizar a comunidade fazendo-a desenvolver uma consciência histórica sobre a vida e a morte de seus cidadãos de modo a conservar boa parte desses espaços (Borges, 2016, p. 2-3).

Sabemos que a preservação total do acervo presente em um cemitério é praticamente inviável e impossível, por conta das questões relacionadas à falta de espaço. Contudo, critérios voltados para políticas patrimoniais devem ser adotados na hora da escolha dos túmulos que serão preservados. Esse é um problema grave enfrentado por algumas cidades do

Norte do Paraná, que cresceram rapidamente sem um projeto adequado de urbanização pensando na construção de novos cemitérios na medida em que a população crescia. Esse é basicamente o problema de Rolândia, onde a administração vem falhando consideravelmente com a questão da falta de espaço no Cemitério Municipal Central. A solução adotada pela administração foi um tanto quanto desastrosa do ponto de vista histórico, pois túmulos considerados abandonados estão sendo exumados e retirados para dar lugar a novos sepultamentos.

Durante a pesquisa, conseguimos levantar duas hipóteses para isso estar ocorrendo. A primeira delas refere-se à falta de espaço do Cemitério São Pedro, que atingiu sua capacidade máxima no decorrer do ano de 2013, mesmo com a compra de um terreno ao lado que foi anexado ao cemitério. Isso mostra sinais de quanto antigo problema é e a demora da administração em averiguá-lo e solucioná-lo da maneira mais adequada possível. Retornaremos a este ponto mais adiante. O segundo fator é referente à demora para a construção e licitação do novo cemitério municipal (Parque das Hortênsias), que começou a ser planejado em meados de 2012 e somente iniciou suas atividades no final do ano de 2019 e início de 2020.

A solução imediata frente a essa demora foi desastrosa com relação ao acervo material e imaterial que encontramos no Cemitério Municipal Central. Os dados que coletamos parecem dar um pequeno parâmetro do material de relevância cultural e histórica, o que ter se perdido nesse período entre 2012 e 2023. Antes de falarmos sobre os dados e os métodos de pesquisa de campo, vamos falar sobre os dois cemitérios e o problema da falta de espaço para novos sepultamentos.

Como visto na planta da cidade, no início o cemitério ficava nas extremidades do perímetro urbano, contando com trinta (30) quadras com quase a mesma metragem. Os anos se passaram e, assim como as outras cidades do Norte do Paraná, Rolândia passou por um rápido crescimento populacional possível de ser notado desde a década de 1970, que foi responsável pela expansão de seu núcleo urbano. O cemitério que foi pensado para ficar nas extremidades logo foi engolido pela cidade que não parava de crescer.

Com a falta de um planejamento adequado, os problemas relacionados à lotação do cemitério começaram a aparecer no final da década

de 2000. Logo no início do ano de 2010, o cemitério atingiu sua capacidade máxima quando os espaços livres da quadra número um se esgotaram. A quadra de número um fica logo na entrada principal e foi a última da planta original a ser utilizada para sepultamentos. Contudo, antes que isso acontecesse, a prefeitura comprou um pequeno terreno ao lado e anexou ao cemitério, criando mais duas quadras: as quadras A1 e A2 que estão ao lado das quadras 21 e 26, respectivamente.

No site oficial da prefeitura, podemos averiguar por meio de uma série de notícias os problemas relacionados à falta de espaço. Em notícia veiculada no site em junho de 2010, a prefeitura amenizava a falta de espaço no Cemitério Municipal Central. Segundo o que consta, a administração estava construindo cerca de noventa (90) carneias (colmeias) na parede direita do cemitério que seriam utilizadas para sepultamentos mais urgentes. A administração esperava que os novos espaços, as quadras e as carneias, amenizassem a falta de espaço até que a prefeitura conseguisse um terreno para a construção do novo cemitério. A estimativa era de que até 2013 esses espaços seriam suficientes (Prefeitura Municipal de Rolândia, 2010)

Já em maio de 2012, a prefeitura informava que o cemitério só teria espaço suficiente para cerca de um ano e três meses, demonstrando a necessidade urgente de um novo cemitério. A notícia também afirma que, em caso extremo, recorreria ao cemitério existente na comunidade do Bartira (Prefeitura Municipal de Rolândia, 2012).

Com cerca de 3,5 alqueires paulistas, o terreno para o novo cemitério somente viria ser adquirido pela Prefeitura em outubro de 2012. Em suma, tratava-se de um pequeno terreno perto do número de habitantes da cidade de Rolândia<sup>29</sup>. A própria notícia sobre a aquisição do terreno mostrava que se tratava de uma medida de urgência e não de algo que fora planejado com devida cautela e antecedência (Prefeitura Municipal de Rolândia, 2012).

---

<sup>29</sup> De acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, Rolândia contava com cinquenta e sete mil e oitocentos e sessenta e dois (57.862) habitantes. Já em 2022, a população de Rolândia está entre setenta e um mil seiscentos e setenta (71.670) habitantes.

## 2.2 – Cemitério Parque das Hortênsias

Um projeto de lei para a construção de um novo cemitério já existia desde meados de 2009, como podemos averiguar por meio do requerimento número 132/2009 (CÂMARA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, 2009) presente no histórico das discussões da Câmara de Vereadores. No documento, é possível verificar o caráter de urgência da discussão sobre a necessidade de um novo cemitério, visto que o São Pedro estava quase cheio. Dessa data em diante, várias discussões sobre o tema ocorreram na câmara, mas sem sucesso. O terreno só veio a ser adquirido em 2012, ano eleitoral.

O lote de 3,5 alqueires adquirido para ser o novo cemitério, localizava-se próximo ao Contorno Norte, na Estrada da Pedra, na área denominada de "Chácara Córrego vermelho". O local era quase inutilizado, possuindo apenas um pequeno caminho de terra, que foi revitalizado para dar acesso ao novo cemitério e foi nomeada de Avenida Florisberto Alberto Berg. Na notícia sobre a compra do terreno, a prefeitura mencionava que o cemitério seguiria o estilo europeu<sup>30</sup>, com sepultamento no chão e lápides padronizadas com o projeto e os estudos de impacto ambiental necessários. Esperava-se que o novo cemitério entrasse em funcionamento antes que os espaços do Cemitério São Pedro estivessem esgotados.

Nada disso ocorreu conforme esperado. O cemitério demorou quase nove anos para iniciar suas atividades, pois não conseguia as licenças necessárias para entrar em funcionamento. Uma matéria de julho de 2018, que consta no site da prefeitura, informa que as obras do cemitério estavam praticamente prontas, e que a administração havia enviado para o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) o laudo para análise da qualidade da água e, juntamente com isso, foi enviado um pedido para licença de operação. Conforme o que consta uma notícia, não existia nenhuma previsão para o início do sepultamento no novo cemitério. Demorou mais três anos para que ele entrasse em funcionamento com todas as licenças exigidas (PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, 2018).

Antes de continuarmos analisando o problema causado pela falta de espaço, seja no Cemitério Municipal Central quanto no Parque das Hortênsias,

---

<sup>30</sup> A região seguiria a ideia de cidade jardim dos Britânicos.

precisamos falar dos motivos referentes ao licenciamento ambiental que também influenciaram na destruição do acervo material presente no cemitério central. O principal ponto para a demora está diretamente ligado ao local adquirido para ser um novo cemitério, que fica próximo a uma nascente e estaria sujeito a sérios danos ambientais caso um estudo adequado não fosse feito. Isso só é possível porque, desde 2003, a legislação ambiental Federal não permite a instalação de cemitérios em locais em que os corpos em decomposição possam causar danos ao lençol freático (Gimenez; Tatsui, 2013, p. 55 56).

Em abril de 2003, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) promulgou a resolução número 335 que dispõe sobre a questão do licenciamento ambiental para cemitérios horizontais e verticais. Tal resolução é um grande marco, pois antes dela os cemitérios eram instalados em qualquer lugar, sem a necessidade de um estudo prévio dos riscos ambientais que poderia causar. Antes dela, muito cemitérios eram construídos em locais próximo às nascentes e fundos de vale, correndo sérios riscos de contaminação dos lençóis freáticos (Fernandes, 2017, p. 23). A resolução possui 18 artigos e passou por algumas pequenas mudanças ao longo dos anos. Dentre estes, os artigos 3 e 4 são essenciais para verificarmos as exigências obrigatórias para instalação de um novo cemitério (Gimenez; Tatsui, 2013, p. 62). Vejamos tais artigos:

**Art. 3º** Na fase de Licença Prévia do licenciamento ambiental, deverão ser apresentados, dentre outros, os seguintes documentos:

I - caracterização da área na qual será implantado o empreendimento, compreendendo:

a) localização tecnicamente identificada no município, com indicação de acessos, sistema viário, ocupação e benfeitorias no seu entorno;

b) levantamento topográfico planialtimétrico e cadastral, compreendendo o mapeamento de restrições contidas na legislação ambiental, incluindo o mapeamento e a caracterização da cobertura vegetal;

c) estudo demonstrando o nível máximo do aquífero freático (lençol freático), ao final da estação de maior precipitação pluviométrica;

d) sondagem mecânica para caracterização do subsolo em número adequado à área e características do terreno considerado; e

II - plano de implantação e operação do empreendimento.

§ 1º É proibida a instalação de cemitérios em Áreas de Preservação Permanente ou em outras que exijam desmatamento de Mata Atlântica primária ou secundária, em estágio médio ou avançado de regeneração, em terrenos predominantemente cársticos, que apresentam cavernas, sumidouros ou rios subterrâneos, bem como naquelas que tenham seu uso restrito pela legislação vigente, ressalvadas as exceções legais previstas. (NR) (Redação dada ao parágrafo pela Resolução CONAMA nº 368, de 28.03.2006, DOU 29.03.2006)

§ 2º A critério do órgão ambiental competente, as fases de Licença Prévia e de Instalação poderão ser conjuntas.

§ 3º Excetua-se do previsto no parágrafo anterior deste artigo, cemitérios horizontais que:

I - ocupem área maior que cinqüenta hectares;

II - localizem-se em Áreas de Proteção Ambiental - APAs, na faixa de proteção de Unidades de Conservação de Uso Integral, Reservas Particulares de Patrimônio Natural e Monumento Natural;

III - (Revogado pela Resolução CONAMA nº 368, de 28.03.2006, DOU 29.03.2006);

IV - localizem-se em áreas de manancial para abastecimento humano.

**Art. 4º** Na fase de Licença de Instalação do licenciamento ambiental, deverão ser apresentados, entre outros, os seguintes documentos:

I - projeto do empreendimento que deverá conter plantas, memoriais e documentos assinados por profissional habilitado;

II - projeto executivo contemplando as medidas de mitigação e de controle ambiental (CONAMA Nº 335/2003).

Desde a promulgação dessa resolução do CONAMA, alguns requisitos devem ser cumpridos para que um novo cemitério seja construído e possa entrar em operação. O principal desses quesitos refere-se ao local onde será instalado. Muitas variáveis são analisadas para determinar qual será o impacto dos resíduos cadavéricos ao meio ambiente local, dentre os quais

podem-se destacar seis: primeiro deve-se levar em consideração as condições meteorológicas locais; em segundo lugar, a geologia e a geomorfologia do lugar também devem ser analisados; em terceiro, a topografia do terreno; em quarto, as características do solo que podem ser utilizadas para verificar a condutividade hidráulica do lençol freático local; já em quinto lugar, a hidrologia é essencial para determinar qual o comportamento desse lençol; e, por último, deve-se analisar as condições de operação de cemitério, na qual se irá averiguar se os sepultamentos ocorrerão diretamente no solo ou se serão impermeabilizados com concreto e tijolo (Rodrigues et. al., 2003).

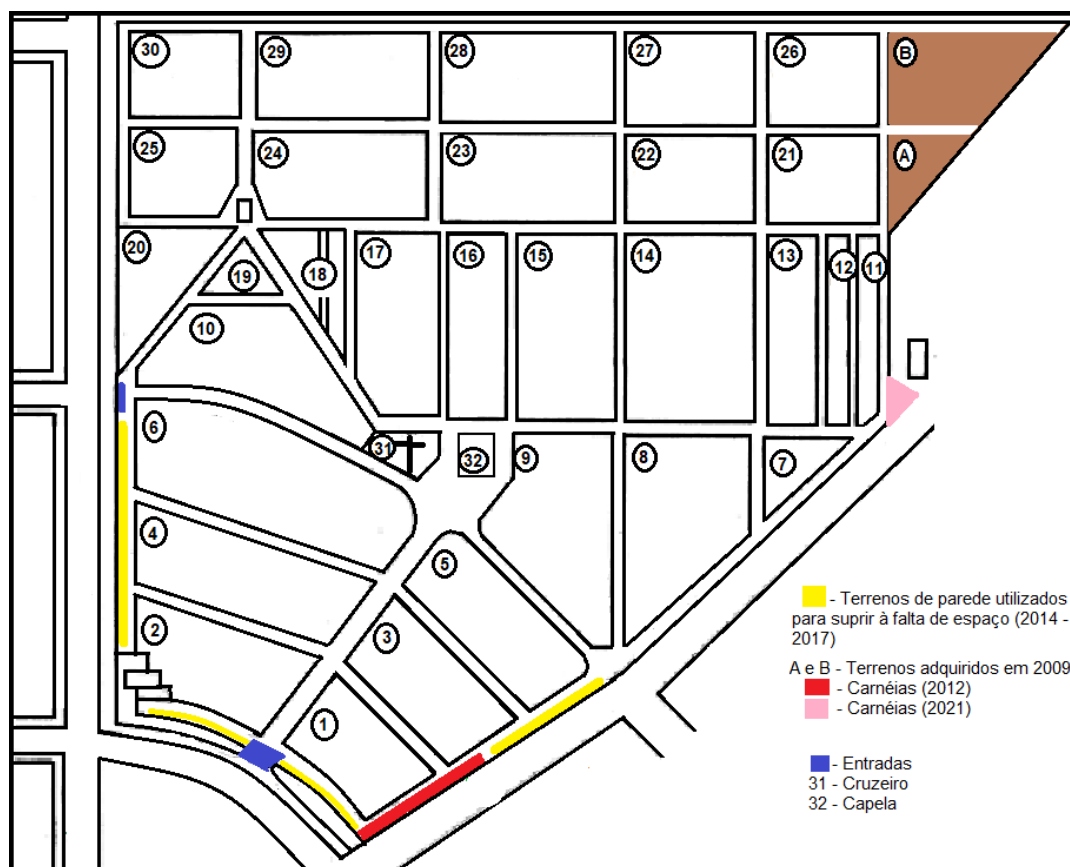
Atualmente, todos esses fatores são levados em consideração para que os danos ambientais causados pelos corpos em decomposição sejam os menores possíveis. Estar próximo a uma nascente e a um pequeno córrego foi um dos fatores que influenciaram na demora para a licitação do Cemitério Parque das Hortênsias.

Porém, outras exigências são necessárias e demoraram para ser cumpridas. A principal delas refere-se à necessidade de instalação de poços de monitoramento de nível hidrostático. Conforme mencionado por Gimenez e Tatsui (2013), desde 2008 com a NBR 15495-2, a instalação desses poços de monitoramento é obrigatória nos cemitérios brasileiros. Eles devem ser utilizados para obter amostras periódicas da qualidade da água na região onde está localizado o cemitério (2013, p. 58). Além disso, eles também visam avaliar as direções de fluxo, condutividades hidráulicas e dispersividades, retardamentos e reavaliar os parâmetros de contaminação por cloretos, fosfatos, nitrogênio amoniacal, nitrato, coliformes fecais, bactérias e salmonelas que limitariam o uso dessa água para o consumo humano na região (Fernandes, 2017, p. 31-35). Esse foi outro problema que dificultou a licitação do Cemitério Parque das Hortênsias. Pelo site da prefeitura, é possível verificar que a análise da água por meio desses poços teve que ser refeita diversas vezes para que o cemitério conseguisse sua licença de operação, que só veio no início de 2020 (Prefeitura Municipal de Rolândia, 2019).

### 2.3 – O Problema da Falta de Espaços e a Solução adotada

Como analisamos nos últimos tópicos, Rolândia sofreu bastante na última década com a falta de espaço para novos sepultamentos, tanto no Cemitério Municipal Central quanto na demora para a construção do Cemitério Parque das Hortênsias. Essa última década foi bastante complicada nesse quesito e as formas adotadas para solucioná-los não foi das melhores possíveis, gerando diversos impactos de cunho histórico para o município. No final do ano de 2014, as novas vagas no Cemitério São Pedro se esgotaram e, com o impasse do novo cemitério, a administração recorreu ao pequeno espaço existente entre os muros e o caminho ao lado das quadras iniciais. O que antes era um espaço com grama onde famílias construíam pequenos jardins, logo foi utilizado para novos sepultamentos. Nessa planta do cemitério, demarcamos exatamente onde ficavam esses lugares:

**Mapa 2 - Planta do Cemitério Municipal com a localização dos espaços utilizados para sepultamentos entre 2014 a 2017.**



**Fonte:** Prefeitura Municipal de Rolândia (Editado pelo Autor).

Pelas datas de falecimento que encontramos nesses túmulos, é possível observar que esses espaços foram suficientes por apenas um ano, esgotando-se logo no início de 2017. Foi a partir desse momento que a administração recorreu a uma medida drástica. Túmulos considerados abandonados eram marcados com "X" e, posteriormente, caso a família não tomasse nenhuma providência, o corpo era exumado e o túmulo removido para dar espaço a um novo sepultamento. Desde que detectamos o problema em 2017, passamos a fazer visitas periódicas ao cemitério e, em uma delas, fotografamos uma placa de aviso logo na entrada informando sobre o que era o "X" nas sepulturas. A foto foi tirada em 2019, em pleno auge da política adotada pela administração:

**Figura 1 - Aviso colocado pela administração sobre túmulos abandonados.**



**Fonte:** Tessaro, D. L. 2019. 1 fot.: colorida; 562 x 583 px.

Essa medida foi adotada com base na Lei Municipal nº 2399/94, Artigo 19, com alterações sofridas em 2001 (Redação dada pela Lei nº 2870/2001), que versa sobre o papel da administração do cemitério em notificar as famílias sobre as irregularidades de seus jazigos. De acordo com a lei, nos casos de abandono, a administração deve notificar os familiares para que dentro do prazo de 60 dias realizem as reformas necessárias (ROLÂNDIA [PR], 1994, p. 5). Caso isso não ocorra, é dado início ao processo de remoção da sepultura. Segundo o artigo 19, parágrafos primeiro e segundo:

**Art. 19** - Havendo abandono da área de concessão de uso perpétuo o Município poderá retomá-la após prévia notificação através do Órgão Oficial do Município no prazo de 60 (sessenta) dias para que se execute as reformas necessárias.

§ 1º - Decorrido o prazo deste artigo sem a execução das obras necessárias fica caracterizado o abandono da área.

§ 2º - Verificado o abandono o Município poderá realizar a exumação do(s) resto(s) mortais, bem como transferir a referida área para terceiros, sem indenização para os concessionários destituídos de sua condição. (Redação dada pela Lei nº 2870/2001).

Em todas as notificações que podem ser encontradas no site informando sobre os túmulos irregulares, podemos ter uma noção do que seria um sepulcro abandonado para a administração municipal. Vejamos a definição de abandonado em uma dessas notificações:

[...] são considerados estado de abandono as construções funerárias que não venham recebendo periodicamente os serviços de limpeza e conservação e tragam sinais de estragos e deteriorações (PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, 2019).

Conforme demonstrado na citação, a administração entende que abandonados são aqueles que não são limpos de forma contínua e rotineira, e nem passam por reformas periódicas. Esses túmulos são marcados com o "X" em branco e as famílias são notificadas para tomarem as medidas necessárias

dentro do prazo previsto em lei. Vejamos algumas dessas notificações no site da prefeitura:

**Tabela 1 - Notificação Cemitério Municipal (2019)**

Decorrido o prazo da publicação da primeira notificação e sem as devidas reformas a ACMR concede mais 20 vinte dias e após este novo prazo, notifica que serão aplicadas medidas administrativas baseadas nas referidas Leis (demolição dos túmulos e exumação dos restos mortais).

Sepultura	Nome	Quadra	Seção	Lote
19193	RM) Joaquim marcolino dos Santos	26	3	1
20326	José Nilton Bezerra Viana	26	4	1
20440	Maria Aparecida Miguel	26	5	13
17053	Paulo Alécio de Oliveira	27	1	4
17531	Bruno Vieira	27	2	9
21270	Olivia Bernardo Raio	27	3	4
18019	Natimorto- Pai Ricardo Paes Filho	27	4	3
13572	Maria do Carmo Pedrosa	27	5	9
23065	Jose Aparecido Pedrosa	27	5	9
S/n	Nanci Bonoto	27	5	10
15568	Julio Elton dos Santos	27	7	21
17275	Wagner Braz Ferreira	27	7	21

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Rolândia, 2019.

**Tabela 2 - Notificação Cemitério Municipal (2019)**

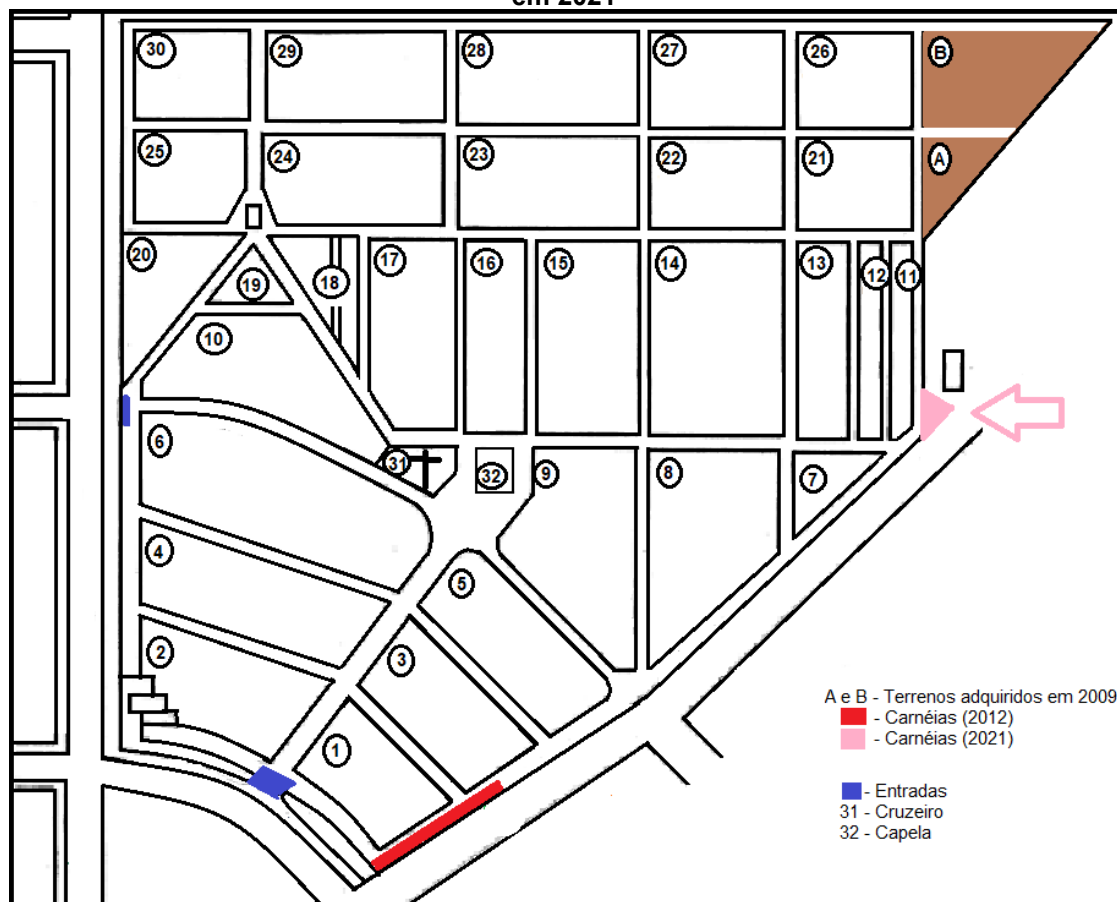
Sepultura	Nome	Quadra	Seção	Lote
1.588	Maria V. Faiola	25	08	04
9.455	Gustavo Durning	25	08	21
15.470	Josevaldo G. Rocha	25	09	02
18.542	Maria da Luz Rocha	25	09	02
15.490	Sibele Aparecida Vicente	25	09	10
2.189	Gentil Januário Bataglia	25	06	03
2.237	João Cellis	25	07	03
2.229	Jacob Galbert	30	07	07
15.803	Salvador Barbagalho Filho	30	08	08
17.930	Izabel Baptista de Campos	30	08	08
15.839	Jorge Francisco da Silva	30	09	04

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Rolândia, 2018.

É por meio do site que as notificações são tornadas públicas pela administração. Como é possível observar, nelas constam o nome do falecido, a quadra, a seção e o lote em que foi sepultado. Contudo, mesmo com a inauguração do Cemitério Parque das Hortênsias, essa política não foi encerrada. No site da prefeitura, ainda constam que essas notificações de túmulos irregulares vêm acontecendo, mas de maneira mais gradual.

Outro fator que demonstra que o novo cemitério não vai ser capaz de suprir as demandas da cidade é construção de novas carneias (colmeias) no Cemitério Municipal Central, em um espaço recentemente anexado pela administração. Esse terreno foi adquirido em 2021 e fica ao lado da quadra número 11, e está utilizado para sepultamentos verticais temporários. As fotos seguintes mostram o local e a dimensão dessas carneias no intervalo entre os anos de 2021 a início de 2023:

**Mapa 3 - Planta do Cemitério Municipal com a localização das Carneias construídas em 2021**



Fonte: Prefeitura Municipal de Rolândia (Editado pelo Autor).

A foto em sequência foi tirada em 2021, quando esse terreno foi anexado para a construção das novas carneias.

**Figura 2 – Espaço vertical para novos sepultamentos construído em 2021**



Fonte: TESSARO, D. L., 2021. 1 fot.: colorida; 1022 x 769 px.

Já a próxima figura é referente ao mesmo lugar em menos de dois anos. Conforme podemos notar, em janeiro de 2023, esse espaço já estava praticamente esgotado, sem novos lugares para sepultamentos.

**Figura 3 – Espaço vertical para novos sepultamentos em 2023**

Fonte: TESSARO, D. L., 2023. 1 fot.: colorida; 1290 x 655 px.

Essas imagens comprovam o quanto a construção de um novo cemitério não tem sido capaz de amenizar a questão da falta de espaço para novos sepultamentos. A continuidade da política de exumação e destruição de túmulos abandonados só evidencia ainda mais o quanto o problema ainda persiste. Isso pode ser explicado pelos fatos que descrevemos até o momento: a demora para identificar a lotação do Cemitério São Pedro; a demora para a compra de um terreno para a construção de novo cemitério; a demora para construção e licitação do mesmo; a adoção de uma política nociva com relação ao patrimônio existente no cemitério antigo como forma de mascarar o problema da falta de espaço; a falta de adoção de um critério mais adequado que leve assim em consideração elementos arquitetônicos, culturais, religiosos e étnicos mais relevantes para história do município na hora de selecionar as sepulturas a serem arrancadas.

A continuidade dessa política só evidencia as dificuldades da administração municipal em solucionar essa questão de forma mais adequada possível. Podemos dizer, no fim das contas, que o terreno comprado para ser o novo cemitério era pequeno demais para as atuais demandas de uma cidade que não para de crescer, mascarando um problema que poderia ter sido solucionado com a aquisição de um terreno maior e mais adequado.

Existem indícios que comprovam a continuidade dessa política são os novos espaços para carneiras que mencionamos anteriormente, e túmulos que encontramos marcados durante nossa última pesquisa de campo realizada em janeiro de 2023. Vejamos o túmulo em questão em dois momentos distintos. A primeira foto foi tirada em janeiro de 2021.

**Figura 4 – Túmulo de Rudolf Klumpp em 2021**



**Fonte:** TESSARO, D. L., 2021. 1 fot.: colorida; 866 x 1144 px

Tiramos outra foto do túmulo em janeiro 2023, onde podemos ver que a administração municipal fez a marcação com “X”, demonstrando que estaria em situação de “abandono” ou irregular.

Figura 5 – Túmulo de Rudolf Klumpp com a marcação em X em 2023



Fonte: TESSARO, D. L., 2023. 1 fot.: colorida; 933 x 1278 px

Assim como outros casos que veremos mais adiante, tivemos a oportunidade de fotografar essa sepultura em dois momentos distintos. A primeira foto foi tirada em 2021, ainda nos primeiros trabalhos de campo que

estávamos realizando, na época que essa pesquisa começou a ser elaborada. Dois anos depois, quando estávamos repassando as quadras para finalizar o trabalho de campo, nos deparamos com o túmulo marcado com um "X", evidenciando a continuidade dessa política devido aos problemas relacionados à falta de espaço, mesmo com o cemitério Parque das Hortênsias estando em pleno funcionamento.

O túmulo de Rudolf Klumpp (1912-1952) está localizado no início da quadra 14. Em um primeiro olhar, notamos que se trata de um túmulo abandonado que ainda não está em estado de deterioração avançado como outros que encontramos pelo cemitério. Isso pode ser explicado pelo material utilizado em sua construção, concreto com revestimento em cimento, mais resistente às intempéries. Porém, alguns detalhes do túmulo contêm vestígios de tinta branca, o que indicaria que ele passava por cuidados periódicos em um passado recente. Muito provavelmente, o falecido não possui mais familiares vivos que poderiam cuidar da sepultura, ou já não residem mais na cidade. Aliás, esses são os principais fatores que explicam os túmulos que estão em estado de abandono que encontramos no cemitério. Outros fatores estariam ligados ao próprio desconhecimento do grau de parentesco, assim como questões econômicas que estão relacionadas ao custo de manutenção de uma sepultura em estado adequado.

Como podemos observar, o túmulo de Klumpp ainda se encontra em estado adequado de conservação perto de outros. Mas então, o que explicaria a seleção desse túmulo para uma possível remoção ao invés de outro que estão em pior estado? Essa é uma das questões que mais nos incomodam desde o início da pesquisa, visto que muitos túmulos selecionados para serem removidos ainda podem ser encontrados em um certo grau de conservação. Contudo, essa é uma pergunta que ainda se encontra sem uma resposta plausível e aceitável. A única conclusão que conseguimos chegar é que nenhum critério histórico, memorialístico e patrimonial está sendo adotado para a seleção de sepulturas que serão demarcadas e arrancadas. Até mesmo o conceito de abandono colocado pela administração não é seguido à risca, como se percebe nos túmulos em piores condições que não são levados em consideração pela política. Vejamos um túmulo que está em pior estado que o de Rudolf Klumpp, mas que não foi levado em consideração pela administração.

**Figura 6 – Túmulo abandonado e em pior estado de conservação em 2023**



**Fonte:** TESSARO, D. L., 2023. 1 fot.: colorida; 897 x 1091 px

Devemos deixar claro que somos contrários a qualquer tipo de exumação e remoção de túmulos, ainda mais quando tratamos de jazigos perpétuos os quais as famílias adquiriram legalmente. Os cemitérios em si deveriam ser preservados em sua totalidade, pois preservam parte da história e da memória de uma cidade, remontando à história dos indivíduos que um dia ajudaram a construí-la. Portanto, preservar a cultura material e imaterial desses espaços é uma forma de manter vivos os traços da história de uma cidade ou região.

Porém, nas grandes metrópoles e cidades, a falta de espaço dos cemitérios públicos é um sério problema, sendo que soluções mais adequadas ainda não foram encontradas. No seu trabalho de mestrado, Viviane Comunalle (2020) analisou a questão da falta de espaço nos cemitérios de São Paulo. Segundo a autora, em razão desse problema, os terrenos dos cemitérios de São Paulo não são mais perpétuos, mas sim concessionados. O que acontece na capital paulista é que os terrenos estão sendo cedidos para as famílias por um prazo de três anos. Passado esse período, os restos mortais são exumados e colocados no ossuário local, sendo o terreno concedido para que uma nova família utilize (Comunalle, 2020, p. 23).

O problema de São Paulo é um tanto quanto parecido com o que encontramos em Rolândia e outras cidades da região. Porém, a grande diferença reside na atuação do poder público na preservação desses túmulos, considerados verdadeiros monumentos. No caso de São Paulo, mais especificamente na gestão de Fernando Haddad (2012-2016), foi criado o projeto Memória e Vida (GEAA), no qual o poder público, juntamente com a academia, passaram a trabalhar juntos na preservação do patrimônio funerário da cidade. De acordo com Comunalle (2020), o projeto consistia em fazer um levantamento dos exemplares tumulares mais prestigiados encontrados no Cemitério da Consolação. Ele também tinha objetivo de mapear todos os túmulos do cemitério (Comunalle, 2020, p. 24).

Do projeto memória e vida da Prefeitura de São Paulo, podemos destacar a atuação tanto do poder público quanto da academia. Os pesquisadores que encontramos no meio acadêmico são os principais produtores desse conhecimento sobre os cemitérios e sua importância para a história e a memória de uma comunidade. Projetos idealizados por esses pesquisadores estão tentando aproximar pessoas leigas desse conhecimento acadêmico, com a finalidade principal de preservação desses espaços. O turismo tem demonstrado ser o principal elo de aproximação da comunidade com seu patrimônio funerário.

Tomemos o caso do túmulo recentemente marcado pela administração para ser removido. Qual seria o nosso papel enquanto pesquisadores desse campo? Partindo do pressuposto que conhecer o cemitério é saber da história da cidade da qual faz parte, o nosso trabalho seria o de

identificar túmulos que podem ser utilizados para contar a história do município. As questões estéticas, arquitetônicas, escultóricas, culturais, religiosas e étnicas devem ser levadas em consideração na seleção da sepultura, ainda mais quando lidamos com uma política nociva e sem parâmetros como a que acontece em Rolândia e demais cidades.

Pensando no caso do túmulo do Rudolf Klumpp, recentemente marcado pela administração (figuras 4 e 5), a sua relevância somente pode ser percebida após uma análise mais criteriosa e detalhada partindo de critérios para delimitá-la. Nos registros de inumações do cemitério, consta que Rudolf era um comerciante alemão, casado e que veio a falecer de forma trágica no dia 7 de fevereiro de 1955, aos 42 anos de idade.

A princípio, como um primeiro olhar, ele parece ser apenas mais um túmulo comum como diversos outros. Do ponto de vista arquitetônico, parece ser um túmulo um tanto quanto relevante, visto que é todo feito de concreto e revestido apenas de cimento. Existe a lápide com as informações do falecido, lembrando aquelas que encontramos nos cemitérios jardim norte-americanos. Contudo, sua relevância histórica e memorialística pode ser percebida por meio de outros fatores como os aspectos étnico e cultural.

A importância desse túmulo reside no fato de Rudolf Klumpp ser um imigrante alemão que estabeleceu moradia na cidade nos primeiros anos de fundação. Apesar do caráter multiétnico do município, assim como da região colonizada pela CTNP, o marco zero de Rolândia foi estabelecido pelos alemães da Sociedade de Estudos Econômicos do Além-mar, que tinha o desejo de formar uma colônia alemã nas terras da CTNP. Essa iniciativa pode ser averiguada pelos primeiros lotes de terras vendidas na Gleba Roland, Gleba Patrimônio Roland e no perímetro urbano da futura cidade<sup>31</sup>, área de interesse da Sociedade Alemã de Estudos do Além-Mar<sup>32</sup>. De acordo com dados apresentados por Schwengber (2003), cerca de 240 alemães estabeleceram moradia no município entre os anos de 1932 a 1939, sendo 1936 o auge dessa

---

<sup>31</sup> Um mapa com o zoneamento das Glebas de Rolândia está disponível nos anexos.

<sup>32</sup> Outras áreas que ficaram sob administração do município de Rolândia eram de interesse de outros grupos, como é o caso da Gleba Cafezal, Ribeirão Vermelho e Bandeirantes, que foram ocupadas pelos japoneses inicialmente. Os dados apresentados por Schwengber (2003) mostram que eles foram os primeiros a comprar terras nessas glebas e estabelecer moradia. (Schwengber, 2003, p. 25).

imigração para Rolândia, com a chegada de 76 indivíduos (Schwengber, 2003, p. 94-96).

A maioria desses indivíduos chegaram em Rolândia como refugiados da Alemanha, seja por motivos políticos, econômicos, religiosos ou étnicos. Soares (2012) identificou quatro fases distintas que levaram esses indivíduos a se refugiarem em Rolândia, sendo duas delas inseridas no período de 1932 a 1939. A primeira fase corresponde ao período inicial da colonização do Norte do Paraná, quando a atuação da sociedade alemã de estudos econômicos do ultramar, juntamente com a CTNP, foi responsável pela viabilização de uma colônia alemã na região com a compra de um lote de terras que foi denominada de Gleba Roland. De acordo com Soares (2012), nesse primeiro momento os primeiros lotes da gleba foram vendidos a políticos e pessoas próximas ao poder político da República de Weimer (1919-1933) que, devido à crise econômica e política vivida na Alemanha, anteciparam a derrubada do regime democrático pelos nazistas em 1933, comprando médias propriedades e emigrando para Rolândia (Soares, 2012, p. 95).

Para Soares (2012), a segunda fase refere-se ao período de 1934 a 1938, quando a situação dos judeus e outros perseguidos pelos nazistas piorou na Alemanha. Essa fase ficou caracterizada pela vinda de profissionais liberais como professores, juristas, médicos e outros, com o intuito de fugir das humilhações públicas e das restrições de direitos impostos pelo regime nazista (Soares, 2012, p. 95-96). Nessas duas primeiras fases, o comércio de terras da Gleba Roland era feito por meio da estratégia de permuta de interesses entre a CTNP e a indústria ferroviária alemã. Essa estratégia foi estabelecida com o intuito de circular uma rede de auxílio aos perseguidos do regime nazista, como judeus, sindicalistas, políticos e etc.

De acordo com Soares (2012), essa estratégia foi estabelecida em uma reunião que aconteceu em Londres entre o General Asquith<sup>33</sup>, o ex-ministro Erich Koch-Weser, Johannes Schauff e outros funcionários da companhia. Essa permuta de interesses acontecia da seguinte forma: era adquirido o ferro e demais materiais ferroviários na Alemanha – referência na indústria do aço – que, posteriormente, era deslocado para a CTNP, que os

---

<sup>33</sup> Era o presidente da *Paraná Plantations LTDA*, companhia britânica da qual a CTNP era a subsidiária.

usava na construção da ferrovia que ligaria as terras da companhia a São Paulo. Nisso, a CTNP emitia títulos de posse da terra na Gleba Roland, que eram repassados aos indivíduos que desejavam sair da Alemanha nazista.

De acordo com Soares (2012), das 18 triangulações realizadas, 16 foram concluídas com sucesso. Dessas 16, cerca de 149 de 59 famílias conseguiram adquirir lotes de terra na Gleba Roland e, assim, fugir da perseguição nazista (Soares, 2012, p. 74). Essa permuta de interesse em forma de triangulações (Alemanha-Inglaterra-Paraná) foi facilitada por uma rede de auxílio criada por ex-políticos alemães que já haviam adquirido terras na colônia Roland. Eram figuras políticas da antiga República de Weimar que viram para a colônia Roland uma possibilidade de ajudar pessoas que eram perseguidas pelo regime nazista. Assim, Erich Koch Weser em Rolândia, Johannes Schauff no escritório em Berlim e posteriormente em Roma<sup>34</sup>, e Max Hermann Maier em seu escritório em Frankfurt, atuavam como intermediários na comercialização de terra para aqueles que desejavam sair da Alemanha nazista (Soares, 2012, p. 73-77).

A terceira frase descrita por Soares (2012) estaria circunscrita ao período de 1939 a 1941, quando Rolândia começou a receber judeus que já haviam sofrido com a política de violência, perseguição e expropriação dos nazistas. Para essas pessoas, a vida na Alemanha não era mais viável, sendo o acesso à terra em Rolândia dificultado pelas políticas restritivas do governo Vargas (1930-1945) e a falta de dinheiro para aquisição de terra, uma vez que tiveram seus bens expropriados pelos nazistas. A última fase refere-se aos judeus que sobreviveram à guerra e ao horror da política de extermínio implementada pelos nazistas. Esses refugiados da guerra dirigiram-se para Rolândia com o intuito de encontrar parentes que saíram da Alemanha antes do início da guerra, vendo também a possibilidade de recomeçar suas vidas no Norte do Paraná (Soares, 2012, p. 96).

Grande parte dos alemães que se estabeleceram em Rolândia nesse período, sejam aqueles que sofreram com a perseguição e violência nazista,

---

<sup>34</sup> Em 1936, Johannes Schauff foi forçado a sair da Alemanha e exilar-se em Roma com o auxílio de Ludwing Kass, clérigo e presidente do *Zentrum*, partido católico da Democracia alemã. Isso aconteceu devido ao fato que sua atuação na comercialização de terras da colônia Roland para refugiados e perseguidos gerou suspeitas por partes das autoridades nazistas (Soares, 2012, p.17).

sejam aqueles que possuíam vínculo com o governo nazista e vieram incentivados pelo desejo do partido de propagar a ideologia pelo mundo, atualmente encontram-se sepultados no cemitério da comunidade do São Rafael. Isso acontece devido ao fato de a comunidade estar inserida na área das glebas Roland e Ribeirão Vermelho, locais que a CTNP negociou diretamente com a sociedade alemã dos estudos econômicos do ultramar. Muitos descendentes ainda vivem na região e a estrada que antes se chamava Ribeirão Vermelho passou a se chamar Avenida Eric Koch Weser, em homenagem a um dos indivíduos que intermediou as terras da companhia com os alemães que desejavam sair da Alemanha.

Existem muitos outros imigrantes alemães que estão sepultados no Cemitério Municipal Central (São Pedro), como é o caso da família Traumann, Loesk, Hermann, Schurmann, o próprio caso de Rudolf Klumpp, entre outros. Diferentemente do que aconteceu no Cemitério de São Rafael, muitos dos túmulos dessas pessoas que estão sepultadas no Cemitério Municipal Central (São Pedro) sofrem com o estado de abandono e correm o risco de desaparecerem em virtude da falta de espaço e da política adotada pela administração. Pensando na perspectiva da cultura alemã da cidade, essa política tende a ser menos nociva em comparação com outras etnias que fizeram parte da história do município.

Deixando de lado a hegemonia da cultura alemã ostentada pela cidade, a distribuição de túmulos de imigrantes alemães existentes no Cemitério Municipal Central (São Pedro) tende a ser menos problemática devido à existência do próprio Cemitério de São Rafael. A perda desses monumentos funerários no Cemitério Municipal Central (São Pedro) também trará complicações para a história da cidade, mas não com o mesmo ímpeto como vem acontecendo com sepulturas de outras etnias e culturas, que não possuem cemitérios de caráter étnico para preservar os vestígios de sua participação na história do município. Compreendemos que é fundamental a preservação de todos os túmulos de imigrantes e primeiros moradores da cidade, seja pelo valor arquitetônico, estético, cultural e religioso marcadores de uma época, seja pelo seu valor histórico nos casos em que o cemitério é o último lugar que pode conter os indícios de participação de uma determinada etnia na formação de um município ou região.

Desde o início de nossa pesquisa, sempre nos perguntamos o que poderia acontecer com a cidade do ponto de vista histórico, caso a política administrativa destruísse todos esses túmulos que possuem vestígios importantíssimos para a história da cidade. Evidente que o problema da falta de espaço sempre irá persistir como acontece com grandes metrópoles e centros urbanos, situação que é mencionada por Comunalle (2020) em São Paulo. Porém, o que queremos deixar claro é que as políticas adotadas para amortização do problema devem ser mais criteriosas e benéficas para todos. Sair demarcando túmulos considerados abandonados sem qualquer critério patrimonial pode ser prejudicial para a história da cidade em algum momento.

Para isso, é necessário adotar uma metodologia de análise tumular um tanto quanto criteriosa, que leve em consideração elementos do ponto de vista histórico, capazes de delimitar as práticas culturais e religiosas com relação à morte em determinada época e lugar que estão diretamente ligadas à forma com que os túmulos eram confeccionados. Dessa maneira, uma análise bem detalhada deve levar em conta os elementos arquitetônicos e artísticos, visto que muitos túmulos possuem uma forma específica para ser construídos, ou muitas vezes são elaborados por artistas profissionais contratados pela família como acontecia no final do século XIX e na primeira metade do século XX. Os elementos religiosos e simbólicos também são destaques nesse sentido, uma vez que, por eles, podemos averiguar a crença predominante ou específica de algumas pessoas de determinada cidade ou região. Por último, temos também que pensar nos elementos culturais e étnicos que estão presentes nos túmulos, que nem sempre podem ser notados por meio do sobrenome e dos símbolos culturais específicos capazes de determinar a origem dos indivíduos que edificaram a cidade em seus primeiros anos.

Como mencionamos, a preservação desses túmulos mais antigos é ainda mais necessária, uma vez que, abandonados ou não, eles são vestígios que remontam ao início da cidade, das pessoas, de suas crenças e valores culturais. Essa preservação também passa por uma mudança cultural sobre a ideia de morte. A legislação sobre a morte, somada às novas estruturas do capitalismo a partir do final do século XX, impulsionaram essas mudanças que são perceptíveis na estruturação atual dos túmulos. Eles estão sendo padronizados. O que antes possuía inúmeras formas de ser construído, muitas

vezes feito por artistas a pedido dos familiares visando prestigiar o falecido e mostrar seu poder econômico e social, passou para uma simples escolha de catálogo existente nas marmorarias e depósito reconstrução, onde o pedreiro é o responsável pela construção da sepultura.

Contudo, essa é uma discussão queremos retomar quando formos abordar as possíveis formas de preservar os túmulos que remontam ao início do século XX, quando a visão positivista sobre a morte influenciava nas diversas formas de confecção desses monumentos funerários. Por hora, vamos falar sobre a metodologia de análise utilizada e as categorias em que separamos os túmulos que encontramos no Cemitério São Pedro de Rolândia.

#### **2.4 – Metodologia de Inventário para Cemitérios**

O campo dos estudos cemiteriais tem crescido cada vez mais no Brasil. Por muito tempo negligenciado dentro da universidade, os novos pesquisadores estão tomando maior consciência sobre a importância dos cemitérios para a história de uma cidade ou região. É uma área que tem atraído olhares dos mais diversos profissionais como Cientistas Sociais, Historiadores, Arqueólogos, Biólogos, Químicos, Arquitetos, Engenheiros, entre outros. Questões de caráter cultural, religioso, arquitetônico, estético, artístico, ambiental e jurídico estão entre os principais assuntos abordados por esses profissionais. No caso dos historiadores, é uma tendência dedicar-se a análises de cunho étnico, cultural, simbólico, religioso e artístico sobre os mais variados cemitérios brasileiros, sobretudo das grandes cidades.

Desde Clarival do Prado Valladares (1973), muitos outros autores passaram a se dedicar ao estudo sobre os cemitérios brasileiros. Arte, cultura e religiosidade quase sempre estão entre os principais temas abordados por esses pesquisadores. Porém, podemos dizer que Valladares (1973) foi um dos primeiros a levantar uma situação que somente passou a ser discutida nos últimos anos por alguns pesquisadores da área, cerca de 50 anos após Valladares abordar o assunto. Ao que parece, nas décadas de 1950 e 1960, anos em que Valladares percorreu por boa parte dos cemitérios brasileiros, a desapropriação de jazigos perpétuos ocorria somente nos cemitérios dos

grandes núcleos urbanos como São Paulo, Rio de Janeiro e outras capitais do país. Contudo, esses problemas não foram devidamente discutidos pelo autor, que deu enfoque nos tipos arquitetônicos e nos elementos artísticos dos monumentos funerários que encontrou nos cemitérios brasileiros (Valladares, 1973 apud Ismério, 2017, p. 101).

A principal hipótese para a não discussão desses problemas por Valladares (1973) reside no fato de que a falta de espaço nos cemitérios não era uma questão tão urgente. Na época que Valladares iniciou sua pesquisa, a grande maioria dos cemitérios brasileiros eram mais novos, possuindo não mais do que meio século de funcionamento. Somente em alguns casos, os cemitérios tinham mais do que 100 anos de funcionamento, como no caso do cemitério do Campo Santo<sup>35</sup>, em Salvador, na Bahia, que foi inaugurado em 1836; do cemitério São João Batista<sup>36</sup>, no Rio de Janeiro, capital, que iniciou suas atividades no ano de 1852; e do cemitério da Consolação<sup>37</sup>, em São Paulo, capital, que foi fundado em 1858. Isso pode ser explicado pelo fato de que, no Brasil, o sepultamento em locais sagrados (igrejas) começou a cair em desuso a partir do ano de 1828 com a promulgação da lei primeiro de outubro, que visava estabelecer as atribuições das câmaras municipais do Império Brasileiro (Silva; Rodrigues, 2019, p. 93-94).

---

<sup>35</sup> O cemitério do Campo Santo foi fundado com o objetivo de atender à demanda por sepultamentos na cidade de Salvador, que crescia desde o momento em que os enterros dentro das igrejas foram proibidos em 1828. É um cemitério bastante famoso pelas imagens de santo que estão presentes nas sepulturas. João José Reis (2017) analisa o cemitério sobre a ótica dos ritos fúnebres brasileiros do século XIX. O autor desenvolve sua pesquisa argumentando como a proibição dos enterros nas igrejas gerou uma revolta entre os moradores de Salvador, principalmente quando o sepultamento de seus entes queridos começou a ser realizado fora dos espaços sagrados da igreja (Reis, 2017).

<sup>36</sup> O Cemitério São João Batista foi inaugurado em 4 de dezembro de 1852. É um dos cemitérios mais imponentes da América Latina, possuindo diversos itens de decoração projetados por grandes artistas da época, sendo o arquiteto Francisco Joaquim Bittencourt da Silva o principal deles. Devido à sua importância histórica, o cemitério foi o primeiro da América Latina a fazer parte do Google Street View, por meio do qual grandes personalidades foram equipadas com o QR Code com informações para os visitantes sobre as pessoas que estão ali sepultadas. Entre as principais personalidades estão Cândido Portinari, Carlos Drummond de Andrade, Cazuza, Luiz Carlos Prestes, Tom Jobim e outros. Lá também é local de túmulos que aguardam os restos mortais de membros da Academia Brasileira de Letras, de indivíduos que lutaram na Revolução de 1924 e de veteranos da Força Expedicionária Brasileira (FEB) (Funeral Sul, 2019).

<sup>37</sup> O cemitério da Consolação foi fundado em 10 de julho de 1858, mas entrou em funcionamento apenas em 15 de agosto do mesmo ano. Ao lado do cemitério De La Recoleta, em Buenos Aires, Argentina e o São João Batista, no Rio de Janeiro, um dos cemitérios mais imponentes de toda América Latina. Sua principal características são suas obras funerárias construídas por grandes artistas e marmoristas do século XIX e XX, que ornamentam jazigos de grandes nomes da política e cultura brasileira (Funeral Sul, 2019).

De acordo com Vanessa Viviane de Castro Sial (2005), podemos dizer que esta lei foi uma espécie de "primeira lei ordinária dos municípios", na medida em que estabelecia padrões de gestão municipal e definia suas competências. Das várias competências, uma delas era com relação à política sanitária, que abrangia a construção de cemitérios fora das áreas urbanas (Sial, 2005, p. 63). Essas atribuições de ordem sanitária demoraram para ser seguidas na prática, pois batia de frente com questões culturais relacionadas aos sepultamentos dentro das igrejas. As normas impostas desagradavam os indivíduos que acreditavam que a verdadeira salvação estaria no fato de ser enterrado dentro da igreja (Silva; Rodrigues, 2019, p. 93).

De acordo com Sial (2005), os cemitérios seculares passaram a ser adotados a partir da década de 1860, na medida em que os médicos sanitaristas e outros profissionais da área da saúde começaram a ocupar cargos públicos e postos da administração na área de saúde e insalubridade. Foi assim que novas leis e projetos higienistas foram aprovadas e adotadas, sendo a adoção dos cemitérios como forma de evitar a propagação de doenças e epidemias no espaço urbano uma delas (Sial, 2005, p. 125-126). São por essas razões que podemos dizer que, no momento em que realizou sua pesquisa, Valladares (1973) não se deparou com muitos problemas relacionados à falta de espaço e à desapropriação de túmulos perpétuos, não desenvolvendo essas questões de forma mais contundente.

Isso acontece porque esse problema, em partes, é bastante recente e tem sido comum de ser encontrado em cidades que passaram por um rápido crescimento populacional, sobretudo após o processo de mecanização agrícola da década de 1980 e o êxodo rural que se seguiu. Esse é o caso de Rolândia e de outras cidades do Paraná das quais temos conhecimento (Folha de Londrina, 2015) Londrina com seus treze cemitérios municipais é uma delas. Segundo matéria publicada na CBN Londrina, o problema se agravou com a pandemia, fazendo com que familiares optassem por vagas temporárias ou em cemitérios rurais, como o do Heimtal (CBN Londrina, 2021). Em Cambé, tivemos um pequeno aumento no espaço do Cemitério Municipal Padre Symphoriano Kopf, com a aquisição de um terreno ao lado. Esse aumento tem como objetivo contornar na falta de espaço devido ao esgotamento dos lotes da planta original (Portal Cambé, 2021).

Em outras cidades como Umuarama, Paraná, ocorre um processo parecido com o que encontramos em Rolândia. No caso em questão, devido à falta de espaço, túmulos considerados abandonados e irregulares estão sendo expropriados para dar lugar a novos sepultamentos. A diferença reside na forma como esses túmulos estão sendo demarcados. No caso são anexadas plaquinhas informando sobre a situação irregular do túmulo.

**Figura 7 – Terrenos abandonados no cemitério serão revertidos para o Município de Umuarama**



**Fonte:** Prefeitura Municipal de Umuarama, 2019.

Figura 8 – Detalhe da placa de aviso no cemitério Municipal de Umuarama



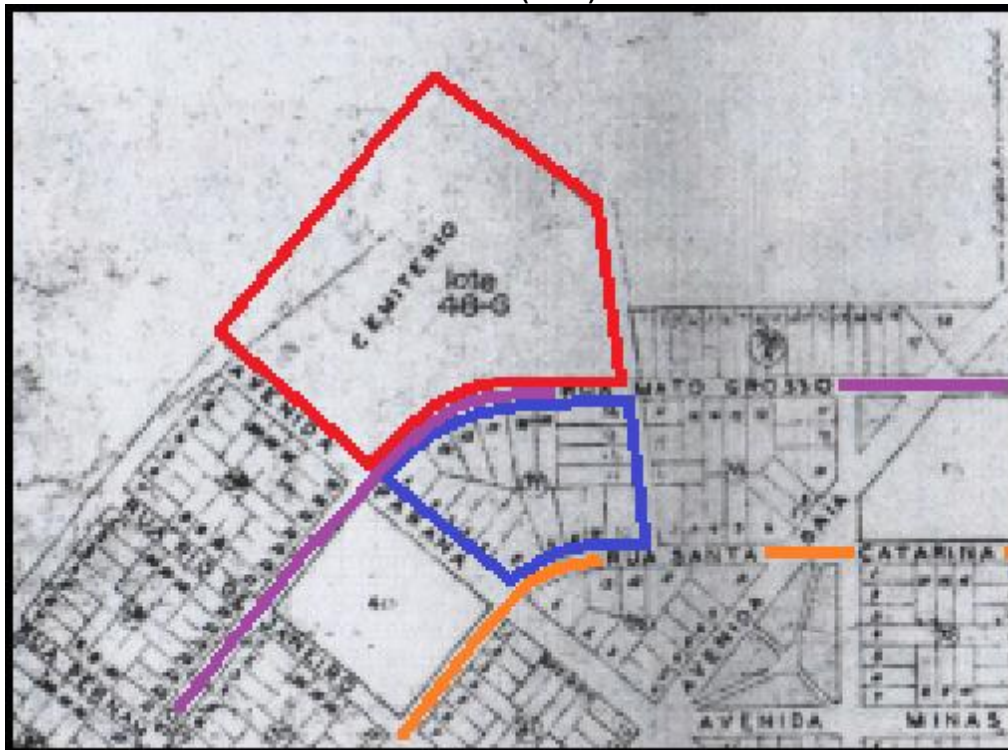
Fonte: Prefeitura Municipal de Umuarama, 2019.

Como podemos ver, a falta de espaço tem sido um problema recente na maioria das cidades da região. De certa forma, as administrações municipais estão recorrendo a duas formas de solucioná-lo. Nas cidades mais pequenas onde os cemitérios ficam localizados nas extremidades do perímetro urbano, as administrações estão recorrendo à compra de terrenos nas proximidades e anexando-os à planta original do cemitério.

Isso também aconteceu com o cemitério de Rolândia enquanto o espaço à sua volta o permitiu. Fora o terreno anexado no ano de 2009, já analisado, em algum outro momento de sua história o cemitério teve terrenos anexados à planta original. Isso pode ser averiguado com uma simples

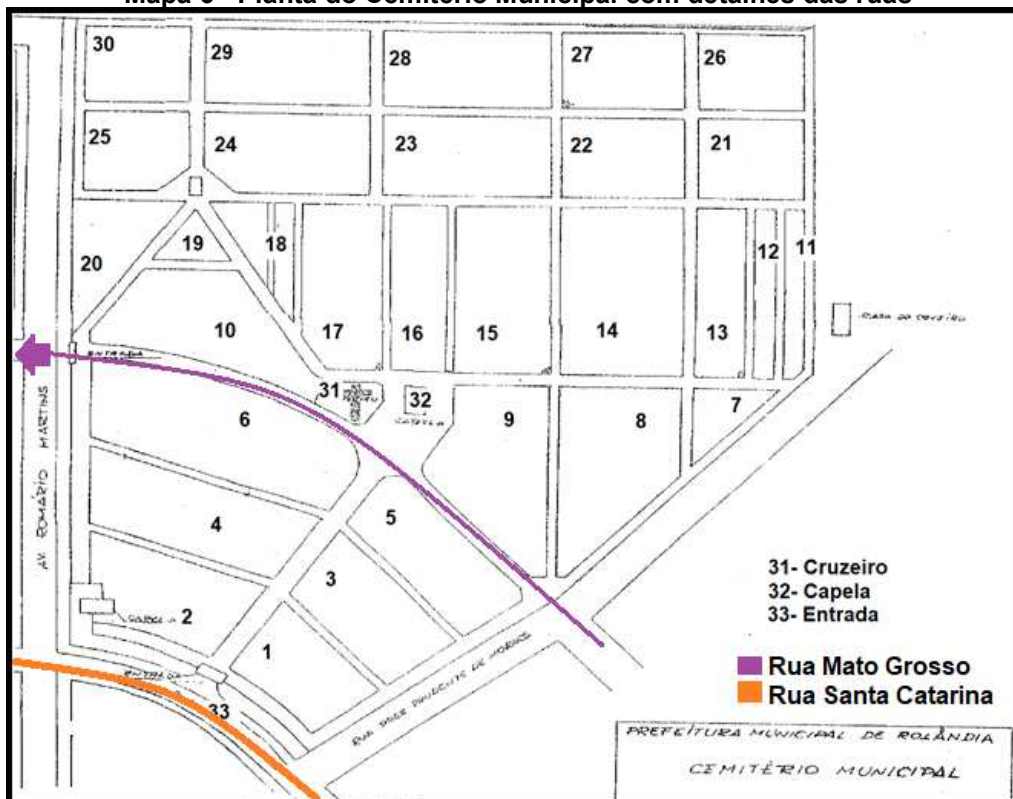


Mapa 5 – Detalhe do cemitério na Planta de Rolândia - Cia de Terras Norte do Paraná (1948).



Fonte: Museu Municipal de Rolândia

Mapa 6 - Planta do Cemitério Municipal com detalhes das ruas



Fonte: Prefeitura Municipal de Rolândia (Editado pelo Autor).

De acordo com a planta de 1948 da cidade, como analisado em outro momento deste texto, o cemitério foi planejado para ficar nas extremidades do perímetro urbano de Rolândia. Contudo, com um olhar mais atento, podemos averiguar que a porta de entrada do cemitério ficava localizado na Rua Mato Grosso. A quadra da frente identificada no mapa pelo número 77 estava disponível para que seus lotes fossem comercializados para empreendimentos urbanos. Averiguando a planta que temos do cemitério, observamos que o terreno foi anexado em algum momento, visto que, atualmente, a entrada do cemitério está localizada na Rua Santa Catarina. Não sabemos ao certo quando o terreno foi anexado e se isso ocorreu num momento em que as expectativas de crescimento da cidade aumentaram. Quando os espaços esgotaram, outras medidas tiveram que ser tomadas, como a retirada de túmulos considerados abandonados e a construção de um novo cemitério municipal.

Essa é basicamente a segunda solução encontrada pelas administrações municipais. A falta de espaços no cemitério principal é um problema das grandes cidades nos últimos anos. Nas principais capitais do país como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Recife e outras, o problema é mais antigo que os demais. Nesses lugares, onde não é mais possível anexar novos terrenos aos cemitérios locais, as administrações estão adotando medidas nocivas do ponto de vista histórico. Nas grandes capitais não existem mais jazigos perpétuos. A maioria das sepulturas são temporárias, ficando à disposição das famílias durante o prazo de 3 anos, até que os restos mortais sejam removidos e colocados no ossuário do cemitério. Após isso, o espaço é disponibilizado para uso de outra família (Comunalle, 2020). Para dar conta da demanda, algumas administrações estão expropriando jazigos de concessão perpétua. Isso ocorre em casos de abandono ou de irregularidades administrativas quando as taxas obrigatórias não estão sendo pagas corretamente pelos familiares.

Nesse ponto, precisamos fazer uma reflexão sobre o conceito de perpétuo, visto que muitos jazigos desse tipo estão sendo removidos no Cemitério Municipal Central de Rolândia (São Pedro). Segundo Maria Elisa Borges (2004), a ideia do perpétuo funcionava como uma espécie de garantia legal de que o falecido teria um local de repouso eterno. No final do século XIX e início do XX, possuir um jazigo vitalício era a maneira encontrada pelas famílias

mais abastadas de demonstrar seu poder e status para a sociedade local. O túmulo servia assim como uma espécie de distinção social, onde a propriedade perpétua era tida como o melhor quinhão da vida eterna, em que só os poderosos podiam adquiri-la (Borges, 2004, p. 131).

Contudo, esse desejo de garantir a eternidade por meio da aquisição desse tipo de terreno, onde o túmulo servia como morada do restos mortais do indivíduo, é uma visão um tanto quanto idealizada da sociedade romântica do século XIX e início do século XX. Do ponto de vista jurídico, a concessão perpétua de um terreno funerário possui certas limitações. Essa premissa é apresentada por Justino Adriano Farias da Silva (2000). Nesse sentido, a definição de "túmulo perpétuo" pode ser entendida como:

[...] um direito de “usar, gozar, fruir e dispor da coisa” de modo complexo, absoluto, perpétuo e exclusivo, porém com limitações. O jazigo perpétuo, não é um direito imperecível e eterno, mas de longa duração, uma propriedade “*ad tempus*”, que pode extinguir se não há mais titular do direito para exercer o “*jus sepulchiri*”, que cumpra a obrigação de pagar as despesas de conservação da sepultura, que cultue a memória dos defuntos. Tais fatos, uma vez comprovados, acarretam a recuperação do domínio sobre esse bem pela entidade que o vendeu para aquele fim determinado (Silva, 2000, p.154 apud Dillmann, 2013, p. 75).

Partindo dessa definição, mesmo que a família tenha adquirido a concessão perpétua do terreno, o túmulo não está isento de ser removido do local e o espaço ser retomado pela administração. Para que isso aconteça, basta que a família não esteja pagando as taxas anuais de manutenção e que o túmulo esteja em estado avançado de degradação. Isso é basicamente o que vem acontecendo em boa parte dos cemitérios brasileiros.

No caso específico de Rolândia, a política de expropriação de terrenos perpétuos ganhou novas proporções a partir de 2012 com a demanda por espaço. Desde então, não fomos capazes de dimensionar com exatidão a quantidade de jazigos perpétuos que foram expropriados pela administração. Devido à falta de um critério mais específico na escolha dos túmulos a serem removidos, também não conseguimos averiguar a importância histórica, cultural,

e artística dos túmulos que foram removidos. Porém, mesmo sem acesso a qualquer registro desses túmulos que foram removidos, podemos em alguns casos apontar onde podem estar localizados.

De que maneira podemos averiguar essa situação sem qualquer tipo de registro? Conseguimos analisar isso por meio de dois critérios pensados em conjunto: o estado de conservação do túmulo, levando em consideração o tipo de material utilizado onde verificamos se é um túmulo novo ou reformado; o segundo critério deve ser utilizado para confirmação do primeiro, uma vez que devemos analisar a data da morte dos indivíduos sepultados em determinada sepultura. Com esses critérios, é possível identificarmos os novos sepultamentos que ocorrem a partir da retirada de túmulos antigos, e determinar quais deles passaram por uma reforma recentemente.

Como fazemos isso? Nas quadras mais antigas do cemitério, como é o caso da quadra 25, uma das primeiras a serem utilizadas, os túmulos novos são facilmente detectáveis. Na quadra 25, os sepultamentos mais antigos remontavam à década de 1940 e 1950. Mesmos nos jazigos em que existem diversos indivíduos sepultados, o mais antigo sempre faleceu nesse período. Tal fato é o que determina a localização do jazigo das famílias, salvos os casos em que escolhiam a dedo o local que desejavam, pagando antecipadamente pelo terreno. Com isso, é possível verificar se um túmulo é novo, reformado, se está intacto<sup>38</sup> ou abandonado<sup>39</sup>.

Um túmulo novo começa a ser verificado por seu estado de conservação e pelos materiais utilizados em sua construção. Contudo, sua confirmação se dá por meio da verificação das datas de nascimento e falecimento das pessoas que ali estão sepultadas. Esse é o caso das quadras mais antigas do cemitério, como a quadra vinte e cinco (25), na qual os primeiros sepultados de cada túmulo remontam à década de 1940. Qualquer túmulo que não contém esse fator, indica ser novo. No caso específico de Rolândia, os túmulos presentes nessas quadras mais antigas, cuja o indivíduo

---

<sup>38</sup> Quando falamos isso, nos referimos aos túmulos que não passaram por quase nenhuma alteração ao longo de sua história, possuindo a maioria das características originais de sua construção.

<sup>39</sup> Para definir se um túmulo está abandonado ou não, recorreremos ao conceito utilizado pela administração do cemitério, que diz que os túmulos abandonados são aqueles que não passam por qualquer tipo de limpeza periódica e nem pelas reformas necessárias.

mais antigo sepultado (em casos onde há mais pessoas) remonta ao ano de 2015 em diante, indica ser novo e provavelmente fruto da exumação e remoção de um outro túmulo que estava presente no local em estado de abandono. Ao contrário, nos túmulos reformados, podemos encontrar o primeiro indivíduo da família ali enterrado na época em que a quadra em que se encontrava foi utilizada para sepultamentos.

A dificuldade de identificar túmulos novos e reformados foi um dos entraves da pesquisa, o que nos fez repensar a nossa abordagem metodológica. No início da pesquisa, o objetivo era de catalogar e registrar apenas os túmulos marcados com o X e abandonados, como forma de demonstrar a falta de critérios mais específicos para a seleção desses túmulos e como a remoção de alguns desses estariam acarretando em uma enorme perda para a história do município.

Os primeiros registros feitos para essa pesquisa foram realizados nas primeiras semanas de janeiro de 2021. Como mencionado, no início, ficamos restritos aos túmulos marcados com “X” e aos abandonados, método que logo se demonstrou ineficaz para termos uma dimensão clara sobre a falta de espaço no cemitério. Isso porque, nas primeiras caminhadas pelo cemitério, começamos a refletir sobre os demais impactos que a política de remoção de túmulos estaria causando entre as famílias rolandienses. Também estávamos nos deparando com vários túmulos e jazigos passando por reformas drásticas a ponto de grandes fontes da cultura material funerária serem perdidas da noite para o dia. Foi assim que uma questão veio à nossa mente. Até que ponto a política de remoção de sepulturas devido à falta de espaços estaria influenciando as famílias a reformarem os túmulos de seus entes queridos. Na época, essa questão convergia com o nosso objetivo, visto que túmulos novos e reformados que encontramos nas quadras mais antigas seguem praticamente o mesmo padrão estético característico que temos nas mais novas. Por essa razão eles foram incluídos em nosso estudo.

Para identificarmos as sepulturas novas e as reformadas e, assim, termos uma melhor dimensão do problema da falta de espaço no cemitério municipal central de Rolândia, necessitávamos de uma nova abordagem metodológica. Foi nesse momento que tivemos conhecimento do trabalho desenvolvido por Luisa Fabiana Neitzke de Carvalho (2015) sobre o gerenciamento de túmulos do cemitério da comunidade São José em Porto

Alegre, Rio Grande do Sul. Em artigo publicado no 22º Encontro Nacional da ANPAP<sup>40</sup>, a autora abordou o processo de transformação dos cemitérios da Comunidade São José em estacionamentos. De acordo com a autora, os terrenos dos cemitérios São José I e II foram vendidos para uma administradora que, desde 2009 começou a retirar indiscriminadamente inúmeros jazigos, túmulos e mausoléus extremamente valiosos para a comunidade alemã de Porto Alegre (Carvalho, 2013, p. 1837). Essa retirada está ligada à implementação do cemitério metropolitano, onde o espaço do cemitério São José I e parte do São José II foram convertidos em estacionamento. Os túmulos considerados abandonados eram marcados em "X", com uma espécie de spray preto e, aos poucos, foram sendo removidos e os restos mortais dos indivíduos alocados em jazigos de parede ou devolvidos aos familiares (Carvalho, 2015, p. 200).

Durante o doutorado, Carvalho (2015) atentou para a perda da carga simbólica e escultórica do cemitério, uma vez que ele servia como um agente fortalecedor da identidade da comunidade alemã de Porto Alegre. Durante as pesquisas de campo, a autora notou que os monumentos funerários do cemitério São José I não foram inventariados antes de sua retirada (Carvalho, 2015, p. 203). Ou seja, boa parte do acervo material do cemitério foi perdido como um todo, restando apenas resquícios que foram realocados, em poucos casos, para o cemitério São José II. A autora demonstra como a retirada desses monumentos funerários fez com que parte da história da comunidade fosse perdida, uma vez que elas eram uma espécie de representação da continuidade *Post Mortem* da Comunidade São José. Alguns jazigos eram obras de grandes marmorarias da capital Gaúcha e, portanto, também faziam parte da história da cidade. Sendo assim, conforme dito pela autora, "cada monumento funerário do cemitério São José que se foi carregou consigo a representação de um indivíduo na forma como queria ou deveria ser lembrado" (Carvalho, 2015, p. 204).

Em sua pesquisa, Carvalho (2015) chamou a atenção para a necessidade de realização do inventário dos monumentos funerários presentes no cemitério, visto que nada parecido está sendo feito, nem mesmo durante a remoção desses túmulos. O inventário realizado pela autora com relação às necrópoles restantes do cemitério da Comunidade São José foi importante para

---

<sup>40</sup> Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas.

conhecer as peculiaridades do acervo e das pessoas enterradas no cemitério, que remontam ao final do século XIX. O inventário também serviu para levantar as mais relevantes obras de arte funerária que estavam presentes nos dois cemitérios (Carvalho, 2015, p. 217).

A importância de se inventar essas necrópoles mais antigas reside no fato de que elas, segundo Michael Vovelle (1997, p. 328), são resquícios de uma idade de ouro dos cemitérios, circunscrita ao período de 1860 a 1930, quando vigorou os grandes jazigos adornados com obras funerárias, de expressivo valor artístico e cultural. É preciso considerar que Vovelle menciona essa questão a partir de um contexto europeu. Porém, os cemitérios mais antigos do Brasil são em grande parte influenciados por essa cultura europeia, desde sua adoção como uma questão de ordem sanitária, até a confecção dos túmulos. Isso pode ser evidenciado pelos autores que trabalham com os elementos artísticos e esculturais presente nesses cemitérios<sup>41</sup>.

Nesse sentido, segundo Elisiana Trilha Castro (2008), o processo de inventariação desses jazigos mais antigos deve ser entendido como:

[...] uma etapa fundamental para o desenvolvimento de políticas de preservação, um importante instrumento metodológico para recolher informações, que permite identificar bens culturais, informar sobre o estado de conservação e fornecer dados para a sua preservação e pesquisa. De acordo com o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), “o inventário é a primeira forma para o reconhecimento da importância dos bens culturais e ambientais, por meio do registro de suas características principais (Castro, 2008, p. 50).

Essa necessidade de realização do inventário desses bens culturais decorre da pouca visibilidade dos monumentos funerários por parte do poder

---

<sup>41</sup> Temos Araújo (2006) que trabalha os elementos culturais e artísticos de influência católica e luterana nos cemitérios Santa Casa de Caridade e o Cemitério Luterano, em Porto Alegre. Carvalho (2015) é outra autora que aborda a influência germânica nos cemitérios da comunidade São José em Porto Alegre, e como esse acervo vem sendo perdido devido à construção de um estacionamento na localidade. Bastianelo (2010) inclui em seu estudo sobre os significados culturais dos cemitérios de Bagé no Rio Grande do Sul, uma análise das obras funerárias confeccionadas pelo marmorista espanhol José Martinez Lopes. Borges (2002), faz uma análise da arquitetura funerária por meio de túmulos assinados por marmoristas Italianos, no final do século XIX e início do XX, na cidade de Ribeirão Preto, em São Paulo. Esses são apenas alguns casos que indicam a influência europeia na cultura cemiterial brasileira, principalmente no início do século XX.

público. Como mencionado por Carvalho (2015), as próprias administradoras e prefeituras parecem desconhecer a riqueza e o valor que esses bens possuem para a história das comunidades em que estão inseridos. De acordo com a autora, a realização de inventários nas necrópoles do Rio Grande do Sul ainda é ineficiente, demonstrando a falta de interesse do poder público para com os bens culturais, artísticos e históricos existente nos cemitérios (Carvalho, 2015, p. 216-217).

Por não encontrar qualquer tipo de registro com o objetivo de elencar sistematicamente as sepulturas dos cemitérios da comunidade São José, encontrando apenas algumas fotografias antigas e de cartões comemorativos da época, a autora optou por criar um acervo com os túmulos que pretendia estudar, de acordo com o problema que encontrou nos cemitérios da comunidade. Para tanto, para analisar as transformações ocorridas nos cemitérios da comunidade, a autora precisou elaborar seu próprio inventário, o qual realizou em um período de cerca de dois anos, entre 2011 e 2013.

O método não difere muito do que é realizado nos museus, consistindo em fotografar as sepulturas encontradas no cemitério e elaborando fichas catalográficas com as informações específicas de cada túmulo, tais como: localização; material utilizado; número de pessoas; origem étnica; símbolos religiosos; estado de conservação; se está abandonado ou não; se passou por reformas, entre outros. O objetivo do inventário é de mapear o cemitério, conhecer o que há de mais relevante e de divulgar os elementos artísticos, arquitetônicos, culturais, étnicos e religiosos existentes no cemitério, contribuindo para a preservação da história local por meio dos indivíduos que ali estão sepultados (Carvalho, 2013, p. 1843).

Mesmo os cemitérios da Comunidade São José estando localizados em uma Área Especial de Interesse Cultural (AEIC)<sup>42</sup>, que é composta por 12 cemitérios<sup>43</sup>, muitas sepulturas do cemitério São José foram retiradas sem

---

<sup>42</sup> As AEIC são definidas pela lei municipal número 434, de dezembro de 1999, que dispõe sobre o desenvolvimento urbano e ambiental do plano diretor da cidade de Porto Alegre. As AEIC são entendidas como áreas que apresentam ocorrência de patrimônio cultural que devem ser preservadas a fim de evitar a perda ou desaparecimento das características que lhe conferem peculiaridades. Tais áreas podem ser protegidas por meio da ação de tombamento e do inventário (Carvalho, 2015, p. 326).

<sup>43</sup> Cemitério Santa Casa de Misericórdia; cemitério São José I; cemitério Espanhol; cemitério Batista; cemitério Evangélico I; cemitério João XIII; cemitério Luterano; cemitério Israelita de

qualquer tipo de estudo sobre sua importância cultural para a comunidade. Conforme mencionado pela autora, diversos monumentos funerários foram retirados para dar lugar ao estacionamento do crematório. Essa retirada indiscriminada ocorreu, segundo a autora, devido à falta de um inventário que demonstrasse ao poder público a importância cultural e memorial do local<sup>44</sup> (Carvalho, 2015, p. 331).

Viviane Comunalle (2020) é outra pesquisadora que utiliza o método do inventário funerário para aprofundar seus estudos sobre o patrimônio funerário dos cemitérios históricos do século XIX da região do Vale do Paraíba<sup>45</sup>. Conforme descrito em sua tese de doutorado, os cemitérios existentes na região são uma verdadeira expressão do poder político e econômico das elites cafeeiras italianas, etnia predominante no Vale do Paraíba. Segundo ela, foi por meio do inventário que conseguiu identificar as principais tipologias tumulares que encontrou nesses cemitérios. Como consta na pesquisa, os túmulos mais imponentes dos cemitérios da região foram edificadas ao longo do século XIX, período de ouro da produção cafeeira, principal produto da economia do Segundo Reinado.

A pesquisa de Comunalle (2020) é dividida em cinco etapas, sendo a pesquisa de campo a principal delas, onde podemos averiguar seu método de inventário de monumentos funerários. Em um primeiro momento, a autora busca

---

Porto Alegre; cemitério São Miguel das Almas; cemitério São José II; cemitério Evangélico II e cemitério Israelita (Carvalho, 2015, p. 329).

<sup>44</sup> Apesar de muitas sepulturas terem sido retiradas e realocadas para outros lugares devido à falta de espaço e problemas de gestão devido à instalação de um estacionamento em parte do cemitério São José II, restaram diversos túmulos que são verdadeiras obras de arte tanto pelo material utilizado, quanto pelo papel desempenhado por marmorarias, ateliês e artistas em sua confecção (Carvalho, 2015, p. 331). O mapeamento do cemitério São José I, feito pela autora, na qual apresenta as áreas que já tiveram túmulos retirados e aqueles que ainda estão no local (2015, p. 186-236). Já o mapeamento do cemitério São José II, onde a autora apresenta o cemitério em dois momentos: uma antes da instalação do cemitério, demonstrando as quadras que ainda permanecem, e as que foram desapropriadas para a construção do estacionamento; o outro mapa mostra a configuração que o cemitério ganhou após a instalação do estacionamento para o Crematório Metropolitano, onde é possível verificar a localização do novo memorial do estacionamento, dos túmulos de parede (sepulturas da antiga área do estacionamento) e da nova sede administrativa, juntamente com as capelas para a realização de velórios (Carvalho, 2015, p. 237-325).

<sup>45</sup> Atualmente, a área metropolitana do Vale do Paraíba é composta por 38 municípios localizados no litoral norte de São Paulo e no sul do Rio de Janeiro. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a região do Vale concentra cerca de 2,5 milhões de habitantes, destacando-se nacionalmente pela variedade de atividades econômicas nas quais esses indivíduos estão inseridos, com destaque para os setores automobilísticos, aeroespacial, petrolífero e farmacêutico (EMEU, S/D).

analisar o desenvolvimento da região do Vale do Paraíba e a influência dos Barões do Café em sua formação histórica. Nesse ponto, Comunalles faz uma pesquisa nos arquivos públicos de algumas cidades da região como Bananal, São José Barreiro, Silveiras, Queluz, Lorena e Guaratinguetá, cidade mais interessante das analisadas segundo a autora. Após isso, a autora realizou um trabalho de campo de pouco mais de dez (10) dias nas cidades históricas de Bananal, Arapeí, São José do Barreiro, Silveiras e Queluz, fazendo um levantamento das documentações disponíveis e fotografando os principais túmulos em cada cemitério. Na última fase de sua pesquisa, a autora visitou a cidade de Lorena e Cruzeiro em busca de documentos remanescentes sobre a região do Vale do Paraíba, pois se tratam de cidades que ainda preservam boa parte da documentação do século XIX sobre a região (Comunalles, 2020, p. 26-28).

A autora aborda em um primeiro momento a influência da economia cafeeira no desenvolvimento da região do Vale do Paraíba; na sequência, busca fazer uma análise detalhada da arte funerária presente nos cemitérios da região, utilizando como método principal a elaboração de fichas catalográficas desses monumentos; por último, a autora apresenta o cemitério como fonte de pesquisa e como podem ser utilizados para a compreensão da história de uma cidade ou região, passando pela forma com que são confeccionadas de acordo com a época.

Porém, o que mais nos interessa da tese de Comunalles (2020) é sua proposta metodológica para trabalhar com o mapeamento de cemitérios e das sepulturas. Segundo a própria autora, sua metodologia é inspirada nos métodos elaborados pela pesquisadora Elisiana Trilha Castro (2008), sobre cemitérios de imigrantes alemães da Grande Florianópolis. O método consiste de cinco etapas essenciais: a primeira delas refere-se à realização do registro fotográfico dos túmulos a serem estudados. Durante o processo, é necessário fazer fotos em várias perspectivas possíveis de modo que nenhum detalhe da sepultura passe despercebido, captando ornamentos e alegorias e, em algumas vezes, a assinatura da marmoraria ou artista responsável pela construção do túmulo (Comunalles, 2020, p. 134).

Os dois próximos passos do inventário dizem a respeito à apresentação e identificação do cemitério estudado. De acordo com Comunalles

(2020), nessas etapas devemos indicar os principais elementos construtivos do cemitério como sua localização, condição atual e sua delimitação espacial, indicando os responsáveis pela administração do local (Comunalle, 2020, p. 134). Segundo a autora, o estado de conservação de um cemitério pode ser classificado por meio das seguintes situações:

- Bom: o cemitério tem a sua funcionalidade em ordem, o calçamento apresenta bom estado de conservação, serviços de jardinagem e poda de árvores em dia, identificação e monitoria de túmulos abandonados, sinalização interna e de identificação das quadras.
- Regular: o cemitério apresenta problemas em sua funcionalidade, o calçamento comprometido, ausência do serviço de poda de árvores e jardinagem no local, ausência de monitoria dos túmulos abandonado e ausência de sinalização interna e nas quadras.
- Ruim: o cemitério pode provocar danos contra a saúde dos seus visitantes, inexistência de calçamento no local, falta de serviço de poda de árvore e jardinagem, túmulos abandonados e quebrados e falta de sinalização interna e nas quadras (Comunalle, 2020, p. 134-135)<sup>46</sup>.

Após a verificação do estado de conservação do cemitério, devemos também averiguar o número aproximado de sepulturas existentes no local, o sepultamento mais antigo, tipo de delimitação usada para sepultamentos, entre outros (Castro, 2008, p. 24). É durante a fase de identificação que se verifica se os túmulos estão conservados ou em estado de abandono total. Devido à política de remoção de sepulturas em razão da falta de espaço, é nesse momento que também se atenta para a transferência de restos mortais dos indivíduos para outro lugar (Comunalle, 2020, p. 195).

A quarta etapa do processo de inventariação de um cemitério refere-se à análise de sua arquitetura funerária. Essa é a etapa na qual observamos os elementos que compõem uma sepultura, como as tipologias de construção (mausoléu; jazigo capela; catacumba; cenotáfio<sup>47</sup>; monumento cívico; jazigo monumento; entre outros).

---

<sup>46</sup> Devido à inexistência de um manual específico para analisar os cemiteriais, autorizou como base a normativa para inspeção predial do Instituto Brasileiro de Avaliação e Perícias de Engenharia de São Paulo (IBAPE/SP) (Comunalle, 2020, p. 134).

<sup>47</sup> Do latim *cenotaphium*, que significa “tumba vazia”. Trata-se de um monumento fúnebre construído em memória de alguém cujo corpo não foi encontrado ou está em outro local. Portanto, são túmulos que não possuem pessoas sepultadas em seu interior. Em outras palavras,

Outros aspectos são os tipos de materiais utilizados para a edificação da sepultura (argamassa; alvenaria; granito; ferro; piso e outros); para os ornamentos (religiosos e não religiosos) e para as alegorias (antropomórficas; zoomórficas; fitomórficas; figuras femininas; signos e objetos) que compõem os elementos visuais que são utilizados nessas construções (Comunalle, 2020, p. 135). Segundo Castro (2008), é por meio da análise dessas categorias que temos a compreensão das opções estéticas e religiosas utilizadas pelos familiares na hora da confecção da sepultura de seus entes queridos (Castro, 2008, p. 25). Porém, como mencionado, essas escolhas são definidas pelo contexto em que estão inseridos.

A última etapa do inventário é aquela que podemos colocar informações adicionais que completam os itens descritos anteriormente (Comunalle, 2020, p. 135). Essa é a etapa mais subjetiva do processo, visto que o pesquisador pode incluir detalhes específicos dos túmulos do cemitério que está estudando. No caso de Rolândia, por conta da política de remoção de túmulos devido à falta de espaço, optamos por incluir seis informações adicionais que são essenciais para pensarmos o quão nociva ela pode ser para a história da cidade e até mesmo dos cemitérios seculares. As seis categorias são: **túmulos marcados com X; abandonados; removidos; novos sepultamentos; reformados e sem alteração**. São elas que irão nortear nosso trabalho na medida em que tentaremos demonstrar que a administração vem errando na escolha dos terrenos a serem desapropriados, visto que muitos estão em um bom estado de conservação e que poderiam passar para os cuidados dos administradores em caso de desinteresse familiar.

No próximo capítulo, iremos abordar como elaboramos o nosso inventário, desde o processo de ir ao cemitério fotografar as sepulturas até a maneira com que as separamos no computador. Também falaremos sobre cada categoria, mencionando a importância de cada um dos túmulos selecionados, seja pelo seu valor cultural, artístico, arquitetônico, religioso, histórico e memorialístico. Com esses exemplos tentaremos demonstrar a importância de uma de uma análise prévia para a escolha do túmulo a ser desapropriado, visto

---

são túmulos" vazios". Geralmente, são grandes monumentos erguidos em memória de um indivíduo específico ou grupo de pessoas, como as que foram vítimas de guerras ou de desastres naturais (CONCEITO DE CENOTÁFIO, 2018).

que muitos dos que são selecionados estão em perfeito estado de conservação e são de suma importância para pensarmos a história do município.

### **3. PATRIMÔNIO EM RISCO: O INVENTÁRIO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL CENTRAL E A DESTRUIÇÃO DE SEU ACERVO MATERIAL**

Neste capítulo, abordaremos a pesquisa de campo que realizamos durante esses três anos de mestrado. Em um primeiro momento, discorreremos sobre como realizamos o inventário do cemitério, passando pelo método que utilizamos para tirar as fotografias das sepulturas e das quadras que foram selecionadas para o estudo. Na sequência, apresentamos a forma de separação das fotografias e os dados que obtivemos com a pesquisa, demonstrando o quão nociva a política de remoção de sepulturas consideradas abandonadas tem sido prejudicial para a história do município. Por último, abordamos casos de cada categoria que encontramos no cemitério, passando pelos túmulos demarcados e indo até aqueles que são reformados pelos familiares.

#### **3.1 – Inventário do Cemitério Municipal Central de Rolândia**

Antes de falarmos sobre o procedimento de inventariação que adotamos, precisamos falar um pouco mais sobre o Cemitério Municipal São Pedro, de Rolândia. Como mencionado no capítulo anterior, o cemitério continua em pleno funcionamento, recebendo sepultamentos com grande frequência, mesmo com seu espaço quase totalmente esgotado. Isso ainda é possível porque a administração limitou os novos sepultamentos para os jazigos de família onde duas ou mais pessoas são enterradas; nos terrenos que foram expropriados pela administração por conta do estado de abandono do antigo túmulo; e para as novas colmeias construídas a partir de 2021.

Apesar de ser um cemitério que está prestes a completar 100 anos de funcionamento (iniciou as atividades em 1936), ele encontra-se em um bom estado de conservação, salvo os casos de sepulturas que foram abandonados pelos familiares. No geral, ele recebe os reparos necessários para continuar operando normalmente e em perfeito estado. Podas de árvores periódicas, reparos no recape asfáltico de suas ruas de acesso e entrada; manutenção nos espaços entre as sepulturas; reparos na capela interior onde acontecem as

missas do dia de finados. Reparos na capela exterior onde ocorrem os velórios; serviços de limpeza e outros.

Comparado com outros cemitérios do Brasil, o de Rolândia pode ser considerado como um cemitério de médias proporções, localizado na área central da cidade. Em julho de 2023, chegou ao número de trinta mil (30.000) sepultamentos<sup>48</sup>. É necessário lembrarmos que essa configuração atual é devido às ampliações territoriais que passou ao longo dos anos na medida em que ia necessitando de mais espaço para sepultamentos. Esses aumentos também foram demonstrados no capítulo anterior. O primeiro por meio da comparação entre a planta do município datado de 1948 e a planta do cemitério que conseguimos na administração. O segundo que falamos foi o que ocorreu no final do ano de 2009, que prolongou a capacidade do cemitério em cerca de 3 ou 4 anos.

Inicialmente, mencionamos que nossa intenção era apenas catalogar as sepulturas em estado de abandono e os marcados com X pela administração. Contudo, após a leitura da tese de Castro (2015), decidimos ampliar nossa análise. Essa opção decorre de que, em sua pesquisa, Castro (2015) argumenta que os pesquisadores do campo precisam ir além e não ficar restritos ao registro dos túmulos que almejam estudar. É necessário que busquemos fazer o catálogo do cemitério como um todo, para que possamos obter dados mais concretos e assim manter registrados todos os túmulos e monumentos funerários encontrados em determinado cemitério. É como uma espécie de mapeamento onde ficaria registrada a ficha de inventário e as fotografias de cada túmulo existente no cemitério. Castro (2015) defende essa necessidade de catalogação total dos cemitérios brasileiros, pois muitos de seus elementos culturais, étnicos, artísticos e religiosos estão se perdendo devido à política de expropriação de túmulos abandonados. Em muitos casos, o registro fotográfico é fundamental para que um túmulo e toda sua carga simbólica imaterial e material desapareçam por completo.

---

<sup>48</sup> Essa informação foi tirada da página que a Administração de Cemitérios do Município de Rolândia (ACMR) possui no Facebook. Segundo o que consta nas publicações, essa quantidade de pessoas sepultadas no local ocorreu no dia 26 de julho de 2023, com o falecimento de Adenilson da Silva, de 41 anos. Os dados estão nos anexos.

Rolândia é mais uma dessas cidades do interior do Brasil em que inexistem qualquer tipo de trabalho de catalogação de seu acervo funerário, diferente de outras cidades com cemitérios de renome nacional e internacional, como as de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Bagé, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Curitiba e outras grandes cidades do país.

Em cemitérios como da Consolação em São Paulo, devido à catalogação do seu acervo, o pesquisador pode facilmente encontrar os dados que necessita para realizar seu estudo. Por meio das fotografias do catálogo, também pode analisar outro ponto fundamental para quem estuda cemitérios: as transformações que um jazigo ou sepultura pode sofrer com o passar dos anos, seja por meio das intempéries, de reformas promovidas por familiares ou por causa das políticas adotadas pela administração desses cemitérios. Das três, talvez a mais significativa seja as mudanças ocasionadas por reformas familiares, uma vez que as sepulturas podem sofrer alterações significativas no estilo e nos significados<sup>49</sup>.

No caso do cemitério municipal central de Rolândia, os poucos túmulos que foram fotografados em outros momentos são de imigrantes alemães e seus descendentes e são frutos de trabalhos acadêmicos de historiadores que se interessaram pela comunidade judaica alemã da cidade. As fotos que tivemos acesso foram tiradas por Marco Antônio das Neves Soares (2012) e Lívia Fiaux Harfuch (2011), que também estão disponíveis no Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica (NDPH) da Universidade Estadual de Londrina. Uma outra foto antiga que também tivemos acesso é a da família Igarashi<sup>50</sup>. Trata-se de uma foto tirada pela própria família que a disponibilizou para os pesquisadores Paulo César Boni e Cássia Maria Popolin (2009), para o trabalho que fizeram sobre as representações da morte na cultura japonesa.

Essas fotos antigas dos túmulos de imigrantes alemães e da família Igarashi foi de suma importância para nossa pesquisa, pois conseguimos estabelecer uma comparação com a situação atual desses jazigos. A maioria

---

<sup>49</sup> No capítulo quatro, analisamos um túmulo que passou por uma transformação simbólica recentemente. Trata-se da sepultura de Bunkiti Kunimi, que trabalhamos em artigo publicado na *Prajna: revista de culturas orientais*, no ano de 2021 (Tessaro, 2021, p. 85-89). Contudo, nesse artigo, abordamos o túmulo a partir dos conceitos de representação e apropriação a partir dos pressupostos de Certeau (1998). No capítulo, vamos a questão abordar considerando as afirmações de Chartier (1991).

<sup>50</sup> Foto do jazigo em anexo.

deles se encontra intactos e devidamente preservados, sendo que alguns são feitos de alvenaria, passando por pinturas periódicas. Porém, essas sepulturas são exceções do que realmente percebemos ao longo da pesquisa. Desde o início de 2017, estamos fazendo visitas periódicas ao cemitério, sempre registrando túmulos com características peculiares (tanto pelo estilo arquitetônico quanto pelo aspecto simbólico e religioso) e de imigrantes europeus e japoneses, este último que foi o foco do nosso trabalho de conclusão de curso<sup>51</sup>.

Durante esses seis anos e meio de trabalho de campo, sobretudo após 2020, notamos que nem todas as sepulturas estão preservadas como as que mencionamos. Muitas são reformadas pelos familiares a ponto de perderem totalmente as características da época em que foram confeccionadas, ganhando contornos modernos que podem ser nocivos do ponto de vista patrimonialíssimo. Nesse sentido, nesse longo trabalho de campo, reunindo o período do TCC e do mestrado, conseguimos tirar fotos de túmulos em diferentes momentos e situações, como os que são removidos e os que são reformados.

Para que isso fosse possível, tivemos que fazer um árduo trabalho de catalogação, tirando fotos de todos os túmulos das quadras mais antigas do cemitério. A partir do momento em que optamos pela catalogação completa dessas quadras, o trabalho começou a fluir com maior rapidez, sendo possível estabelecer comparações com as fotos que tiramos em outros momentos. A partir disso, as visitas aos cemitérios se tornaram cada vez mais periódicas. Para que as fotos ficassem boas de forma a captar todos os detalhes das sepulturas, elas precisaram ser tiradas em dias nublados, evitando possíveis reflexos provocados pela luz solar.

---

<sup>51</sup> Nossa pesquisa de conclusão de curso teve como objetivo analisar as identidades religiosas dos imigrantes japoneses e seus descendentes em Rolândia. Como fonte, considerando os símbolos religiosos encontrados nas sepulturas do cemitério Municipal central da cidade, definimos três categorias principais de identificação religiosa desse grupo. Em primeiro, temos os túmulos com características arquitetônicas e simbólicas budistas, que estão restritos aos imigrantes que tinham a tendência de manter seus costumes e ritos religiosos que aprenderam no Japão. Em segundo lugar, temos as sepulturas com características ocidentais e elementos simbólicos ligados ao Catolicismo, que são próprios dos indivíduos de segunda geração em diante, mais identificados com a cultura e os costumes brasileiros. Por último, temos os túmulos com elementos sincréticos, que são próprios de indivíduos de primeira geração que iam se integrar com a sociedade brasileira, mas mantinham traços culturais japoneses que eram ensinados pelos seus pais (Tessaro, 2019).

Como mencionado, o cemitério atualmente possui trinta e duas (32) quadras, sendo trinta (30) da planta disponibilizada pela administração e as outras quatro (4) fruto do aumento territorial que teve ao longo da última década. Porém, nosso trabalho de catalogação ficou restrito às quadras 7 a 30, que são as mais antigas e com elementos culturais, artísticos, arquitetônicos em religiosos de maior relevância do ponto de vista histórico. São nessas quadras que nos deparamos com sepulturas de imigrantes das mais variadas etnias, que comprovam a característica multiétnica das terras da CTNP. Muitos desses túmulos existentes nessas quadras possuem características peculiares da época de ouro dos cemitérios, como os jazigos em formato de capela, os que possuem estatuária em bronze, os mausoléus e outros que possuem um estilo de confecção próprio da primeira metade do século XX.

Em um cemitério sem espaços e que ainda continua em funcionamento como o de Rolândia, onde túmulos considerados abandonados são removidos para dar lugar a novos sepultamentos, o trabalho de catalogação precisa ser constante, com visitas periódicas ao cemitério. Por essas razões, mesmo após a catalogação total das quadras, sempre estivemos fazendo novas visitas ao cemitério e tirando novas fotos quando necessário. Com esse método de investigação, conseguimos perceber alguns túmulos em diversos momentos e que passaram por transformações em um curto espaço de tempo. Inclusive, por conta desse problema existente no cemitério, levantamos a hipótese de que muitos desses túmulos estão passando por reformas por medo que os familiares têm de que o terreno onde seus entes queridos descansam em paz sejam expropriados pela administração e concedidos para novas famílias. Porém, essa é uma hipótese difícil de ser comprovada em sua totalidade por conta de um fator específico.

Muitos desses túmulos que passam por reformas são jazigos familiares, onde encontramos até mais de seis pessoas sepultadas no local, geralmente de gerações diferentes. Como veremos adiante, no tópico referente aos túmulos reformados, muitos estão perdendo características fundamentais que poderiam ser usadas para uma melhor compreensão da história do município e seus indivíduos, bem como para a história da morte e dos cemitérios seculares nos diferentes contextos históricos.

Outro ponto que devemos deixar claro para o leitor é o porquê de os túmulos que passam apenas por uma pintura entrarem na categoria de reformados. A maioria desses túmulos são simples, sendo que em boa parte deles os tijolos e o concreto é que demarcam a lápide e os limites de onde estão os restos mortais do falecido sepultado na terra. Outros seguem o modelo feito pela administração do cemitério para o sepultamento, contendo apenas melhor acabamento e uma pequena lápide com as informações do defunto, ou às vezes nem isso.

Em alguns túmulos, notamos que as informações do falecido são aquelas feitas pelos funcionários do cemitério na ocasião de realizarem o acabamento do sepulcro alguns dias após o enterro. Outras famílias optam por destacar os dados do falecido com tinta preta, mas somente em casos em que o túmulo passou por uma pintura geral. Em suma, 90% dos casos de túmulos pintados que encontramos no cemitério possuem essas características estruturais e estéticas. Vejamos os casos: os dois primeiros referem-se aos túmulos com apenas as laterais delimitando seu espaço, e os outros dois aos que são feitos de concreto.

**Figura 9 – Túmulo pintado delimitando as laterais (Amélia Carvalho; 1886-1950)**



Fonte: TESSARO, D. L., 2021. 1 fot.: colorida; 1032 x 1221 px

**Figura 10 – Túmulo pintado delimitando as laterais (Sebastião de Jesus)**



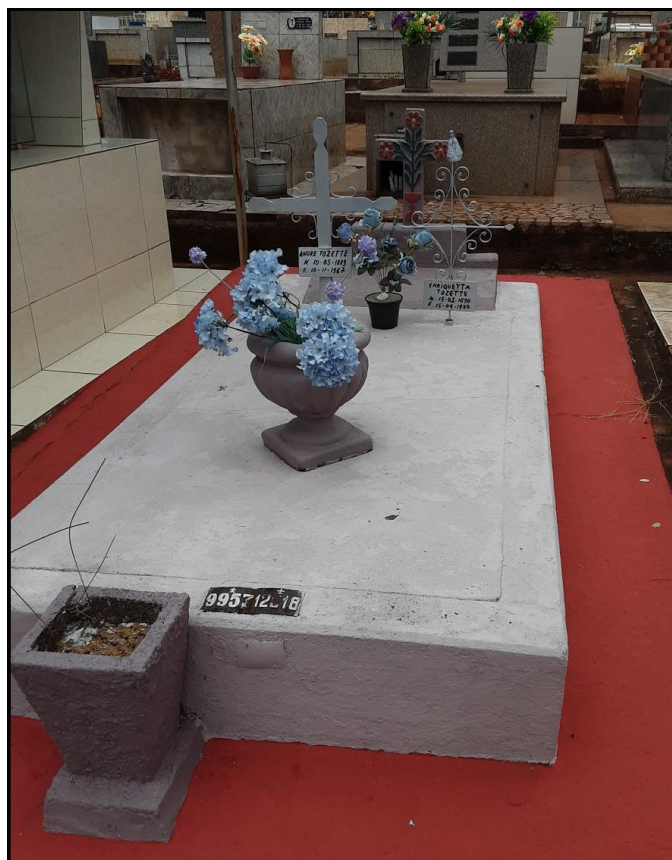
Fonte: TESSARO, D. L., 2021. 1 fot.: colorida; 964 x 1286 px

**Figura 11 – Túmulo de concreto pintado  
(Dino Simiero; 1896-1966)**



Fonte: TESSARO, D. L., 2021. 1 fot.: colorida; 953 x 1430 px

**Figura 12 – Túmulo de concreto pintado (Casal Tozette)**



Fonte: TESSARO, D. L., 2021. 1 fot.: colorida; 890 x 1133 px

Decidimos enquadrar esses túmulos na categoria de reformados devido ao entendimento da administração do cemitério. Na página que a Administração de Cemitérios do Município de Rolândia (ACMR) tem no Facebook, é possível verificarmos tal entendimento. Na postagem do dia 25 de agosto de 2023, a administração informa os seguidores da página sobre os túmulos que estão marcados com “X” em branco. Segundo a publicação, tais túmulos são considerados abandonados, pois não estão recebendo os cuidados necessários, seja de limpeza ou reforma, para se manterem em estado pleno de conservação. A postagem tem o intuito de alertar familiares que porventura possam ter túmulos de parentes com tal marcação. Contudo, o mais interessante da publicação é que a administração coloca a pintura como uma das formas de melhorar essas sepulturas (ACMR, 2023).

São essas questões que fizeram colocarmos a sepulturas pintadas na categoria de reformados. Para diferenciá-los dos demais, decidimos incluir na tabela com a qual o leitor irá se deparar mais adiante, números separados pelo símbolo de "+" na categoria de túmulos reformados. O primeiro número que aparece na coluna refere-se aos túmulos reformados em geral, sejam aqueles mais básicos com acabamentos mais simples com piso, sejam aqueles reformados no granito. Já o segundo número é sobre os túmulos pintados que encontramos em cada quadra analisada.

Antes de abordarmos os dados coletados na pesquisa de campo, devemos levantar considerações sobre os túmulos marcados com "X" que conseguimos fotografar nesses últimos anos. Essa categoria não é tão precisa quanto as demais em virtude de alguns fatores. A primeira delas diz respeito a algo que já mencionamos. A Lei Municipal que permite a remoção de túmulos abandonados existe e está em vigor desde 1994, passando por reformulações em outro artigo em 2001. Contudo, a efetiva vigência da lei e do artigo 19 é o principal fator responsável pela remoção dos túmulos. Apesar de estar há mais de vinte e nove (29) anos em vigência, não conseguimos definir com precisão os prejuízos causados pela falta de adoção de critérios históricos e culturais na seleção de túmulos a serem removidos. Apenas podemos dizer que a década de 2010 foi a mais nociva devido ao problema da falta de espaço no cemitério. Mesmo assim, os dados são imprecisos, pois apenas começamos a fotografar esses túmulos em 2018, quando nos deparamos com um túmulo budista que estava marcado para ser removido.

Contudo, a catalogação sistemática dos túmulos foi iniciada apenas em janeiro de 2021, com o início formal da pesquisa de mestrado. Durante esses dois anos e meio de idas frequentes ao cemitério, acabamos, porventura, fotografando o mesmo túmulo em diversas situações. Esse é o caso dos túmulos marcados com "X". Muito daqueles que fotografamos no início da pesquisa já não existem mais e, no local, novas pessoas foram sepultadas, restando apenas vestígios dos túmulos antigos em alguns casos.

Um ponto a destacar nesse quesito é que a maioria desses sepulcros marcados acabaram dando espaço para novos sepultamentos, sendo raros os casos em que foram reformados. De toda forma, a perda cultural para o município é visível, visto que, assim como aqueles que foram removidos, os que

passaram por reformas também sofreram danos irreparáveis do ponto de vista histórico e patrimonial. Portanto, devemos deixar claro ao leitor que os dados apresentados na tabela referem-se aos túmulos que ainda estavam marcados até meados de junho e julho de 2023. Passando essas considerações, analisaremos os dados que obtivemos com o inventário do cemitério.

### 3.2 – Dados obtidos

Os dados obtidos na tabela a seguir são frutos de um longo trabalho de catalogação, que se iniciou de maneira formal em janeiro de 2021, estendendo-se até agosto de 2023, momento em que fizemos os últimos registros. Como o leitor irá observar, algumas quadras do cemitério ficaram de fora do inventário (quadras 1 a 6; A e B). Por serem quadras mais novas, onde encontramos pessoas que faleceram entre 1996 e 2018, julgamos que não seria necessário incluí-las. Ficamos restritos às quadras mais antigas, da 7 até a 30, pois são aquelas mais estão sofrendo com a política de remoção de túmulos.

**Tabela 3 – Dados obtidos com o inventário do Cemitério Municipal Central de Rolândia**

	Total	Marcado c/ X	Abandonado	Removido	Novo	Reformado	S/Alteração
Quadra 7	124	1	19	-	40	42	22
Quadra 8	421	7	61	-	36	196 + 32 <sup>52</sup>	89
Quadra 9	268	1	37	2	25	140 + 11	52
Quadra 10	159	3	22	1	13	67 + 6	47
Quadra 11	65	1	5	1	12	27 + 2	15
Quadra 12	56	-	12	1	8	21 + 6	8
Quadra 13	177	5	40	1	17	80 + 20	14
Quadra 14	400	9	50	2	34	184 + 33	89
Quadra 15	269	9	38	2	24	114 + 22	61

<sup>52</sup> Os dois números apresentados na tabela referem-se, de nosso ponto de vista, a dois tipos de reforma. O primeiro número apresentado é sobre aqueles túmulos que tiveram suas características alteradas pela reforma, ganhando contornos modernos e padronizados. O segundo é sobre aqueles túmulos em que os familiares realizam apenas uma pintura, não alterando suas características. Geralmente, são túmulos de alvenaria, onde o acabamento é feito de cimento ou gesso.

Quadra 16	112	7	34	-	12	19 + 16	24
Quadra 17	190	3	28	3	13	90 + 11	42
Quadra 18	182	9	34	1	18	54 + 28	38
Quadra 19	113	3	15	5	17	36 + 7	29
Quadra 20	105	5	19	-	7	54 + 7	13
Quadra 21	195	2	39	2	19	91 + 28	14
Quadra 22	222	7	39	1	31	81 + 39	24
Quadra 23	362	15	36	-	35	179 + 45	52
Quadra 24	98	3	18	-	7	21 + 18	31
Quadra 25	168	1	21	-	29	79 + 12	26
Quadra 26	167	1	16	1	51	46 + 27	25
Quadra 27	210	12	35	1	70	46 + 36	10
Quadra 28	303	3	47	2	76	104 + 31	40
Quadra 29	256	5	31	1	41	88 + 24	66
Quadra 30	130	7	32	-	21	44 + 12	14
<b>TOTAL</b>	<b>4.752</b>	<b>119</b>	<b>731</b>	<b>27</b>	<b>656</b>	<b>1.903 + 431</b>	<b>845</b>

A partir dos dados da catalogação, podemos observar que os túmulos mais antigos estão localizados entre as quadras 7 e 20 e quadras 25 e 30. Essas duas últimas são aquelas que estão ao lado da antiga entrada do cemitério, no portão de frente à Avenida Romário Martins<sup>53</sup>. Atualmente, por não ser mais utilizado, o portão está lacrado.

As quadras 25 e 30, por estarem próximas a esse portão, foram as primeiras a serem usadas para enterros. Isso pode ser comprovado pelos dois primeiros sepultamentos que o cemitério recebeu. Augusto José da Silva, português, lavrador, que faleceu em 20 de agosto de 1936, aos 64 anos; e

<sup>53</sup> A avenida homenageia um dos principais personagens da história do Paraná. Alfredo Romário Martins nasceu em Curitiba no dia 8 de dezembro de 1874. Filho do Coronel José Antônio Martins e Florência Severina Ferreira Martins, Romário desde tenra idade começou a trabalhar nos jornais da capital paranaense como auxiliar de tipógrafo, trabalho que influenciou em sua escolha pela carreira jornalística, passando a escrever periódicos nos principais jornais de Curitiba. Ao longo de sua vida, acabou realizando diversos trabalhos, atuando como historiador e político, sendo um dos líderes do movimento paranista, buscando criar entre as pessoas um sentimento de orgulho pelo Estado. Romário Martins veio a falecer no dia 10 de novembro de 1948 (Martins, 2022).

Adelina Nunes de Oliveira, portuguesa, doméstica, que faleceu em 18 de setembro de 1936, aos 38 anos, estão sepultados nessas quadras e seus túmulos existem até a data de escrita da dissertação. Outras pessoas que faleceram nesse período, entre as décadas de 1930 e 1950, também podem ser encontradas nessas quadras. Porém, por estarem sepultados em túmulos de família, acabam passando despercebidos por olhos desatentos, necessitando de maior cautela na hora de averiguar as placas de identificação. Essas quadras possuem túmulos com características peculiares, que são de pessoas que faleceram nesse período e que, de alguma forma, seus túmulos ainda resistem às políticas administrativas e outras intempéries.

O mesmo não acontece com os sepulcros presentes entre as quadras 21 a 29, excluindo a 25. Segundo os dados que coletamos, essas são as quadras que mais estão sofrendo com a política administrativa para suprir à falta de espaços, pois são nelas que encontramos maior índice de túmulos novos, com pessoas que faleceram na década de 2010. Elas também são quadras antigas, onde, por vezes, deparamo-nos com túmulos de pessoas que morreram entre as décadas de 1950 e 1970.

No primeiro livro de inumações do cemitério, que vai da década de 1930 até o início da década de 1960, conseguimos observar que a maioria das pessoas que faleceram nessa conjuntura já foram exumadas e seus túmulos removidos para abrir espaço para novos sepultamentos. Eles foram usados para enterrar as pessoas que morreram nesses últimos doze anos, por isso são quadras que possuem o maior número de túmulos novos, com características modernas e mais simplificadas.

Com relação aos jazigos abandonados, os dados nos mostram que eles podem ser encontrados de forma equiparada por todas as quadras analisadas. Contudo, é entre as quadras 7 a 20 que estão os túmulos de maior relevância histórica, arquitetônica, simbólica e religiosa. Alguns estão abandonados, correndo o risco de serem removidos pela administração, e outros, ainda sob cuidado dos familiares, podem acabar passando por reformas sem uma discussão prévia com os responsáveis e o poder público. São jazigos em formato de capela; outros que são feitos de granito polido e adornados com esculturas de bronze; alguns que, apesar de sua simplicidade, possuem modos específicos de construção, que não são mais usados. Em suma, eles refletem a

forma com que os primeiros moradores de Rolândia encaravam a morte e homenageavam seus familiares.

Preservar esses jazigos é uma maneira de mantermos viva parte da história do município e de como os indivíduos compreendiam morte. No decorrer dos próximos capítulos, tentaremos abordar sua importância, demonstrando que a maioria deles está localizada entre as quadras 7 e 20, e correm risco de serem removidos e deixarem de existir.

### **3.3 – Túmulos Marcados com X**

Começamos a análise dessa categoria por um túmulo em específico, do qual restam apenas indícios de sua existência, mas que foi o responsável para realizarmos esta pesquisa. Talvez seja o caso mais emblemático com o qual nos deparamos durante esses anos, pois conseguimos perceber o problema pelo qual o cemitério vinha passando com a falta de espaço e a falta de critérios históricos, artísticos e culturais para a demarcação de túmulos a serem removidos. Conseguimos entender o processo como um todo, realizando fotografias do túmulo em momentos distintos: marcado com x; novo sepultamento com túmulo em construção e, por último, com túmulo pronto.

O primeiro contato que teremos com a referida sepultura foi no ano de 2017, quando ainda realizamos o trabalho de campo de nosso trabalho de conclusão de curso, sobre identidades nipônicas por meio de túmulos. Na época, era possível percebermos que ele estava marcado com um “X” em branco, estando sob aviso prévio para ser retirado, abrindo espaço para um novo sepultamento. Apesar da lei municipal sobre cemitérios estipular o prazo de 60 dias para regulamentação nesses casos, esse túmulo somente foi removido no ano de 2019, quando fizemos o registro fotográfico da construção de uma nova sepultura no local (figura 15).

Nas imagens a seguir (13 e 14), uma tirada em 2017 e outra em 2019, podemos verificar que, provavelmente, ali estava sepultado um imigrante japonês que tinha vínculos religiosos com o Budismo. Isso pode ser verificado pela própria estrutura arquitetônica da sepultura, semelhante àquelas que encontramos no cemitério japoneses. O túmulo apresentava uma base retangular de concreto. Na sequência, um pouco menor que a anterior, temos

outra base retangular, dessa vez feita de granito e com quatro pilares nas extremidades, ligadas entre si por barras de ferro. Devido ao estado de abandono na época, apenas uma barra de ferro estava fixada no local. Em cima de três bases quadradas que formavam uma pequena pirâmide, tínhamos uma espécie de pilar com uma saliência em arco em sua ponta.

A pequena pirâmide seguida de um pilar são exemplos arquitetônicos de sepulturas de imigrantes japoneses que ainda mantinham fortes vínculos culturais como Japão e o Budismo nipônico. Nesses pilares, retangulares ou com saliência em arco, encontramos diversos ideogramas japoneses. Geralmente, estão na frente e no verso, mas, em raras exceções, podem estar nas quatro faces do pilar. Na frente do pilar, temos o nome póstumo do falecido, segundo a vertente do Budismo que seguia. No verso, estão as informações de nascimento e falecimento do indivíduo que, geralmente, eram escritas seguindo o padrão do calendário imperial japonês.

Figura 13 – Túmulo Budista marcado com X pela administração do cemitério em 2017



Fonte: TESSARO, D. L., 2017. 1 fot.: colorida; 1239 x 1652 px.

**Figura 14 – Novo sepultamento com túmulo em construção em 2020**



Fonte: TESSARO, D. L., 2020. 1 fot.: colorida; 472 x 483 px

**Figura 15 – Novo túmulo com resquícios do antigo ao lado em 2020**



Fonte: TESSARO, D. L., 2020. 1 fot.: colorida; 392 x 523 px.

A retirada desse túmulo demonstra o quanto a administração vem sendo negligente na escolha das sepulturas que devem ser desapropriadas para abrir novos espaços no local. Não se levou em consideração a importância e a relevância histórica, arquitetônica, simbólica, religiosa e étnica que o túmulo tinha para o município. Rolândia, enquanto um empreendimento da CTNP, recebeu imigrantes e diversas etnias, dentre os quais estão os de origem nipônica. A participação dessa etnia na construção do município é tão relevante quanto a dos alemães, judeus, italianos espanhóis portugueses, poloneses, húngaros e outros.

De acordo com Homero Oguido (1988)<sup>54</sup>, foram formadas sete colônias de japoneses na região da futura região de Rolândia. Hikoma Ujihara, funcionário da CTNP, foi o responsável pela comercialização das terras da companhia para esses imigrantes, auxiliando na formação dessas pequenas colônias étnicas. Schwengber (2003) também apresenta dados sobre a participação de imigrantes japoneses na formação de Rolândia. Segundo ela, cerca de 119 indivíduos estabeleceram moradia na região de Rolândia entre os anos de 1934 e 1939 (Schwengber, 2003, p. 139-140). Outro ponto importante trazido pela autora, refere-se aos primeiros compradores de terras da região. De acordo com ela, apesar de os primeiros indivíduos chegarem para morar na cidade apenas em 1934, os primeiros lotes de terras foram vendidos no ano de 1932. No ano em questão, foram vendidos 28 lotes de terra localizados na Gleba Roland, Gleba Cafezal e Gleba Ribeirão Vermelho. Dos 28 lotes vendidos naquele ano, 23 foram vendidos para imigrantes japoneses e descendentes. Na tabela de compradores apresentada pela ela, consta que o primeiro comprador de terras na região de Rolândia foi Takashi Moori que, no dia 14 de março de 1932, comprou 30 alqueires na Gleba Cafezal, lote 191. No mesmo dia, Jugoro Oki também comprou um lote de 30 alqueires na Gleba Cafezal. Tratava-se do lote 192, vizinho ao de Moori<sup>55</sup>.

Os dados apresentados por Schwengber são fundamentais para compreendermos a existência de elementos culturais nipônicos na cidade. Contudo, os indícios da participação desse grupo nos anos iniciais de formação do município podem ser averiguados por meio das sepulturas que encontramos no cemitério<sup>56</sup>, como a que descrevemos. No cemitério central, é possível

---

<sup>54</sup> Apesar de ser uma obra memorialística, Oguido apresenta alguns dados sobre a formação dessas colônias, narrando pequenas histórias de indivíduos que viveram nesses lugares. No livro, ele descreve as sete colônias de japoneses que foram formadas em Rolândia: a seção Cafezal, Asahi, Fuji, Kyoei, Elefante, Bandeirantes e Boa Sorte (Oguido, 1988, p. 151-158).

<sup>55</sup> Para mais informações, ver a relação dos primeiros lotes vendidos em Rolândia na área urbana e rural apresentada por Schwengber (2003, p. 25).

<sup>56</sup> Existem outros indícios como, por exemplo, na rua Paranaguá, nº325, próximo ao centro da cidade. O Templo Dokozan Busshinji, de Rolândia foi fundado no ano de 1960 e ainda continua sendo o único da escola zen budista existente no sul do país (SOTOZEN-NET, 2009). Na cidade, também temos a sede do museu da Imigração Japonesa do Paraná, localizado no Km 5 da Estrada Pitangueiras, no núcleo residencial Horácio Cabral. O museu foi fundado em 18 de junho de 1978, em função da comemoração dos 70 anos da imigração japonesa para o Brasil. Em sua inauguração, estavam presentes diversas autoridades dos dois países, entre eles o Príncipe Akihito e a Princesa Michiko; o ex-Presidente Ernesto Geisel e o ex-Governador do Paraná, Jaime Canet Junior. Entre outras referências públicas, temos algumas ruas, bairros e praças com nomes de imigrantes, descentes e outros.

encontrarmos diversos túmulos de imigrantes e descendentes nipônicos em quase todas as quadras. Porém, túmulos parecidos com o que descrevemos acima (figura 13), com características arquitetônicas que remetiam ao passado dos imigrantes japoneses da região e seu vínculo com o Budismo, são poucos, quase todos em situação de abandono.

Em pesquisa de campo recente, realizada entre os anos de 2017 e 2019, encontramos cerca de 22 túmulos dessas tipologias. Apenas 5 deles apresentam indícios de visitação e de cuidados periódicos. O restante está em processo de deterioração. Esse estado de abandono pode ser explicado devido ao fato de serem sepulturas de imigrantes, que já possuíam certa idade quando decidiram emigrar para o Brasil. Os indivíduos que estão sepultados nesses túmulos faleceram entre as décadas de 1940 e 1960, o que pode ser averiguado pela data de falecimento contida nos epitáfios, ou ainda, pela numeração da sepultura, onde podemos ter uma dimensão do ano de seu falecimento. Essas condições de abandono são decorrentes do desinteresse familiar, seja devido ao desconhecimento do grau de parentesco ou até mesmo por motivos de mudança de cidade. Ou seja, não existem pessoas responsáveis pela manutenção desses túmulos.

Mas por que preservar os túmulos dessa tipologia? Eles são poucos e estão em estado de abandono, podendo ser demarcados e removidos devido à política adotada pela administração. Essas sepulturas devem ser preservadas pelo Poder Público, pois possuem vestígios dos indivíduos que ajudaram a construir o município. Elas simbolizam os valores culturais e as crenças da colônia japonesa presentes na cidade em seus anos iniciais. Por terem características semelhantes às sepulturas encontradas nos cemitérios do Japão, a preservação desses jazigos é importante. Elas demonstram que muitos desses indivíduos que moravam em Rolândia, ainda possuíam vínculos afetivos com o Japão. Esse é um sentimento comum entre os imigrantes japoneses que, apesar das orientações do governo japonês<sup>57</sup> para não realizarem práticas religiosas nipônicas em terras brasileiras, ainda as praticavam (André, 2011).

---

<sup>57</sup> O governo japonês sugeria que os indivíduos se convertessem ao Catolicismo antes de emigrarem para o Brasil. A sugestão era para que os imigrantes pudessem se acomodar mais facilmente com a cultura brasileira. Entretanto, isso não eliminou tensões com a sociedade brasileira, ainda mais em um período marcado pelo discurso eugenista (Lesser, 2001, p. 188-189).

A manutenção desses vínculos afetivos com o Japão ficou mais evidente com a mudança de condição desses imigrantes no Brasil, passando de colonos para pequenos e médios proprietários. Com essa mudança, a ideia de retorno rápido para o Japão foi abandonada e, assim, japoneses e descendentes optaram por recriar um pouco do que tinham no Japão no Brasil (André, 2011). Esses aspectos são mais evidentes em cidades como Rolândia, onde pequenos núcleos coloniais étnicos foram formados.

A política da CTNP organizava a comercialização de suas terras de modo a formar pequenos núcleos étnicos. Dessa maneira, todos os japoneses e descendentes, bem como indivíduos de outras etnias que desejavam adquirir terras na região, eram levados pelos funcionários da companhia até essas colônias. No caso dos japoneses, Hikoma Ujihara foi quem direcionou japoneses e descendentes até esses lugares (André, 2011; André, 2014). Nesses núcleos, os imigrantes tinham mais liberdade para realizarem seus cultos religiosos e seus costumes, uma vez que estavam entre "conhecidos".

Contudo, na medida em que filhos e netos foram se acomodando à sociedade brasileira, certos costumes recriados pelos imigrantes no Brasil foram se perdendo, a ponto de ser visto como algo desconhecido ou pertencente apenas aos antepassados. Isso é algo que também pode ser evidenciado pelas sepulturas. Os túmulos de imigrantes possuem maiores traços culturais e arquitetônicos nipônicos, principalmente com o Budismo e o culto aos antepassados. Já os túmulos dos descendentes possuem características ocidentais, evidenciando o vínculo desses indivíduos com o universo cristão (André, 2011).

As sepulturas dos imigrantes, por serem mais antigas, são encontradas quase todas em estado de abandono. Contudo, devido às especificidades mencionadas, elas são casos em que devem ser preservadas, visto que são vestígios de um passado específico do município que tende a desaparecer caso nenhuma medida seja adotada. Nesses casos em que nenhum familiar pode ser encontrado para ajudar na manutenção da sepultura, o poder público deve tomar medidas efetivas que garantam a preservação do mesmo, sendo o processo de tombamento pela via administrativa uma delas.

Além desse caso, existem muitos outros túmulos com características específicas e que nos ajudam a entender parte da história do município e que

correm risco de serem destruídos. Seguindo na esfera da identidade étnica nipônica da cidade, temos outro túmulo de relevância histórica que pode ser removido a qualquer momento. Trata-se do túmulo onde Kanen Fukuta (1905-1950) está sepultado (figuras 16, 17 e 18). Tiramos as primeiras fotos dessa sepultura em 2020, quando nos deparamos com o "X" em branco no local. O problema da falta de espaço nos levou a crer que o túmulo logo seria removido. Porém, passados mais de três anos da primeira foto, ele ainda está intacto, à mercê do esgotamento das novas gavetas e do cemitério Parque das Hortênsias (pequeno e quase cheio). Não sabemos até quando o túmulo permanecerá ali, visto que, após setembro de 2023, a política de remoção de sepulturas ganhou nova força, principalmente com o esgotamento dos espaços nas gavetas e do novo cemitério.

Figura 16 – Túmulo de Kanen Fukuta (1905-1950) marcado pela administração em 2020



Fonte: Tessaro, D. L., 2019. 1 fot.: colorida; 980 x 1306 px

**Figura 17 – Detalhe da estátua de Jesus Cristo no túmulo de Kanen Fukuta (1905-1950)**



Fonte: Tessaro, D. L., 2020. 1 fot.: colorida; 428 x 1163 px.

Figura 18 – Detalhe da lápide do túmulo de Kanen Fukuta (1905-1950)



Fonte: Tessaro, D. L., 2020. 1 fot.: colorida; 416 x 527 px.

De acordo com o livro de exumações do Cemitério Municipal Central, Kanen Fukuta faleceu no dia 12 de outubro de 1950, quatorze anos após o cemitério iniciar suas atividades. De origem japonesa, Fukuta era casado e desempenhava a função de comerciante. Por constar no livro de registros que ele era casado quando veio a falecer, estranhamos o fato de ele ser o único sepultado em um túmulo marcado para ser removido.

Provavelmente, esse é o fato que explica o estado de abandono do túmulo. Possivelmente, sua mulher e seus familiares mudaram de cidade após seu falecimento, e fatores como distância, tempo, dinheiro e negligência impedem que a sepultura seja preservada de forma adequada por seus parentes.

Por mais que seja uma sepultura abandonada e que seu espaço poderia ser útil para a administração amenizar os problemas de falta de vagas, podemos elencar alguns fatores para que ela seja preservada em sua totalidade. O primeiro fator é referente à própria cultura japonesa. Alguns imigrantes, ao chegarem ao Brasil, já possuíam algum tipo de vínculo religioso com o Cristianismo. Não por recomendação do governo japonês, mas por identificação com esse universo religioso. A estátua de Jesus Cristo feita em gesso e a cruz no topo da sepultura indicam que o indivíduo e sua família possuíam vínculos com o Cristianismo.

Essa identificação se deve ao fato de que os japoneses tinham contato com o universo cristão desde meados do século XVI, com a chegada de padres jesuítas da Companhia de Jesus em seu território<sup>58</sup>. Francisco Xavier foi o primeiro padre da companhia a pregar o evangelho de Cristo em terras nipônicas. Ele chegou ao Japão em 1549, quatro anos após o reino português iniciar trocas comerciais com o Japão (Barnabé, 2012, p. 12).

A Companhia de Jesus manteve o monopólio da evangelização do território japonês por 43 anos, de 1549 a 1592, quando Hideyoshi Toyotomi venceu as guerras em prol da reunificação política do Japão (Barnabé, 2012, p. 26). Em 1587, já como líder militar do Japão, Hideyoshi baixou um edito de expulsão dos missionários cristãos do país com o intuito de criar um Estado forte e centralizado, diretamente vinculado com a religiosidade japonesa (Barnabé, 2012, p. 37-38). Contudo, a perseguição e a expulsão efetiva só começou a partir de 1603, quando Ieyasu Tokugawa foi nomeado xogum<sup>59</sup> pelo imperador do Japão.

O ano de 1614 marcou o início da decadência dos padres jesuítas do território japonês. Padres e convertidos eram executados em público quando capturados durante o período Tokugawa (1603-1868). Contudo, a expulsão dos jesuítas e a perseguição aos convertidos não marcou o fim do Cristianismo no Japão, que continuou por meio da organização de comunidades secretas, que realizavam missões em cavernas escondidas das autoridades militares. A

---

<sup>58</sup> A Companhia de Jesus foi fundada em 1534 por Iñigo López de Loyola, ou Inácio de Loyola, com a função de levar padres para catequizar as partes mais remotas do mundo conhecido até então, colonizados pelo reino português e espanhol (Silva, 2018, p. 33-35).

<sup>59</sup> Líder político e militar do Japão, sendo aquele que exercia o poder absoluto sobre o território por meios militares.

proibição só terminou após 1868, com a Restauração Meiji (Barnabé, 2012, p. 40-45).

Mesmo após a expulsão dos padres jesuítas e a perseguição aos cristãos convertidos, os rituais católicos continuaram a ser realizados de forma clandestina em solo japonês até a restauração do poder imperial, em 1868. A presença desses grupos clandestinos era mais evidente na região de Kyūshū, localizada no sul do país, onde os primeiros contatos entre comerciantes portugueses, padres jesuítas e japoneses foram estabelecidos (Barnabé, 2012, p.44-49).

Assim, deduzimos que os símbolos cristãos do túmulo de Kanen Fukuta remontam ao local de sua origem e de sua família, que poderia ter vínculos com o Cristianismo antes de emigrar para o Brasil. Contudo, nos faltam documentos para afirmar que sua procedência seria de cidades do sudoeste e sul do Japão, visto que no livro de inumações consta apenas sua nacionalidade. Somente com seu documento de identidade poderíamos afirmar que ele nasceu em cidades do Japão onde o Cristianismo tinha forte presença no início do século XX.

Porém, também devemos levantar a hipótese de que ele tenha emigrado com sua família ainda muito novo, estabelecendo vínculos culturais com o Cristianismo no Brasil. De uma maneira ou de outra, os símbolos que encontramos no tombo deixam clara essa ligação do indivíduo com o universo cristão. Contudo, por ter apenas uma pessoa sepultada no local, a primeira hipótese parece mais plausível nesse caso.

Outro ponto de análise dessa sepultura é a maneira como ela foi confeccionada. A princípio, aparenta ser uma estrutura relativamente simples e retangular, feita de concreto, como outras que temos no cemitério. Sua relevância arquitetônica está na forma com que sua lápide foi construída. Ela é feita com uma base cúbica, onde, na face voltada para a frente do túmulo, temos as informações do defunto, bem como sua foto. Acima dessa base temos uma estrutura vertical, onde deparamos com uma estátua de Jesus Cristo, que está protegido por uma espécie de templo. Já no topo, temos um crucifixo. A maneira como esses adereços foram construídos é que nos chama a atenção. Toda essa estrutura é feita de concreto armado, o que pode ser averiguado pelo acabamento e durabilidade do material.

Assim como as estátuas e objetos desse gesso, as de concreto armado necessitavam de um molde de ferro para serem confeccionadas. Essas estruturas eram bastante comuns nos cemitérios brasileiros na primeira metade do século XX, caindo em desuso a partir da década de 1970 com a relativa padronização dos jazigos (Valladares, 1972).

Como vimos até aqui, as sepulturas são significativas em diferentes sentidos, desde a história da pessoa enterrada, sua origem, crenças e costumes. Podemos usá-las para analisar as formas específicas de sua construção – como os materiais utilizados, as formas geométricas, estilos arquitetônicos – que definem padrões utilizados em cada contexto histórico e região. Os dois casos apresentados aqui, além de apresentarem vestígios sobre a imigração japonesa para o Brasil, também nos ensina como a forma de confecção das sepulturas varia de acordo com os valores culturais e religiosos do indivíduo, bem como o estilo arquitetônico preferido em cada época.

O primeiro caso apresentado foi o de um túmulo que não existe mais, mas decidimos abordá-lo para mostrar ao leitor o efeito nocivo que uma política inadequada de remoção de sepulturas pode causar para a abordagem histórica de um município e de sua formação. O intuito é de alertar a comunidade e as autoridades para a preservação dessa tipologia de túmulos, já que são poucos e que, em sua maioria, estão abandonados.

O segundo caso, apesar de ainda termos ficado restritos à imigração japonesa, buscamos demonstrar como os túmulos são confeccionados seguindo os gostos e os padrões de uma época em determinada região. Sua preservação está relacionada com esse modo de fazer tão comum durante parte do século XX, o que tende a cair no esquecimento caso esses túmulos sejam removidos ou reformados.

Existem muitos outros túmulos que consideramos relevantes para a história do município e que estão marcados para serem removidos. Alguns são túmulos de imigrantes alemães, poloneses, húngaros, russos, portugueses, espanhóis, italianos e outros. São sepulturas célebres na medida em que podem oferecer indícios sobre a vinda desses grupos para o Norte do Paraná, sua cultura, religiosidade e a forma como que encaravam a morte de seus familiares. Algumas dessas marcações devem ser revistas pela administração, mesmo que sejam estruturas abandonadas.

Não conseguimos dimensionar o material que já se perdeu, pois a maioria das sepulturas das décadas de 1930, 1940 e 1950 já não existe mais. Pelo livro de inumações desse período, é possível verificarmos que os indivíduos que morreram nessas décadas já tiveram seus corpos exumados e seus túmulos removidos. No livro de registros desse período, boa parte das pessoas que vieram a falecer eram imigrantes, indivíduos de países que deixaram de existir como a antiga Iugoslávia. Se nada for pensado para preservarmos algumas dessas sepulturas, corremos sérios riscos de ficarmos sem vestígios desse passado do município de Rolândia.

### **3.4 – Túmulos Abandonados**

Neste tópico, analisaremos túmulos que estão em estado de abandono evidente, mas que a administração ainda não tomou nenhuma medida sobre a remoção ou não dos mesmos. Por meio de nosso trabalho de catalogação, podemos averiguar que a maioria das sepulturas dessa categoria está entre as quadras 7 e 20, 25 e 30. A maioria das necrópoles que encontramos nesse estado remontam às décadas de 1950, 1960, 1970 e início da década de 1980.

Antes de avançarmos para a análise de alguns casos, é preciso que o leitor tenha a clareza do que compreendemos como túmulos abandonados. Durante a catalogação, definimos que os túmulos dessa categoria seriam aqueles que não passaram por nenhum tipo de reforma durante sua trajetória, ou seja, continuam da mesma forma que foram inicialmente construídos.

Assim, túmulos abandonados são aqueles que apresentam indícios de que não recebem nenhum tipo de visitação, como a falta de limpeza periódica, inserção de vasos de flores, santos de gesso ou acrílico e ausência de velas queimadas. Em alguns deles, chegamos a encontrar restos de lixo de outros túmulos, como restos de vasos, flores em decomposição ou flores artificiais desbotadas. O túmulo que mencionaremos a seguir é um desses casos.

O túmulo do casal Stern é um desses casos em que, além de apresentar indícios de abandono,   possível também verificar que tem sido alvo de descarte de vasos de flores velhos e outros objetos. Localizado na quadra

quatorze (14), nele estão sepultados Alfred Stern (1885-1963) e Eva Bielschowsky Stern (1891-1955). Ambos possuem uma trajetória de vida marcada por conquistas pessoais, pela perseguição nazista, da imigração para o Brasil e pelos desafios da empreitada ao Norte do Paraná. A história de ambos é narrada pelas autobiografias escrita por seus filhos Rudolf Stern e Susanne Behrend<sup>60</sup>.

Susanne menciona em sua biografia que nasceu em 1920 em Breslau, antigo território alemão, localizado na baixa Silésia<sup>61</sup>. Como Soares (2012) menciona, "a família Stern era uma típica família de classe média de uma cidade da Silésia" (Soares, 2012, p. 48). Embora alguns membros da família ainda mantivessem vínculos com o Judaísmo, a maioria tinha uma ligação distanciada com Já os rituais e nem sequer realizava festas religiosas judaicas. A família reivindicava a identidade alemã devido ao orgulho que sentia em ter ajudado a construir a pátria. Nas palavras de Susanne Behrend: "nossa família era natural da Alemanha a (sic) centena de anos, e nós também acreditávamos que a Alemanha era Nossa pátria" (Behrend, [2005], p. 4 apud Soares, 2012, p. 47). Somente com a ascensão de Hitler e do nazismo ao poder na Alemanha, e com o início das perseguições aos judeus, verifica-se a reaproximação da família com o judaísmo<sup>62</sup> (Soares, 2012, p. 47). Alfred Stern, enterrado à direita do túmulo, era um advogado de pouco sucesso que havia se formado em Direito pela Universidade de Berlim. Devido ao fraco desempenho na advocacia, acabou deixando a profissão de lado, quando herdou uma serraria de seu tio, Karl Haber. Alfred soube tirar proveito da situação. Sob sua administração, a empresa conseguiu aumentar seus lucros, aproveitando a crescente demanda de vagões de madeira ocasionada pela expansão da malha ferroviária alemã.

---

<sup>60</sup> Ambas estão no livro. "A história de minha vida seguida por Memórias de Rudolf Stern."

<sup>61</sup> Breslavia, em alemão *Breslau* e em polaco *Wroclaw*, é uma cidade localizada na baixa Silésia, atual Polônia. Por séculos, a região tem sido alvo de disputa por diversas nações e reinos, pertencendo ao território polonês do século IX ao XIV; ao reino da boêmia entre os séculos XIV a XVI; ao império austro-húngaro entre os séculos XIV a XVII; somente em 1871, com o final da guerra franco-prussiana, responsável pela unificação da Alemanha, a região da Baixa Silésia foi incorporada ao território alemão. Após o final da Segunda Guerra Mundial, o território voltou a fazer parte da Polônia (Rölke, 2016, p. 92).

<sup>62</sup> Para a ideologia nazista, pouco importava o nível de identificação das famílias com o Judaísmo, pois todos eram considerados judeus pelo simples fato de terem sangue judeu. Ou seja, todos eram vistos como o anti-exemplo do homem ideal alemão, o ariano, e que por isso deveriam ser exterminados da pátria alemã. Foi nesse contexto histórico que Alfred Stern matriculou seus filhos em um colégio judaico de Breslau, após 1933 (Soares, 2012, p. 47).

Segundo Rudolf Stern, o rápido crescimento da empresa fez com que seu pai mudasse seu escritório de lugar, passando do pequeno espaço no Zwingerplatz, em frente ao teatro municipal, para um mais moderno, localizado na Avenida Kaiser Wilhelm. Os negócios da família com a serraria começaram a declinar com as restrições impostas ao povo judeu a partir da promulgação das leis de Nuremberg em 1935<sup>63</sup>.

Com o início das restrições impostas pelos nazistas, o negócio da família Stern entrou em declínio, uma vez que os alemães recebiam orientações para não realizarem negócios com judeus. Alfred vendeu a empresa<sup>64</sup> em 1938, pouco antes de fugir com a família para o Brasil (Stern, [19\_\_], p. 1 apud Soares, 2012, p. 48-49).

Outra pessoa enterrada no local é a esposa de Alfred, Eva Bielschowsky Stern. Ela nasceu na Alemanha em 1891, vindo a falecer em Rolândia em 1955, oito anos antes de seu marido. De acordo com Gudrun Fischer (2005), Eva Stern foi uma das primeiras mulheres da Alemanha a concluir os estudos, indo do ginásio até o doutorado em Biologia, com uma tese corais. Mesmo com diploma em mãos e com título de doutora, Eva dedicava-se às tarefas de casa (Fischer, 2005, p. 20). Ela e o marido, apesar das origens judias, eram bastante liberais e pouco se identificavam com o Judaísmo.

Essa é uma situação diferente da decisão tomada pelos filhos, como o caso de Susanne. Seguindo uma vertente mais ortodoxa, o Sionismo, e seu irmão Rudolf uma mais liberal, abraçaram ainda mais suas origens judaicas quando as perseguições começaram. Rudolf Stern chega a mencionar em suas memórias que as perseguições, por mais que limitassem a vida civil desses indivíduos, acabaram unindo ainda mais aqueles que de fato se identificavam com o Judaísmo (Soares, 2012, p. 49).

Já Suzanne demonstra como o ódio pelo que acontecia na Alemanha nazista fez com que aproximasse ainda mais do Judaísmo, como um contraponto

---

<sup>63</sup> As leis de Nuremberg foram promulgadas e passaram a entrar em vigor no dia 15 de setembro de 1935. Elas estabeleciam uma série de critérios para a proteção do sangue e da honra alemã, segundo a ideologia nazista. Tais leis eram impositivas e segregacionistas, na medida em que todo indivíduo declarado legalmente judeu pelos critérios de sangue sofria com diversas medidas jurídicas e administrativas, sem qualquer respeito à dignidade humana e aos direitos fundamentais do cidadão. Assim, o povo judeu passou a ser compreendido como "segunda categoria", incompatível com o homem alemão, que teria aparato legal da burocracia estatal e da opinião pública para extinguir e exterminar esses seres "inferiores" (Galindo, 2017, p. 2-3).

<sup>64</sup> A empresa da família se chamava Karl Haber, Comércio de Madeiras e Serraria.

ao Nazismo e à Alemanha. Em suas palavras: "me revoltei com a Alemanha, fiquei sionista, e fiquei judia mesmo" [...] (Behrend, Acervo do museu municipal de Rolândia apud Harfuch 2012, p. 54).

Pelo relato dos filhos do casal Stern, podemos ter uma noção de como as identidades étnicas se modificam de acordo com o lugar e o contexto histórico em que as pessoas estão inseridas, variando conforme o que é vivenciado pelo indivíduo. O casal Stern, por mais que fosse descendente de judeus oriundos da Baixa Silésia, pouco se preocupou em manter os costumes religiosos judaicos, tanto que se identificavam mais com a pátria e os valores culturais alemães. Tanto é que não ensinavam os costumes judaicos para seus filhos. Essa identificação mudou a partir da ascensão do Nazismo, quando os judeus passaram a serem perseguidos pelos adeptos do novo regime. Foi nesse momento que a família se reaproximou do Judaísmo, colocando os filhos para estudarem em escolas judaicas antes de emigrarem para o Brasil. Os pais mantiveram um viés mais libertário, enquanto os filhos tinham uma proximidade ainda maior com o Judaísmo. É nítido como a situação dos Stern mostra o quanto as situações vivenciadas no dia a dia podem determinar a afirmação ou negação de uma identidade, ora se identificando com a cultura alemã, ora com a cultura judaica (Harfuch, 2011, p. 54).

Retornando à questão do túmulo, outra questão interessante que merece nosso destaque são as placas de identificação do casal. Na lápide de Alfred Stern (figura 20). Vemos que seu nome está acompanhado pelo título de doutor, demonstrando uma conquista de cunho pessoal que obteve ao longo de sua vida. Soares (2012) afirma que essas inscrições na lápide de Alfred Stern e de outros judeus que estão sepultados no Cemitério Municipal de Rolândia<sup>65</sup> são indícios que demonstram o processo emancipatório dos judeus da Alemanha, visto que a maioria deles não exerceu a profissão de formação acadêmica no Brasil (Soares 2012, p. 229). Esse é o caso de Alfred Stern, que já havia deixado de exercer a advocacia ainda quando residindo na Alemanha. Em Rolândia, dedicou-se à agricultura até falecer em 1963. Contudo, sua formação não está enfatizada apenas em sua lápide. No livro de inumações do cemitério, consta

---

<sup>65</sup> Outro caso é a lápide de Willy Warckwald, que expõe sua titulação de professor doutor, assim como a do seu filho Joachim, que estampa a profissão de professor (Soares, 2012, p. 229).

que sua profissão era de advogado, mesmo nunca a exercendo em terras brasileiras.

Já a formação acadêmica de Eva Stern não é enfatizada em nenhum lugar, tanto em sua lápide, quanto no livro de inumações, onde é informado que se dedicava às tarefas do lar. Um ponto a ser destacado é como a formação acadêmica e as conquistas civis de uma mulher é deixada de ser enfatizada, até mesmo após a morte, caso diferente quando se trata de homens. Eva Stern foi uma das primeiras mulheres a concluir um doutorado na Alemanha, conquista que poderia estar enfatizada em sua lápide, visto que faleceu anos antes de seu marido.

Existem muitos túmulos em estado de abandono no cemitério, alguns mais conservados que outros. Em alguns deles, conseguimos averiguar uma história que vai além dos elementos físicos e estéticos que estão presentes nas sepulturas, como caso do casal Stern. Outros casos são pertinentes pelo valor artístico e arquitetônico que a sepultura contém, pois seguem padrões específicos e poucos encontrados, fazendo com que ganhe certo significado. Formas de fazer que caíram no esquecimento e deixaram de ser utilizados.

Um caso em que averiguamos um estilo arquitetônico peculiar, muito usado nos anos 1950 e 1960, é o do casal Lonardonni (figura 21). São dois túmulos que estão um ao lado do outro e foram construídos de forma idêntica, uma maneira especial de representar a união de um casal que foi sepultado em covas separadas.

Figura 19 – Túmulos do casal Lonardoni



Fonte: TESSARO, D. L., 2021. 1 fot.: colorida; 1161 x 835 px

Os túmulos do casal estão localizados na quadra doze (12) do cemitério, logo no início, junto com o corredor de acesso, de frente à quadra treze (13). Descendo o corredor, o primeiro túmulo que encontramos é o sepulcro de Luzia Otaviano Lonardoni (1882-1958). Com o apoio do livro de inumações, conseguimos algumas informações a seu respeito, como sua nacionalidade italiana e sua profissão, uma mulher dedicada ao afazeres domésticos. É também pelo livro que conseguimos identificar que ela veio a falecer primeiro que o marido, uma vez que ambos morreram no mesmo ano. No entanto, pelas placas de identificação das sepulturas, era impossível verificar o mês em que faleceram. Isso só foi possível, pois o estado civil de Luzia consta como casada.

Figura 20 – Túmulo de Luiza Otaviano Lonardoni (1882-1958)



Fonte: TESSARO, D. L., 2021. 1 fot.: colorida; 725 x 1135 px

O túmulo ao lado é de seu marido, Pio Lonardoní (1877-1958). Nos registros do cemitério, também vemos que Pio era cidadão italiano e que, provavelmente, imigrou para o Brasil em busca de melhores condições de vida, encontrando na agricultura uma oportunidade de crescer. Contudo, faltam-nos informações sobre quando e como o casal chegou até Rolândia. Não sabemos se eles vieram diretamente da Itália, se migrou de outra ou região do Brasil para a cidade. Sabemos apenas que nasceram na Itália, no século XIX, pouco depois de sua unificação.

Figura 21 – Túmulo de Pio Lonardoní (1877-1958)



Fonte: TESSARO, D. L., 2021. 1 fot.: colorida; 763 x 1177 px

Como podemos ver nas figuras 21, 22 e 23, as duas sepulturas são semelhantes, com exceção de Jesus Cristo no crucifixo que acabou descolando do túmulo de Pio. Eles seguem uma estrutura padrão, de formato retangular, embora pouco elevada, sendo o acabamento das laterais feito em granito negro sem polimento. Na parte interna da estrutura, eles são revestidos de concreto, com acabamento feito com pisos pequenos e retangulares. As informações do casal estão dispostas nas placas levemente inclinadas para frente, que estão em cima dos túmulos. Logo atrás das placas, temos uma espécie de altar, onde está colocada a imagem de Nossa Senhora Aparecida confeccionada em gesso. Por trás do altar, temos uma estrutura retangular disposta na vertical que acaba servindo de base para os crucifixos. Pelo túmulo de Luiza, é possível percebermos que os crucifixos eram acompanhados de uma representação de Jesus Cristo crucificado, feito de gesso. Contudo, é um objeto que existe apenas no túmulo de Luzia, o de Pio acabou se perdendo com o tempo.

Na parte inferior dos crucifixos, estão as fotos do casal. Eles são feitos de porcelanato, a partir do processo de queima lenta do material, garantindo maior durabilidade e resistência para a foto. Esse tipo de fotografia foi bastante utilizado nos cemitérios durante a primeira metade do século XX, parando de ser usado por um tempo. Atualmente, as fotografias de porcelanato têm sido uma alternativa para os familiares diante do aumento dos índices de furtos das placas de ferro e bronze nos cemitérios brasileiros.

Além dos casos que apresentamos aqui, é possível identificarmos outros túmulos em estado de abandono que podem ser utilizados para analisarmos questões históricas do município de Rolândia. Na primeira situação, vimos como uma sepultura pode ser analisada além dos elementos materiais que encontramos no local, abordando a trajetória de vida das pessoas que ali estão enterradas. Contudo, esse é um trabalho que demanda uma maior dedicação por parte do pesquisador, vez que é necessário obter maiores informações sobre os indivíduos, que podem ser perdidas com o passar dos anos. Entrevistas e materiais deixados por familiares também são de suma importância nesse processo. Dessa forma, no primeiro caso, conseguimos ir além dos vestígios materiais presentes no sepulcro, narrando um pouco sobre a trajetória de vida do casal Stern e seus filhos, desde a vida na Alemanha do início do século XX, até o recomeço no Norte do Paraná.

Já no segundo, ficamos restritos ao valor arquitetônico do monumento funerário em questão, pois somente conseguimos informações sobre o casal Lonardoni por meio do livro de inumações do cemitério. Em que pese a falta de informações sobre o casal, os túmulos não deixam de ter sua importância, uma vez que possuem um estilo arquitetônico muito utilizado nas primeiras décadas do século XX e que caiu em desuso. Apesar de estarem abandonados, cada um deles possui valor de referência, seja ele histórico, arquitetônico, étnico ou religioso. Preservá-los é manter viva diferentes facetas da história do município.

### **3.5 – Túmulos Reformados**

Durante o período de realização do trabalho de campo, tivemos a oportunidade de registrar alguns túmulos em diferentes momentos em um curto período de tempo, sendo aqueles reformados pelos familiares os mais comuns e, ao mesmo tempo, intrigantes. Com a pesquisa, conseguimos observar duas maneiras pelas quais ocorre a reforma de um sepulcro. A primeira e mais corriqueira é quando um indivíduo que veio a falecer é sepultado em um jazigo de um familiar, onde três ou mais pessoas estão enterradas. Devido à possibilidade de desmantelamento do túmulo para alocação do corpo do indivíduo que faleceu, muitas famílias optam pela reforma total da sepultura. Esses casos são observados em túmulos em que duas ou três gerações de pessoas estão enterradas, e a estrutura do túmulo não condiz com a que era comumente usada na época que o primeiro indivíduo enterrado no local faleceu. Ou seja, os jazigos passam por transformações na medida em que os familiares falecem. Isso é perceptível em túmulos com características modernas e padronizadas, retangulares e feitas de granito polido, em que também estão sepultadas as pessoas que morreram na década de 1950 e 1960.

A segunda e mais integrante é a reforma feita sem que algum familiar que veio a falecer tenha sido sepultado recentemente. Esse tipo de reforma deveria ser encarado como algo normal e corriqueiro se não fosse o problema da falta de espaço no cemitério. Nossa hipótese é de que, nesses casos, mesmo sem a marcação para a remoção do túmulo, algumas famílias optam pela reforma do jazigo. Uma das possibilidades seria o medo que os familiares têm

de perder o terreno que possuem no cemitério devido a essa política, o que acaba fazendo com que muitas optem por reformas em seus túmulos antes mesmo que haja necessidade para tal. Nesses casos, a perda histórica, arquitetônica, simbólica e religiosa é evidente, na medida em que esses jazigos mais antigos ganham contornos modernos e simplificados. Em Rolândia, temos duas situações que demonstram a nocividade do problema.

O jazigo da família João de Paula é o caso mais marcante desse tipo de reforma. Mesmo estando em excelente estado de conservação e nenhum indivíduo tendo sido sepultado recentemente, os familiares optaram por sua reforma, passando de um jazigo em formato de capela em 2020 para um mais simplificado em 2022. Localizado na quadra 15, próximo à capela do cemitério, nele estão sepultados João de Paula (1903-1977) e sua esposa, Catarina C. de Paula (1909-1990). Como podemos ver na figura 24, até 2020 o jazigo da família possuía o formato de capela, estilo arquitetônico muito utilizado até meados da década de 1970 na maioria dos cemitérios brasileiros.

Em um primeiro momento, podemos observar como o jazigo do casal de Paula possuía características que saltam aos nossos olhos. Talvez isso possa ser explicado pelo fato de que estava entre os jazigos-capela mais bem estruturados e conservados que tivemos a oportunidade de encontrar no cemitério. Logo de início, temos uma característica peculiar e presente em poucos túmulos desse estilo. Por ficar de frente a uma das ruas de acesso do cemitério, no momento de sua construção, a família acabou optando pela edificação de uma passarela curva, com cerca de cinquenta centímetros de elevação, terminando na porta do jazigo. A passarela logo no início remete à ideia de que estejamos chegando a um lugar sagrado, onde repousam os restos mortais de pessoas que um dia foram importantes para outras.

Os jazigos em formato de capela possuem outras inúmeras características, como verticalidade, esculturas e outros elementos decorativos que fazem o espaço do cemitério remeter ao ambiente de uma igreja. Nesse ponto, o jazigo em formato de capela aparenta ser uma continuidade da crença que a salvação somente aconteceria se fosse sepultado em um espaço sagrado com o da igreja, como vimos no primeiro capítulo. Esses jazigos também tendem

a demonstrar outro aspecto marcante na hora da morte, o da união familiar<sup>66</sup>, visto que o formato desses túmulos também lembra o ambiente da casa. Uma maneira de conceder "aos familiares do sepultado um ambiente privativo para o culto dos mortos" (Carneiro, 2012, p. 94).

**Figura 22 – Jazigo antigo da família João de Paula em 2020**



Fonte: TESSARO, D. L., 2020. 1 fot.: colorida; 973 x 1025 px

<sup>66</sup> No caso, a união familiar seria uma representação, pois não sabemos se as famílias correspondem a essa imagem. Devemos mencionar que, na transição do século XIX para o XX, temos uma mudança na noção de família, uma vez que as famílias lineares acabam tornando-se famílias nucleares e mais circunscritas. Uma hipótese, nesse sentido, seria o desejo de manter algo na esfera da representação que estava em processo de desestruturação.

Como vemos pela figura 22, o jazigo do casal possuía uma altura considerável, tendo em seu canto esquerdo um pilar mais alto, formando uma espécie de obelisco. Na parte inferior, cercado por grades de ferro na cor branca, tínhamos o que parecia ser pequeno jardim que, por ter uma árvore ao lado fazendo sombra, não era capaz de se desenvolver. No lado esquerdo, vemos uma coluna ajudando na sustentação da estrutura. Na parte superior, bem no canto superior, havia um anjo feito de gesso em uma posição que aparentava estar olhando para o céu de mãos juntas. Na parte central, seguindo o caminho da passarela, havia a porta de entrada do jazigo, feita de vidro e ferro. Esses materiais estavam presentes em boa parte da estrutura, tanto na entrada quanto nas laterais, deixando a parte interna do jazigo visível para as pessoas que passavam perto do local. Seu revestimento é todo feito em azulejo, tanto os de formato irregular, quanto aqueles retangulares, em três cores diferentes: azul claro, marrom claro com um leve tom em branco e preto.

A parte interna do jazigo era cheia de detalhes que remetem a essa ideia de igreja como última morada. Logo de início, havia cortinas cobrindo parte da frente e das laterais com o intuito de dar mais privacidade aos familiares que visitavam o jazigo. Na parede ao fundo, estavam os elementos que traziam a sensação de estar dentro de uma igreja. O primeiro deles é o altar, semelhante ao que temos nos templos sagrados, sendo usado pelos padres para as celebrações religiosas. Em cima do altar, tínhamos alguns vasos de flores e uma figura de Nossa Senhora Aparecida feita de gesso. Ao fundo, na parede, tínhamos as imagens de Jesus Cristo, à direita, e uma que remetia Nossa Senhora das Graças. Essas imagens são pinturas feitas diretamente no azulejo, muito o que foi utilizado entre as décadas de 1930 e 1970, principalmente com a crise na importação do mármore nos anos de 1940, quando marmoristas se viram obrigados a desenvolver outros tipos de decoração condizentes com gosto da classe média brasileira (Borges, 2014, p. 2403).

Figura 23 – Interior do jazigo da família João de Paula



Fonte: TESSARO, D. L., 2020. 1 fot.: colorida; 973 x 943 px

De acordo com o Borges (2014), as firmas responsáveis pela realização desse tipo de pintura se apropriaram de imagens religiosas conhecidas pelo público em geral. Segundo a autora, muitas delas eram inspiradas nos "santinhos", imagens impressas e vendidas nas livrarias religiosas da época. Essas pinturas eram feitas manualmente usando a técnica do decalque, habilidade que exigia certo aprimoramento técnico. Como menciona a autora, "nesses azulejos há um conjunto de saberes voltados para anatomia, a geometria, a perspectiva, a refração e ao reflexo de luzes e sombras"

(Borges, 2014, p. 2401). No caso do túmulo analisado, ao centro dos azulejos sacros, encontravam-se as fotos do casal.

Porém, como mencionado, esse é um jazigo que não existe mais da forma como o descrevemos. No início de 2022, nos deparamos com o local completamente em ruínas, com um funcionário do cemitério construindo um novo buraco no local. Ao conversarmos com ele, ele mencionou que a família havia solicitado a exumação dos entes queridos para posteriormente realizar a reforma do sepulcro. A partir desse momento, todos os dias que visitávamos o cemitério, comparecíamos ao local do jazigo para vermos como a reforma estava sendo feita.

No final de 2022, o novo túmulo da família ficou pronto. Como podemos ver pelas imagens a seguir (figuras 24 e 25), ele passou de um jazigo com vários elementos simbólicos que chamavam nossa atenção, tanto pelo estilo arquitetônico, simbólico e religioso, para um mais simplificado feito em granito polido.

**Figura 24 – Jazigo reformado da família João de Paula em 2022**



Fonte: TESSARO, D. L., 2022. 1 fot.: colorida; 1070 x 634 px

Figura 25 – Detalhe da lápide do novo jazigo da família João de Paula em 2022



Fonte: TESSARO, D. L., 2022. 1 fot.: colorida; 1303 x 491 px

Com a reforma, a família optou pela simplicidade, pois o novo jazigo ganhou contornos modernos, limitando a registrar o nome, data de nascimento e falecimento dos indivíduos. Apenas uma cruz em bronze expôs a religião da família. Cassiana Lacerda Carollo (1995) menciona que esses traços de modernidade, cada vez mais comuns nos cemitérios do país, referem-se ao tratamento privado sobre a morte, sendo experimentada por um número reduzido de pessoas do núcleo familiar (Carollo, 1995, p.120). Dessa maneira, como já apontado, podemos dizer que os cemitérios estão perdendo o caráter de templo sagrado que possuíam, visto que o simbolismo religioso com relação à morte, muito comum até meados da década de 1980, tem sido afastado do meio social, influenciando a estruturação tumular dos cemitérios (Carneiro, 2012, p. 96). Assim, "os mortos foram deixando de ser relacionados estritamente ao divino, mercedores de celebrações especiais, para se tornarem objetos de interdição "(Carneiro, 2012, p. 97).

Na quadra 20, temos um caso parecido com o anterior. Contudo, após dois anos, sua reforma ainda não foi concluída. Tratava-se de outro jazigo-capela onde estavam sepultados Antenor Leonardi (1884-1966), sua esposa Luiza Poleta Leonardi (1886-1977) e Caetano Leonardi (1907-1984), filho do casal. Antenor e Luiza eram um casal de imigrantes de origem italiana, sendo o primeiro agricultor e a esposa dedicada às tarefas do lar. O filho do casal, Caetano, já é de origem brasileira, demonstrando que o casal emigrou para o

Brasil antes do final do século XIX, muito provavelmente para trabalhar nas lavouras de café no interior do Estado de São Paulo. Como a maioria dos colonos na época, viram no Norte do Paraná uma oportunidade para mudar de vida, fixando moradia em Rolândia.

O primeiro registro fotográfico do jazigo foi feito em fevereiro de 2021, no início do trabalho de campo. Pelas figuras 26 e 27, vemos que se tratava de um sepulcro de certa imponência devido à sua verticalidade e horizontalidade, mas que aparentava certo descuido por parte dos familiares, como sugeriam as plantas, dentre elas o cacto, que cresciam no teto do jazigo e as falhas na pintura em seu interior. Porém, essa hipótese foi descartada quando, em um outro momento de nossas visitas ao cemitério no início de 2022, deparamo-nos com um túmulo já parcialmente reformado.

O jazigo da família Leonardi, assim como os outros desse estilo, tinha muitas características que também remetiam a uma igreja ou casa. Na parte externa, o que mais chamava a atenção era a sua altura, sendo um dos maiores túmulos que havia no cemitério. Sua largura também era peculiar, visto que sua área interna possuía mais espaço que os demais, permitindo que mais membros da família se reunissem ali.

Figura 26 – Jazigo Capela da família Leonardi em 2021



Fonte: TESSARO, D. L., 2020. 1 fot.: colorida; 953 x 1111 px

Sua estrutura era sustentada por seis pilares, onde três dos quatro lados do jazigo eram feitos de vidraça, permitindo que outras pessoas vissem seu interior. Seu exterior era revestido com piso de pastilhas de vidro

quadriculado em três cores: a base do jazigo era revestida com piso verde escuro; os pilares com piso amarelo; e o teto com azul escuro.

Na parte interna (figura 27 e 28), diferente do anterior, a do casal Leonardi não tinha nenhuma cortina com intenção de proporcionar privacidade aos familiares que visitavam o local. Ainda em seu interior, havia um pequeno altar encostado na parede com uma toalha bordada, tendo um quadro com as fotos de Antenor e Luiza e dois vasos, um para depositar flores e outro menor e comprido para as velas. Ao fundo, encostado na parede, existia uma espécie de lápide com quase a mesma altura do jazigo, começando onde terminava o altar e indo até o teto. A lápide era feita de concreto e argamassa, sendo pintada de rosa com detalhes em dourado. Os detalhes lembravam pequenos ramos de oliveira, árvore símbolo de Jerusalém. No centro, ao lado desses ramos, havia um pequeno espaço retangular onde estava disposta uma figura de Nossa Senhora Aparecida feita em gesso. Acima da imagem, a lápide tinha um formato semelhante a um teto, como se estivesse protegendo a santa. No centro, também em dourado, encontrava-se uma estrela de Davi, contornada por adereços que lembram uma cortina. Por último, uma cruz.

**Figura 27 – Detalhe do altar no jazigo do casal Leonardi**



Fonte: TESSARO, D. L., 2020. 1 fot.: colorida; 646 x 537 px

Figura 28 – Detalhe do interior do jazigo do casal Leonardi



Fonte: TESSARO, D. L., 2020. 1 fot.: colorida; 1215 x 979 px

Como explicamos, o jazigo não existe mais, pelo menos desde o início de 2022, quando fizemos o segundo registro fotográfico do lugar. Pela figura 29, vemos que, com a reforma, o novo túmulo ganhou contornos modernos, sendo construído no formato retangular, com concreto e argamassa, padrão atual das sepulturas. Contudo, passados quase dois anos, a reforma ainda está incompleta. Nele existem apenas dois resquícios do jazigo antigo, que são as plaquinhas que identificam o número de sepultamento de Antenor e Luiza e a imagem de Nossa Senhora Aparecida, colocada ao centro.

Figura 29 – Novo jazigo da família Leonardi em 2022



Fonte: TESSARO, D. L., 2020. 1 fot.: colorida; 1167 x 687 px

De acordo com Mauro Dillmann (2013), as grandes construções tumulares, assim como os jazigos-capela que trabalhamos nesse tópico, era a maneira que os vivos tinham para contornar a ruptura dolorosa que a morte de algum familiar causava (Dillmann, 2013, p. 77). Segundo o autor, o culto aos mortos era algo de grande relevância e prestígio social para a sociedade brasileira do final do século XIX e parte do século XX. Esse culto era expresso por meio das grandes obras funerárias com contornos majestosos e bem trabalhados, contendo diversas esculturas e imagens de caráter sacro. A ideia era evitar o esquecimento do falecido, perpetuando sua memória e o nome da família. Na cultura da época, o cemitério era compreendido como um local santo e abençoado, devendo ser visado e cultuado (Dillmann, 2013, p. 55-56).

Seguindo essa ótica, o cemitério não era apenas um local onde poderíamos observar os sentimentos de afeto e gratidão para com os mortos, mas também de manutenção do prestígio social mesmo após a morte (Dillmann, 2013, p. 79). Os jazigos em formato de capela seriam um exemplo claro do que Borges (2002) chama de “morte burguesa”, onde os vivos tendiam, por meio da

construção desses jazigos, assegurar um *status* de continuidade que vai além da própria morte. Esse tipo de atitude seria o que a autora chama de “*perpetuação do morto*” (Borges, 2002, p. 125).

Ademais, Carneiro (2012) menciona que esse tipo de jazigo é característico do final do século XIX e início do XX, quando os indivíduos ainda tinham a cultura de que a salvação somente aconteceria se o defunto fosse sepultado em espaço sagrado, como o das igrejas. Nas palavras da autora:

[...] esta constituição física, a qual faz o túmulo assemelhar-se tanto a uma capela, quanto a uma casa, reflete uma forte inclinação à individualização e/ou particularização da morte, relacionada à importância angariada pela intimidade do espaço doméstico em finais do século XIX. Desta forma, o mausoléu, ao assumir ares de capela, fornecia à família dos sepultados um ambiente de orações, um espaço para a expressão de religiosidade familiar. Deve-se ressaltar que, em meio à conjuntura da transição dos sepultamentos intramuros para os cemitérios extramuros e, em seguida, com a secularização do espaço da necrópole, os mausoléus guardam em sua tessitura simbólica uma relevante atmosfera de sacralidade, ao imprimir àquele espaço aspectos religiosos. São exemplos destes, as cruzes, altares, anjos e santos, imagens cristãs (Carneiro, 2012, p. 116).

Assim, podemos dizer que o jazigos-capela são resquícios de uma cultura medieval, na qual o formato da igreja seria uma maneira de criar um espaço sagrado dentro do espaço público do cemitério. Dessa maneira, a destruição ou a reforma desses jazigos tem eliminado, aos poucos, rastros dessa mentalidade. Mas a perda não fica restrita ao campo cultural e religioso. Ela também é arquitetônica, visto que essas edificações seguiam diversas influências estéticas, contendo janelas, portas, vidros, ladrilhos, cortinas, altares, estuque, castiçais e fotografia dos mortos, retratando o zelo, amor, carinho, afeto e gratidão aos defuntos da família (Valadares, 1972). Por isso, é imprescindível a preservação dessa tipologia de sepulcros.

Ao longo do capítulo, apresentamos os resultados obtidos durante o trabalho de campo. Fotografamos os túmulos das quadras 7 a 30, as mais antigas do Cemitério Municipal Central, que eram as mais atingidas pela política de remoção de sepulturas devido à falta de espaços. Com isso, conseguimos dimensionar o problema mencionando e como isso pode ser nocivo para o

cemitério como patrimônio histórico da cidade. A partir dos dados obtidos, separamos os sepulcros fotografados em seis categorias, das quais as três mais importantes foram trabalhadas ao longo do capítulo. Com elas, tentamos demonstrar a importância dessas sepulturas para história de Rolândia, uma vez que, por meio delas, podemos compreender um pouco sobre os grupos sociais, os elementos culturais, religiosos e econômicos dos moradores da cidade.

## **4. A MORTE REVELA VIDA NO CEMITÉRIO: ANÁLISE DAS SEPULTURAS DE RELEVÂNCIA HISTÓRICA PARA O MUNICÍPIO**

O objetivo do presente capítulo é analisarmos a importância de um cemitério para a cidade, não somente pela sua função primordial de sepultamento dos mortos, mas também pela dimensão histórica e artística. Elas podem ser encontradas em seu interior por meio dos túmulos construídos pelos familiares para lembrar daqueles que já faleceram. Primeiro, vamos falar discorrer sobre a necessidade de preservarmos esses espaços, argumentando a importância que os túmulos mais antigos e com características peculiares podem ter tanto para a história de uma cidade, quanto para a história dos cemitérios seculares. Após isso, demonstraremos quais dessas sepulturas são de grande relevância para essas questões, ressaltando desde as identidades étnicas que nelas estão representadas até os padrões arquitetônicos e escultóricos característicos de uma época em específico.

### **4.1 – Por quê preservar? Uma questão ambiental e cultural**

A partir da ótica sanitária, a estrutura de um cemitério contribui para a preservação ambiental e impede que odores e gases nocivos emitidos pelos corpos em decomposição atrapalhem a vivência nas cidades. Como informado por Gimenez e Tatsui (2013, p. 22), o enterro é a principal forma de destinação dos corpos mortos em nossa cultura, marcada predominantemente pela cultura cristã. Segundo as autoras, a maioria dos cemitérios no Brasil utilizam a técnica de inumação simples que consiste em enterrar o cadáver em uma cova rasa, com cerca de 1,50 metros de profundidade e revestida com tijolo e concreto. Esse processo é fundamental na impermeabilização do solo como forma de impedir que os líquidos produzidos pelo corpo em decomposição cheguem ao lençol freático e que os mais variados macro e micro-organismos acessem a superfície e contaminem o ambiente. Esse modelo de sepultamento é de suma importância para a higiene e a saúde pública desses locais (Gimenez; Tatsui, 2013, p. 38).

No entanto, devemos ter em mente quando visitamos o cemitério é que esse espaço possui mais funções além da alocação adequada de corpos mortos. Ou seja, devemos transcender a ótica sanitária e ambiental. É uma visão que devemos ampliar e vamos mostrar o porquê.

As visitas ao cemitério são feitas com o intuito de reacendermos a memória sobre aquela pessoa que fez parte do nosso íntimo, e que pela força do tempo não temos o prazer de sua presença. Alguns minutos diante da sepultura dessas pessoas são suficientes para permitir um turbilhão de sentimentos, sejam eles de tristeza, dor, saudade ou até mesmo alegria, que surgem dos momentos que foram compartilhados em conjunto com o falecido.

Muitas dessas emoções surgem em nosso íntimo quando visitamos o túmulo em que repousam os restos mortais de nosso avô o qual devemos o prazer de conviver por pouco mais de treze anos de nossa existência. Quando estamos próximo ao túmulo, diversos pensamentos começam a emanar em nossa mente lembrando dos momentos que dividimos com o nosso avô. Em parte, esse é um dos intuitos dos cemitérios: a lembrança e a recordação daqueles que já não se fazem presentes nesse mundo. Contudo, isso faz com que muitas pessoas pensem o cemitério como um lugar triste e de emoções negativas, as quais buscam evitar. Muitas acabam deixando de visitar o túmulo de seus entes queridos muito em razão do medo que essas sensações podem causar.

Em nosso entendimento, essa relação dos indivíduos com o cemitério parece evidenciar uma mudança de postura com relação à morte. Para Philippe Ariès (2017), as atitudes de medo diante da morte seriam decorrentes das transformações políticas, econômicas, sociais e culturais ocasionadas pela Revolução Industrial e os avanços tecnológicos dos séculos XVIII e XIX. De acordo com o autor, essas modificações sociais foram responsáveis por uma mudança de imaginário com relação à morte. Uma mudança de mentalidade nas palavras do autor. Segundo ele, o que durante o período medieval era compreendido como algo habitual, visto como o dia do acerto de contas com o divino, passou a demonstrar a fragilidade humana. Transformou-se na morte física, na podridão dos corpos em decomposição e na angústia da espera pelo fim (Ariès, 2017, p. 130-150). A morte passou de algo tradicional, cotidiano e costumeiro para uma "força selvagem e incompreensível" (Ariès, 2017, p. 150).

O medo da morte parece ter ganhado mais ênfase entre as pessoas nas últimas décadas sobretudo após o fim da União Soviética (URSS) e a crescente globalização. A aceleração da vida contemporânea tem criado empecilhos para que as pessoas reflitam sobre elementos da vida e do cotidiano, como é o caso da morte. Essa maneira de compreender a morte tem acarretado diversas mudanças em relação à confecção das sepulturas. No Brasil, nos últimos anos, elas estão sendo construídas de maneira simples quase que seguindo um padrão único. O granito e o piso estão entre os principais materiais utilizados na construção desses novos túmulos, todos em formato retangular padrão.

Thiago Nicolau Araújo (2006) apresenta basicamente o mesmo entendimento. Porém, segundo o autor, essa padronização estaria ocorrendo pelo menos desde a década de 1960, quando as grandes obras funerárias entraram em declínio e deixaram de ser um objeto de demonstração de riqueza e de poder por parte das famílias. Segundo o autor, a sociedade atual estaria se comportando como se a morte não existisse. Seria, de acordo com ele, uma espécie de negação da essência humana (Araújo, 2006, p. 22-23).

Apesar de atualmente a legislação ambiental e funerária estabelecer uma espécie de padronização tumular como acontece nos casos dos cemitérios parque ou jardim, destacamos que ela também é cultural, na medida em que, ao analisarmos os cemitérios mais antigos, fundados antes da formulação dessa legislação em 2003, podemos notar que essa padronização também passa pelo campo cultural. Os cemitérios mais antigos, fundados antes da formulação da legislação para redução dos impactos ambientais causados pelos fluidos corporais de um corpo em putrefação, são casos do gênero. Nos cemitérios tradicionais, as diferenças culturais com relação à compreensão da morte a partir dos túmulos são gritantes. No caso de Rolândia, que foi fundada no início da década de 1930, essas diferenças são ainda mais perceptíveis.

Nas quadras mais antigas do cemitério, temos sepultamentos que datam da década de 1930 até meados da década de 1980, nos quais podemos notar as diferenças de confecção dos túmulos adotadas pelos familiares. Nessas primeiras quadras, encontramos mausoléus, jazigos em formato de Capela, com estátuas de ferro fundido, aqueles feitos em alvenaria que possuem formatos específicos e com estátuas de gesso, entre outros. São completamente

diferentes dos túmulos padronizados que passaram a ser construídos a partir da década de 1990, mais localizados nas seis primeiras quadras na entrada principal do cemitério.

O cemitério tomado como representação da cidade que o comporta pode ser utilizado para analisar as diferenças sociais, econômicas, políticas e culturais dos indivíduos e de seus grupos sociais. Como podemos notar isso? Vejamos os casos os casos das famílias mais ricas. Essas famílias geralmente fazem maior investimento no túmulo de seus familiares, como nos mausoléus, nos jazigos em formato de Capela e naqueles que possuem estátuas religiosas em ferro fundido. Além do mais, por possuírem maiores condições econômicas e certo prestígio social, conseguem sepultar seus familiares em áreas mais "nobres" do cemitério. No caso do cemitério de Rolândia essas áreas ficariam próximas do Cruzeiro e da Capela onde as missas de Finados são rezadas.

Já as famílias mais humildes muitas vezes acabam sepultando os seus familiares de maneira mais simples, na terra ou em concreto com uma pequena lápide. Estas questões são evidenciadas por Gimenez e Tatsui (2013), que demonstram que, na maioria dos cemitérios tradicionais do país, essas diferenças econômicas e sociais são notadas. Segundo as autoras, essa diferença é ainda mais nítida em cidades que possuem mais de dois cemitérios públicos. Nesses centros urbanos, as famílias de menor poder aquisitivo acabam enterrando seus entes queridos em áreas de menor valor, como no caso do cemitérios mais distantes do núcleo urbano. Dessa forma, algumas famílias acabam sepultando seus familiares diretamente na terra, fazendo apenas o contorno com tijolo e cimento (Gimenez; Tatsui, 2013, p. 37).

Por conta dessas diferenças sociais e econômicas, alguns autores defendem a ideia de uma legislação que proíba certos exageros na confecção de túmulos por parte dos familiares. Essa é uma sugestão apresentada por Silvestre Sales Machado (2006) em um artigo que analisa o papel da administração pública frente aos problemas ambientais causados pelos cemitérios. Segundo o autor, a falta de uma Legislação Federal específica que disciplina a questão das necrópoles e sepulturas tem se transformado em um grande problema para as administrações municipais. Essa ineficiência com relação às taxas mortuárias, construções tumulares, jazigos perpétuos e

serviços funerários estão sendo os principais causadores de problemas ambientais e estruturais nos cemitérios brasileiros (Machado, 2006, p. 128).

Machado (2006) aborda diversos problemas relacionados à administração municipal e aos impactos ambientais, assuntos os quais abordaremos no próximo capítulo. Entretanto, o autor discorre sobre um ponto que nos é aqui pertinente. Ele questiona o fato de as sepulturas não seguirem um padrão estético, o que causaria uma espécie de poluição visual urbana do cemitério. Como solução, o autor discute a proposta de uma lei que proíba abusos na construção de monumentos funerários (Machado, 2006, p. 137). A argumentação trazida pelo autor nos parece demasiadamente simples, na medida em que enxerga o cemitério apenas com um local para alocação de corpos mortos, ignorando que os túmulos são capazes de nos mostrar uma história, seja ela do falecido, de sua família, crenças, visões sobre a morte, entre outras possibilidades. Esses valores culturais são mais perceptíveis se a família tiver liberdade para confeccionar o túmulo de seu ente querido como bem entender.

Outros autores também chamam a atenção para a necessidade de padronização dos túmulos. Emanuelle Bonfanti Bezerra e Raquel Faverzani Magnago (2009), enquanto engenheiras ambientais, compreendem que a padronização dos túmulos pode facilitar a impermeabilização do solo, dificultando que o necrochorume produzido pelos corpos chegue aos lençóis freáticos, minimizando os riscos ambientais e melhorando as condições de higiene dos cemitérios (Bezerra; Magnago, 2009).

Entretanto, devemos argumentar que a padronização das sepulturas defendida por esses autores pode ser bastante nociva do ponto de vista histórico e cultural. Quando falamos disso, estamos deixando o fator ambiental de lado? Não. Nos cemitérios tradicionais, assim como nos cemitérios parque ou jardim, já existe um padrão de sepultamento que é defendido pelos autores. Em ambos os tipos de cemitério, o sepultamento ocorre em covas feitas no solo com cerca de dois metros de profundidade, que são impermeabilizadas com concreto e tijolo, seguindo os parâmetros estabelecidos pela legislação atual.

A diferença é que, nos cemitérios tradicionais, os familiares são livres para construir túmulos em homenagem a seus entes queridos da forma que desejarem, enquanto que, nos cemitérios parque ou jardim, apenas uma lápide

com a informação dos indivíduos é permitida. Pensando na questão visual, os cemitérios parque apresentam uma padronização esteticamente limpa lembrando um bosque ou um jardim botânico. Por sua vez, os cemitérios tradicionais possuem um estilo arquitetônico que nos remete à própria estrutura de uma cidade, com inúmeras variações estruturais, construções e materiais utilizados. O mais interessante é que, em muitos cemitérios desse estilo, a arquitetura dos túmulos possui elementos muito peculiares com o da cidade da qual fazem parte.

No caso de Rolândia, túmulos de imigrantes alemães e japoneses chamam nossa atenção por possuírem elementos e características parecidas com a de alguns prédios, casas e praças da cidade. É a partir dessa percepção que podemos tomar o cemitério como uma fonte histórica, pois preserva por meio de elementos materiais a história, a cultura, a crença, o poder político e econômico de uma região ou cidade.

Elaine Maria Tonini Bastianello (2010) afirma em sua dissertação que os túmulos são uma das formas adotadas por nossa sociedade cristã para perpetuar a memória do falecido<sup>67</sup>. Somado a isso, são também importantes registros culturais e sociais de uma época, sobretudo do início da formação de uma cidade. Nesse sentido, a autora argumenta que os túmulos atuam como uma espécie de suporte simbólico entre os vivos e os mortos (memória) e criando representações das atitudes da sociedade perante a morte (Bastianello, 2010, p. 14-15):

[...] As manifestações culturais são suportes de memória por trazerem informações e são relevantes para a preservação identitária de uma época, seja ela Antiga, Medieval, Moderna ou Contemporânea. Nelas estão inscritas as marcas estéticas, da classe social, da etnia, da geração de seus enterrados, entre outros aspectos, possibilitando inúmeras inferências entre elas. Tais artefatos refletem grande diversidade em suas várias fases de desenvolvimento, sendo estas construções um testemunho importante para a memória social e para a identidade desta sociedade (Bastianello, 2010, p. 15).

---

<sup>67</sup> Essa visão tem origem no período de maior poder da Igreja durante a Europa medieval, quando perdurava a crença de que aquele que não possuísse uma sepultura não ressuscitaria e alcançaria o Reino dos Céus (Ariès, 2017, p. 36).

Por conta de sua relevância histórica, muitos cemitérios necessitam ser preservados em sua totalidade. Essa preservação passa pela compreensão do acervo funerário como um monumento histórico de valor inestimável para nossa comunidade. As palavras de Bastianello (2010) demonstram a importância dos cemitérios para história de uma cidade. Ela repousa na possibilidade de averiguar pelos artefatos as diferentes origens étnicas que compõem a população de uma região (Bastianello, 2010, p. 69). Ademais, esses espaços são carregados de simbolismos com diferentes significados que necessitam ser interpretados. Mas, em suma, os túmulos são expressões do sentimento diante da morte por parte dos vivos e demonstram a visão dessas pessoas em determinada época (Bastianello, 2010, p. 97).

A relevância dos artefatos tumulares repousa no valor artístico, cultural, religioso e arquitetônico que segue uma ordem de padrões vigente em uma determinada época e contexto histórico. Partindo do que argumentados anteriormente sobre a padronização dos túmulos nos cemitérios tradicionais, que ocorre desde a década de 1980, a preservação dos mais antigos se faz ainda mais necessária. Isso porque os túmulos mais antigos possuem indícios sobre a história da formação das cidades e dos indivíduos que ajudaram a construí-la.

Rolândia, assim como as demais cidades do Norte do Paraná, é conhecida pela variedade de grupos étnicos que vieram buscar novas condições de vida nas terras comercializadas pela CTNP durante as décadas de 1930 e 1940<sup>68</sup>. Esta variedade étnica e cultural pode ser verificada nas sepulturas que encontramos no cemitério, seja por meio do sobrenome<sup>69</sup>, pela arquitetura, pelos símbolos religiosos ou outros elementos culturais. Preservá-los é manter vivos aspectos da memória coletiva da cidade. Antes de apresentarmos algumas tipologias que encontramos no cemitério municipal de Rolândia, tentando demonstrar a importância desses monumentos funerários, precisamos apresentar ao leitor conceitos como memória e monumento, tão essenciais para este trabalho de preservação que estamos propondo.

---

<sup>68</sup> Cerca de trinta e dois grupos étnicos podem ser averiguados por meio dos recibos de venda emitidos pela Companhia de Terras (Arias Neto, 2008).

<sup>69</sup> Critério onomástico

## 4.2 - Cemitério como representação de uma Cidade

Os cemitérios, mais especificamente os sepulcros, vão além de meros monumentos em homenagem a pessoas de expressão na sociedade ou em memória de um passado histórico de determinados grupos étnicos. A ideia de monumento, tomando como base os sepulcros, deve compreender a noção de que esses são objetos construídos pelos familiares do morto. Ou seja, trabalhar com cemitério envolve a premissa de que trabalhamos, na grande maioria das vezes, com objetos de cunho particular. Crença, valores morais, objetos de apego do falecido são as coisas que encontramos nos sepulcros, sejam elas colocadas de maneira simbólica (Cruz, Nossa Senhora, Sagrada Família, São Jorge, estrela de Davi, penas, *ihai*<sup>70</sup>, *butsudan*<sup>71</sup> e etc), ou escrita (passagens bíblicas, frases reflexivas e de amor aos familiares). Assim sendo, toda a cultura material e simbólica encontramos nos cemitérios refere-se a objetos de cunho particular que estão expostos em espaço público.

Roger Chartier (1991) compreende o mundo como representação, essas que dão sentido à vida das pessoas. O cemitério nesse caso não é diferente, visto que nele encontramos diversos tipos de representações de mundo, sejam elas individuais ou coletivas. Nas palavras do autor:

Daí das tentativas para decifrar de outro modo as sociedades, penetrando na meados das relações e das tensões que as constituem a partir de um ponto de entrada particular (um acontecimento, importante ou obscuro, um relato da vida, uma rede de práticas específicas) e considerando não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é deles (Chartier, 1991, p. 177).

---

<sup>70</sup> *Ihai* é uma espécie de tabuleta memorial, geralmente entalhada em madeira, onde são escritos o nome do falecido, as datas de nascimento e falecimento e o nome póstumo do indivíduo (*hōmyō* ou nome búdico), que simboliza que o falecido alcançou a iluminação. Geralmente, essas tabuletas são alocadas dentro do *butsudan* (oratório) para o culto aos antepassados. Porém, no âmbito dos cemitérios, essas tabuletas passaram a ser entalhadas em granito e colocadas nos túmulos próximas das fotos dos indivíduos (André, 2011; Wangchuck, 2014). No entanto, alguns túmulos já são confeccionados com o *ihai* grande, a exemplo do túmulo que analisamos.

<sup>71</sup> O *butsudan* é um oratório budista utilizado nas cerimônias de culto aos antepassados. Eles ficam no espaço doméstico em algum canto da residência onde são depositadas as oferendas para os falecidos. As tabuletas são alocadas dentro do *butsudan* e representam o morto, ou seja, ele é materializado por meio desses objetos. Em outras palavras, tanto o *butsudan* quanto o *ihai* representariam uma espécie de túmulo “fora do lugar”, sendo utilizados para esses cerimoniais (André, 2011, p. 162).

Esses artefatos no espaço público acabam, de uma maneira ou de outra, criando uma série de representações coletivas. Isso é facilmente verificado em algumas sepulturas nas quais os indivíduos partilham os mesmos valores culturais e religiosos. Tomemos como exemplo o caso de Rolândia, no norte do Paraná. A cidade foi formada no início da década de 1930 a partir da iniciativa da CTNP, de capital britânico, e da sociedade alemã de Estudos Econômicos do Além Mar (Soares, 2012, p. 68-74). Contudo, apesar da iniciativa alemã, as terras administradas pela companhia inglesa receberam uma variedade expressiva de grupos étnicos. Por volta de trinta e três (33) grupos étnicos estabeleceram moradia nas terras do norte Paraná, tendo como destaque os brasileiros de outras regiões do país, alemães, japoneses, italianos, portugueses e espanhóis (Arias Neto, 2008, p. 5-20)

A partir da análise dos túmulos desses indivíduos no cemitério municipal é que podemos ter uma melhor compreensão das memórias coletivas que compõe o município. Não que não existam memórias individuais em um cemitério, mas que as coletivas se sobressaem a essas. Isso se deve ao fato de estarmos lidando com a questão referente a memória e o afeto nutrido pelos indivíduos por aqueles que faleceram.

Temos em mente que o cemitério é um local de representações. Essas representações estão todas ligadas com o medo da finitude e do esquecimento perante a única certeza da vida, a morte. Não é à toa que os cemitérios podem ser entendidos como um local de memória, onde os familiares constroem sepulturas como forma de amenizar a dor da perda e buscar manter viva a memória do falecido. Essas sepulturas são dotadas de simbolismos que tendem representar o falecido de alguma maneira, seja pela crença, caráter, costumes ou por aquilo que gostava de fazer<sup>72</sup> (Soares, 2007, p. 41-42). Talvez essa relação de afeto com o falecido explique o porquê de alguns túmulos serem melhores confeccionados do que outros, ou até mesmo a forma com que é preservado. Devemos ter em mente que o estado de conservação leve em conta

---

<sup>72</sup> De acordo com Soares (2007, p. 42), quanto maior o nível de afeto com o morto maior será a importância conferida aos seus pertences, aos lugares e artefatos produzidos para representá-lo.

outros fatores como a presença de familiares vivos na localidade e que tenham tido algum vínculo, por mais que pequeno, com o falecido.

E difícil pensarmos em uma memória ou representação individual quando estamos em um espaço público como o cemitério. Todas as representações são coletivas, mesmo naqueles túmulos em que só um indivíduo está sepultado. Por mais que tenhamos objetos particulares em algumas sepulturas, as representações em torno no falecido são criadas em âmbito coletivo com identificadores de pertença a determinado grupo social. Segundo o autor, isso acontece porque a produção é de caráter coletivo, uma vez que, o homem social, consciente que a vida possui um fim, tenta criar meios para que essa consciência da morte adormeça<sup>73</sup> (Soares, 2007, p. 42).

Podemos pensar essas representações indo além das fotografias. A forma do túmulo, o material utilizado, os adereços, a estatutária, os escritos entre outros são objetos capazes de criar uma representação coletiva. Sobre a ideia de representação coletiva, Chartier nos diz a partir das ideias de Marcel Mauss e Emile Durkheim:

[...] à noção de "representação coletiva" autoriza a articular, sem dúvida melhor que o conceito de mentalidade, três modalidades de relação com o mundo social: de início, o trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exhibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais "representantes" (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe (Chartier, 1991, p. 183).

Muitos túmulos que encontramos no cemitério evidenciam algumas dessas identidades coletivas (figuras 30, 31, 32, 33 e 34).

---

<sup>73</sup> Ao longo da sua dissertação, Soares (2007, p. 42) argumenta que as imagens criadas para representar os mortos servem para amenizar a dor da perda e também para "exorcizar os receios do homem diante da morte". No caso em questão o autor trabalha com representações a partir de máscaras mortuárias comuns durante o medievo e a idade moderna, e as fotografias, que a partir do início do século XX ganharam o espaço cemiterial e passaram a representar a imagem do falecido.

**Figura 30 – Túmulo de Alemão no Cemitério de Rolândia**



Fonte: Tessaro, D. L., 2021. 1 fot.: colorida; 980 x 1306 px.

**Figura 31 – Detalhe dos escritos em alemão.**



Fonte: Tessaro, D. L., 2021. 1 fot.: colorida; 286 x 549 px.

**Figura 32 – Túmulo de Alemão**



Fonte: Tessaro, D. L., 2021. 1 fot.: colorida; 1306 x 980 px.

**Figura 33 – Detalhe dos escritos em alemão.**



Fonte: Tessaro, D. L., 2021. 1 fot.: colorida; 636 x 494 px.

Figura 34 – Túmulo da família Tomimatsu



Fonte: Tessaro, D. L. 2021. 1 fot.: colorida; 1084 x 689 px

Esses exemplos são os tipos de túmulos que mais saltam aos nossos olhos quando percorremos pelas quadras do cemitério municipal. Porém, existem muitos outros tipos que demonstram a presença de outras etnias, credos e valores que fizeram e fazem parte do município de Rolândia. Em outras palavras, o cemitério é uma expressão nítida da cultura e da sociedade de uma cidade. Assim podemos dizer que os cemitérios são verdadeiros museus a céu aberto, sejam eles geridos pela administração pública ou particular. Nesse espaço podemos ter uma noção clara dos valores políticos, econômicos, religiosos e culturais partilhados pelos indivíduos que compõem uma determinada região ou município.

Para pensarmos o cemitério como um local de representações a partir das elaborações de Chartier, precisamos compreender um pouco o que é representação para o autor e como analisá-la. Apesar de ser um historiador da leitura, com conceitos que tentam compreender as formas com que um texto é escrito e apropriado pelos leitores a partir do contexto cultural, podemos estender

esses conceitos da história da leitura para o caso dos túmulos. Isso é possível uma vez que ao estudarmos as simbologias de um sepulcro, estamos realizando uma leitura dos objetos e materiais ali dispostos e tentando interpretá-los.

Chartier (1991) começa a elaborar suas principais teses em um contexto de crise da história durante a década de 1980. Nesse cenário o autor busca propor algo diferenciado, que se distancia da história das mentalidades, considerada generalizante, e da história social, que segundo o autor tem a tendência de fragmentar o estudo histórico em pequenos caixotes. Para superar essa visão estratificada do fenômeno social, o autor propõe um novo método de análise dos fenômenos sociais e culturais (Chartier, 1991, p. 173-175). A história cultural do social proposta por Chartier baseia-se na noção de que os aspectos culturais perpassam os grupos sociais, não cabendo a distinção entre cultura popular e cultura erudita. Em outras palavras, a cultura movimenta-se pelos mais variados grupos sociais, em consonância com as condições econômicas, sociais e políticas (Chartier, 1991, p. 180-182).

Um túmulo com características budistas ajuda a demonstrar como as questões culturais são fluidas, como Chartier chama a atenção. Isso é mais visível pois conseguimos fotografar o túmulo em momentos distintos e com pequenas mudanças simbólicas (figuras 37 e 38). Uma foto tirada no ano de 2017 mostra o que seria a representação de um indivíduo budista e que ainda partilhava do seu aparato cultural de origem, no caso o Japão. Contudo, em um segundo momento, a partir de uma foto tirada em janeiro de 2021 tivemos uma mudança significativa, por mais que relativamente pequena. Uma cruz em bronze foi adicionada juntamente com uma fotografia e as informações do falecido em caracteres ocidentais. O mais interessante é que a cruz está disposta bem ao centro da saliência retangular que representa uma espécie de *ihai* (figuras 35 e 36).

Figura 35 – Ihai



Fonte: (Silva; Soares, 2017, p. 194).

Figura 36 – Butsudan pertencente a Harumi Fuzzi



Fonte: (André, 2016, p. 452).

Essas tabuletas são confeccionadas para ficarem nas residências dos japoneses e seus descendentes, sendo utilizadas juntamente com o *butsudán* para os cerimoniais de culto aos antepassados (Shoji, 2002, p 73). Acontece que, nos túmulos de imigrantes ou descendentes nipônicos, essa saliência, geralmente em arco, tende a ser uma representação dessas tabuletas, contendo ou não o nome póstumo do falecido ou algum *sutra*<sup>74</sup> budista, dependendo da vertente que o falecido seguia. No verso podemos encontrar o ano de nascimento e falecimento do indivíduo em ideogramas japoneses, podendo seguir ou não a descrição do calendário imperial japonês.

<sup>74</sup> Sutra é um termo que tem origem no sânscrito, antiga língua indiana. Deriva do verbo “siv”, que significa “unir”. A palavra é utilizada para se referir a algum tipo de texto sagrado da tradição budista ou hinduísta. Eles são escritos na forma de aforismos ou em pequenos versos, contendo vários tipos de ensinamentos de cunho espiritual, filosófico ou ético (Barbosa, 2019).

Figura 37 – Túmulo Budista no Cemitério de Rolândia em 2017



Fonte: Tessaro, D. L., 2017. 1 fot.: colorida; 928 x 1240 px.

Figura 38 – Túmulo Budista com uma Cruz banhada em bronze no Cemitério de Rolândia em 2021



Fonte: Tessaro, D. L. 2021. 1 fot.: colorida; 735 x 980 px.

O que queremos chamar a atenção a partir da breve análise desse túmulo é de como os elementos culturais de uma região podem ser identificados a partir de pequenos detalhes. Para Chartier a cultura de um grupo social pode ser verificada a partir do sistema de signos elaborada por esses indivíduos. Esses signos acabam criando um sistema simbólico com significados específicos, e que podem ser compreendidos a partir do entendimento da sintaxe e semântica de cada linguagem (Chartier, 1991, p. 186-187). Digamos que temos um pouco de conhecimento sobre a cultura japonesa nos permite compreender o que o *culto aos antepassados*, *budismo*, *ihai*, *sotoba*<sup>75</sup> e outros nos permite ter

<sup>75</sup> São tabuletas de madeira onde são escritos os sutras budistas, podendo ser escritos em sânscrito ou não, para a celebração do funeral do indivíduo. Os imigrantes budistas em sua maioria, quando faleciam, eram enterrados seguindo os rituais de sepultamento Budistas, os quais incluíam a confecção do *sotoba*. Esses rituais eram mais comuns durante as primeiras décadas do século XX, quando os imigrantes ainda nutriam o desejo de um dia retornarem para o Japão em melhores condições de vida. De acordo com Tomoo Handa (1987), as vezes no

certo conhecimento sobre o que esses objetos e símbolos significam para esses indivíduos.

Porém, temos que ter algumas ressalvas quanto a isso. Isso porque, as novas gerações (terceira e quarta) já não possuem um entendimento muito claro sobre esses símbolos e seus significados. Isso porque a maioria deles são brasileiros e nasceram no país e, muitas vezes, têm total desconhecimento da religião ou crenças de seus avós ou bisavós (Usarski, 2016, p. 720-734). Talvez isso explique a cruz em bronze em um túmulo budista. A cruz ali expressa a crença dos descendentes e não a do falecido. Isso acaba nos mostrando com os valores culturais são fluidos e sujeitas a diversas alterações ao longo do tempo.

O que queremos a partir da apresentação desse túmulo é pesar os conceitos de representação e apropriação de Chartier podem ser adequados para o caso dos cemitérios. O conceito de representação pode ser pensado a partir de dois sentidos. O primeiro é sobre a representação enquanto a intenção de invocar aquilo que é representado. Ou seja, trazer à tona alguma coisa ou algo. A segunda seria a noção com a qual Chartier (1991) trabalha, que seria a representação no sentido moderno do termo. Neste segundo caso, a representação, na busca pela presença acaba indicando a ausência. Ou seja, a representação desse objeto ou coisa ausente é realizada por meio de um aparato simbólico (Chartier, 1991, p 184-185).

Essa segunda noção que é trabalhada por Chartier se encaixa perfeitamente no caso dos cemitérios. Essa ideia é muito bem trabalhada por Soares (2007) em sua dissertação, onde o autor menciona que a confecção de túmulos seria uma forma que os familiares têm de manter a memória do falecido viva. Colocando adereços, objetos pessoais do morto e outras coisas, os familiares tentam se esquivar da ideia do desaparecimento do corpo morto que ali está sepultado (Soares, 2007, p. 40-41). Essa representação simbólica seria uma forma de amenizar a dor da perda e o medo do desaparecimento, algo que, como mencionando por Ariès (2017), parece ser um fenômeno característico das sociedades ocidentais contemporâneas.

---

lugar do *sotoba* se usava uma cruz de madeira ao estilo cristão entalhada em madeira branca onde se escrevia as rezas budistas (Handa, 1987, p. 483).

O túmulo que estamos analisando no momento é uma representação das crenças e valores de um indivíduo que muito provavelmente veio do Japão com seus pais em busca de melhores condições de vida no Brasil. Isso é corroborado pelo ano de falecimento do indivíduo. Bunkiti Kunimi faleceu no ano de 1968 com 66 anos. Mesmo não contendo essa informação na placa do túmulo, percebemos que ele nasceu no ano de 1903 ainda no Japão. Levando em consideração que a imigração de japoneses para o Brasil só teve início em 1908, com o Kasatu Maru, Bunkiti pode ter vindo para o Brasil ainda criança ou adolescente. Muito provavelmente teve uma criação aos moldes dos costumes nipônicos, levando em consideração que os primeiros imigrantes tinham o desejo de retornar para o Japão após fazer riqueza no Brasil<sup>76</sup> (Lesser, 2001, p. 159).

Essa nossa tese é corroborada pelos elementos simbólicos que encontramos em seu túmulo. Primeiro são os traços étnicos que nos chamam a atenção. Os escritos em caracteres nipônicos são os que saltam aos olhos à primeira vista. Depois a fotografia do indivíduo, que apesar de ter sido colocada recentemente demonstra suas origens étnicas. Outro ponto seria a saliência em arco já descrita anteriormente, esta que é seguida de uma espécie de pódio que poderia ser uma espécie de representação de um altar budista.

Na segunda foto o que nos chama a atenção é a cruz em bronze, colocada bem ao centro do retângulo principal, antes da saliência em forma de arco. Essa cruz foi colocada ali pelos descendentes do falecido, muito provavelmente seus netos e bisnetos.

A cruz, símbolo máximo do cristianismo não representa a crença de Bunkiti, mas sim a de seus familiares, que após anos de convívio com os costumes brasileiros, aderiram à fé cristã. A cruz é um dos exemplos que podemos usar para explicar a ideia de apropriação para Chartier. Assim como Michel de Certeau (1998), Chartier (1991) também é um dos teóricos do conceito

---

<sup>76</sup> Essa ideia de retorno para o Japão é o que caracteriza a primeira fase da imigração japonesa, na qual os indivíduos buscavam fazer riqueza no Brasil e voltar em melhores condições para o Japão. Devemos lembrar que essa fase é marcada pelo status do colono nas fazendas de café do interior paulista. Porém, no momento que alguns imigrantes se tornaram proprietários de terras, sobretudo no norte do Paraná com a formação de pequenas colônias étnicas é que essa ideia de reproduzir os costumes do Japão no Brasil passou a ser mais evidente. De acordo com Rafael Shoji (2002), essa tentativa de resgatar o cenário nipônico em terras brasileiras foi ainda mais marcante com o final da Segunda Guerra Mundial e a destruição do Japão pelos Estados Unidos. Segundo ele, isso é mais perceptível entre os *issei*. Tudo isso induziu a forma como eles viviam aqui no Brasil, procurando manter e criar os filhos nos moldes culturais que tinham no Japão (Maeyama, 1973; Lesser, 2001; Shoji, 2002).

de apropriação, tendo como principal referência o próprio Certeau. Para o autor, o sujeito constrói sua experiência de forma ativa, apropriando-se e recriando seu mundo a partir das interações sociais e culturais da qual faz parte. Nesse sentido, Chartier entende que as apropriações e releituras são descontroladas, pois nunca se sabe o que elas podem gerar. Mesmo com a possibilidade dos autores (no caso a forma com que os familiares constroem os túmulos) inserirem protocolos de leitura, como forma de manuseio da mesma, parte delas são selvagens, escapando dessa tentativa de controle. Assim ele nos apresenta a sua visão sobre o que seria apropriação:

A apropriação, a nosso ver, visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem [...]. Assim, voltar a atenção para as condições e os processos que, muito concretamente, sustentam as operações de produção do sentido (na relação de leitura, mas em tantos outros também) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que nem as inteligências nem as ideias são desencarnadas, e, contra os pensamentos do universal, que as categorias dadas como invariantes, sejam elas filosóficas ou fenomenológicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas (Chartier, 1991, p. 180).

Essas apropriações podem ser identificadas por meio de indícios simbólicos, na qual o cotidiano está implícito. O autor entende que para compreendermos as representações é necessário pensarmos como elas são apropriadas pelos indivíduos. Ele nos diz que essa questão foi por muito tempo negligenciada por nós historiadores que não pensávamos as formas pelas quais esses materiais (no caso ele fala dos textos) fazem sentido e que importância eles têm para as pessoas (Chartier, 1991, p. 180-181). Talvez isso explique os túmulos sincréticos que encontramos no cemitério municipal de Rolândia. É o caso do jazigo da família Umebara, onde podemos encontrar indícios do Budismo, do culto aos ancestrais e do cristianismo em um mesmo jazigo. Vejamos as imagens a seguir (Imagens 39, 40, 41 e 42).

Figura 39 – Detalhes dos ícones internos em túmulo sincrético no Cemitério de Rolândia



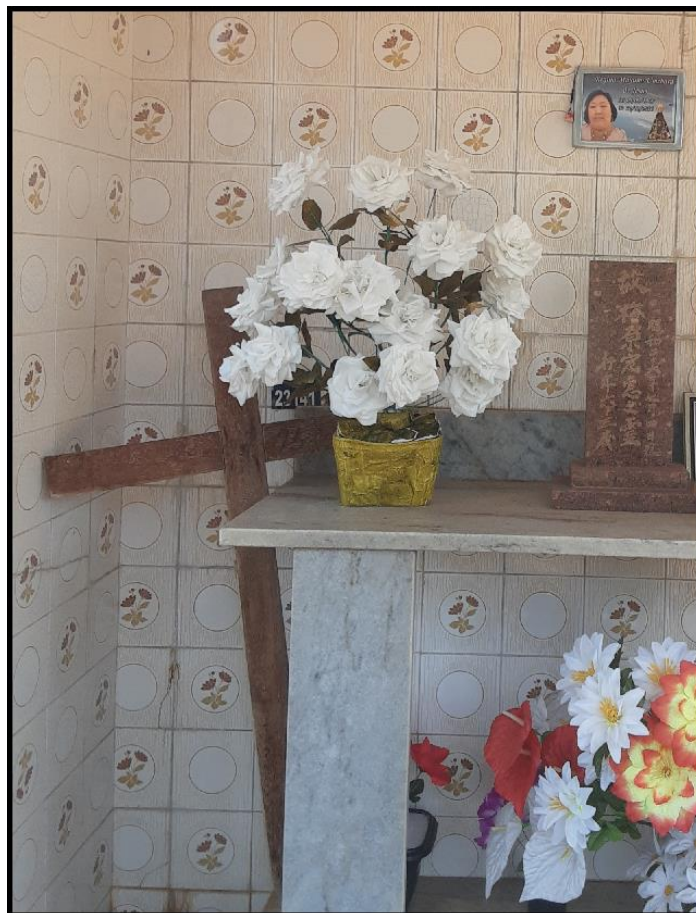
Fonte: Tessaro, D. L., 2021. 1 fot.: colorida; 1306 x 980 px.

**Figura 40 – Túmulo sincrético no Cemitério de Rolândia**



**Fonte:** Tessaro, D. L., 2021. 1 fot.: colorida; 980 x 1306 px.

**Figura 41 – Detalhe da Cruz de madeira em Túmulo sincrético no Cemitério de Rolândia**



**Fonte:** Tessaro, D. L., 2021. 1 fot.: colorida; 642 x 840 px.

**Figura 42 – Detalhe da Nossa Senhora Aparecida na homenagem a Regina Umebara**



**Fonte:** Tessaro, D. L., 2021. 1 fot.: colorida; 550 x 463 px.

Localizado na quadra de número 19, ali encontram-se três indivíduos sepultados. Um casal e provavelmente sua filha. É um jazigo aos moldes ocidentais mais parecido com uma capela, sendo toda trabalhada em granito com porta e janelas em vidro. No seu interior encontramos certos indícios de culto aos ancestrais. Estão presentes duas tabuletas memoriais trabalhadas em granito marrom assim como fotos em homenagem ao casal. Até então, poderíamos considerar como um sepulcro budista com indícios de culto aos ancestrais, contando também com algumas oferendas e resquícios de queimas de incensos. Porém dois fatores indicam um caso de sincretismo. O Primeiro deles seria a cruz de madeira<sup>77</sup> ao lado do altar, e o segundo é o caso da fotografia em homenagem a Regina Mayumi Umebara de Jesus, falecida em 2016, onde temos ao lado de sua foto a imagem de Nossa Senhora Aparecida,

<sup>77</sup> Essa cruz não pode ser entendida como um *sotoba* como descrevemos na nota de rodapé de número 5, vez que nela só está inscrito a data de falecimento de um dos indivíduos, ocorrido em 1995, sendo possivelmente um indivíduo de segunda geração.

trabalhada em um tipo de laje muito comum nos cemitérios. Apesar de terem sido colocados posteriormente, esses dois fatores nos levam a pensar que esse sincretismo estaria ligado à crença dos próprios indivíduos da família e não a um caso de adequação à sociedade. Assim esses dois elementos contribuem com os pressupostos de que o Budismo e o culto aos ancestrais seriam a religião de seus pais e avós (Maeyama, 1973)

Ao longo desse tópico ficamos um pouco restritos aos túmulos de imigrantes e descendentes de japoneses. Essa escolha parte de dois pressupostos básicos: O primeiro se refere a nossa familiaridade com o tema; e segundo pela forma como esses túmulos chamam a atenção de quem caminha pelo cemitério, uma vez que são um tanto quanto diferentes da maioria. Porém existem outras sepulturas que se encaixam ao que tratamos no decorrer dessas linhas.

As identidades étnicas e culturais foram apresentadas por meio de exemplos fáceis de serem identificadas: as sepulturas alemãs e as nipônicas. Ainda não temos condições de explicar porque isso acontece no caso dessas duas etnias e não nas outras. Só temos apenas algumas hipóteses que girariam em torno da nacionalidade baseada no *jus sanguines*, o trauma vivenciado por esses indivíduos durante o contexto da Segunda Guerra que reforçou os laços entre esses indivíduos, e por último o poder de coesão das agremiações alemãs e japonesas na cidade que reforçavam seus vínculos culturais e indenitários. Ainda não podemos afirmar com total certeza que esses fatores são predominantes para explicar essas sepulturas. Nas outras etnias presentes na cidade só é possível identificá-las com um olhar mais atento as fotografias e para os nomes e sobrenomes dos sepultados.

### **4.3 – Jazigos em formato de Capela**

Um dos jazigos em formato de capela mais imponentes que encontramos no cemitério é o da família Canônico (figuras 43, 44, 45 e 46). Localizado na quadra número 10, o jazigo é todo construído em alvenaria, possuindo uma estátua de Santo Antônio feita em gesso bem no centro e no alto da Sepultura. Na capela estão sepultados Antônio Canônico (1884-1971) e sua

esposa Maria Aparecida Canônico (1898-1978). Seus nomes constam na lista de pioneiros brasileiros apresentada por Schwengber (2003). Segundo a autora, ambos teriam chegado a Rolândia no ano de 1937. Por terem nascido no final do século XIX e pelos seus sobrenomes, presumimos que ambos seriam imigrantes italianos. Pela lista é afirmado que ambos são brasileiros que emigraram para o Rolândia de outra região do Brasil em busca de melhores condições de vida (Schwengber, 2003, p. 113).

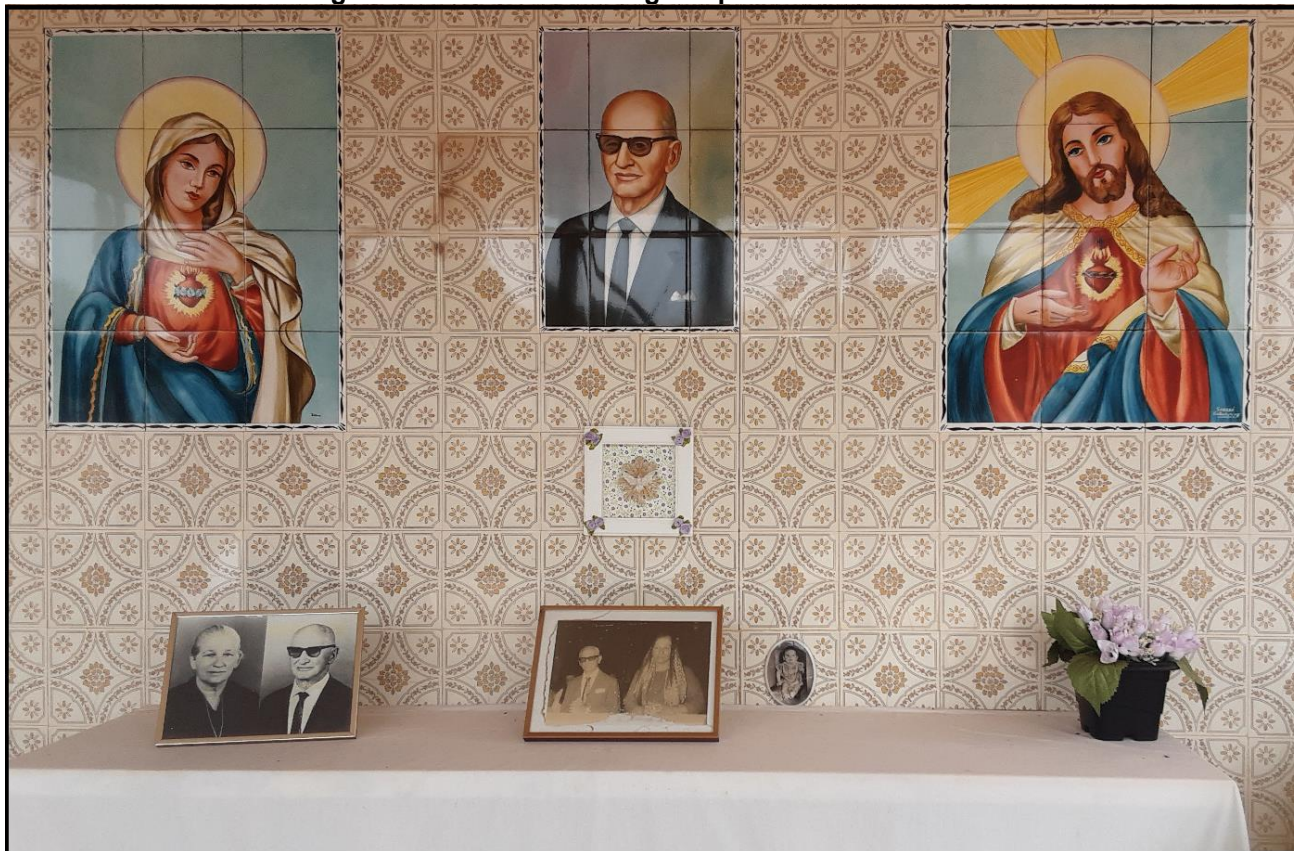
O acabamento do túmulo é feito em azulejo, característica das décadas de 1960 e 1970, tendo variações de modelo e cor em seu interior e exterior. No alto da sepultura, nos dois lados da estátua de Santo Antônio, existem duas cruzeiras, ambas feitas de alvenaria e adornadas com azulejo em formato de pequenos quadradinhos. Um detalhe que chama bastante nossa atenção são as pinturas de Nossa Senhora e Jesus Cristo feitas em azulejo e fixadas na parede logo acima do altar em que estão as fotos dos indivíduos ali sepultados. Também temos a pintura de Antônio Canônico bem ao centro. O retrato pintado era algo bastante comum no início do século XX, permanecendo até meados da década de 1980. A maioria dos jazigos capela que encontramos no cemitério possuem esses tipos de pintura, sejam elas de santos ou de fotografias do falecido feitas em azulejo.

Figura 43 – Jazigo Capela da Família Canônico



Fonte: Tessaro, D. L., 2022. 1 fot.: colorida; 908 x 923 px.

**Figura 44 – Interior do Jazigo Capela da Família Canônico**



Fonte: Tessaro, D. L., 2022. 1 fot.: colorida; 1403 x 917 px.

**Figura 45 – Jazigo Capela da Família Canônico**



Fonte: Tessaro, D. L., 2022. 1 fot.: colorida; 1274 x 1101 px.

**Figura 46 – Estátua de Santo Antônio.**



Fonte: Tessaro, D. L., 2022. 1 fot.: colorida; 1137 x 1413 px.

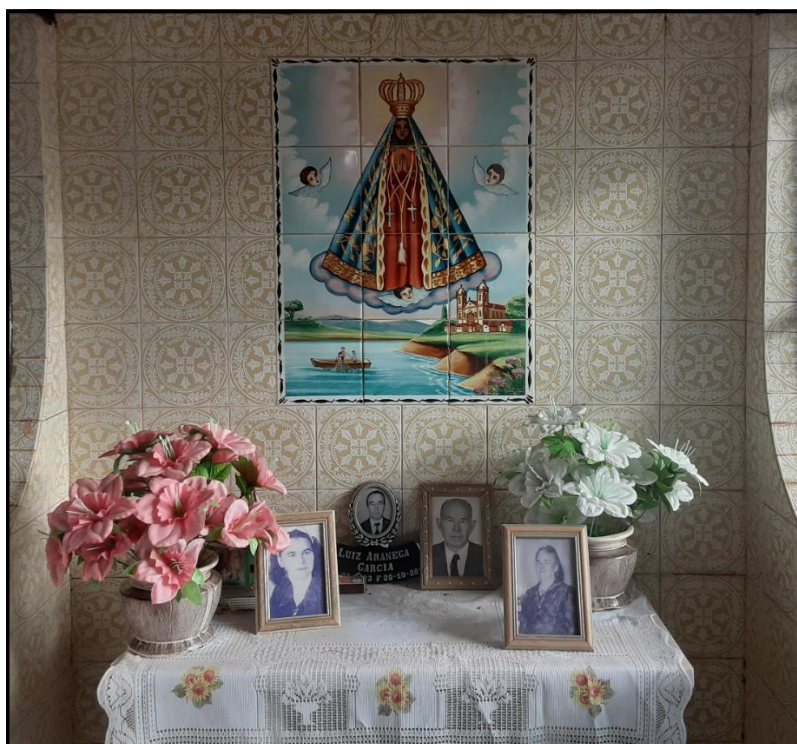
Outro túmulo que segue esse estilo é o de Maria Garcia Berruezo (1911-1974), Maria Aranega Mendes (1935-1975) e Luiz Aranega Garcia (1933-2020) (figuras 47, 48 e 49). Localizado na quadra de número 9 do cemitério, esse túmulo é menos imponente que o descrito anteriormente, mas possuindo elementos bastante parecidos. Também feito em alvenaria, com acabamento em azulejos da década de 1970, com altar onde ficam as fotos dos falecidos, este também possui uma pintura feita em azulejo que fica bem no centro da parede. Contudo, diferente do anterior, o que temos é uma pintura de Nossa Senhora Aparecida. Ao fundo da pintura, temos a figura do rio Paraíba do Sul e dos pescadores João Alves, Felipe Pedroso e Domingos Garcia que encontraram a imagem da santa em outubro de 1717, após realizarem orações para que a pesca fosse produtiva. Na imagem, também podemos ver o desenho representando a antiga Basílica de Aparecida, que foi construída no ano de 1745, no Morro dos Coqueiros (Adami, 2021).

Figura 47 - Jazigo Capela da família Garcia Aranega



Fonte: Tessaro, D. L., 2022. 1 fot.: colorida; 1073 x 1632 px.

**Figura 48 – Interior do jazigo Capela da família Garcia Aranega.**



**Fonte:** Tessaro, D. L., 2022. 1 fot.: colorida; 1108 x 1026 px.

**Figura 49 – Detalhe da pintura de Nossa Senhora Aparecida.**



**Fonte:** Tessaro, D. L., 2022. 1 fot.: colorida; 434 x 534 px.

Outro jazigo capela com estilo quase idêntico aos demais é o de Mailza Aparecida Gorbato (1961-1973), que faleceu ainda na adolescência com doze anos e nove meses de idade (figuras 40 e 41). O túmulo é feito de alvenaria e revestido com azulejos característicos da década de 1970. No alto da capela, em uma das extremidades, podemos notar a presença de um anjinho que está com as mãos juntas e olhando para o céu como se estivesse orando. Existem vários túmulos com figura de anjinho, sendo a grande maioria feita de gesso e pintada de prata. Assim como Gawryszewski (2011) identificou nos cemitérios de Londrina, em Rolândia os anjinhos podem ser encontrados no topo dos jazigos capela e nas extremidades dos túmulos mais simples. O autor descreve como a figura do anjinho está associada à da criança falecida. Na maioria dos túmulos que verificamos a existência de anjinhos, tanto nos jazigos capela quanto nos mais simples, podemos notar que ao menos existe uma criança sepultada no local. Segundo Gawryszewski (2011), enfeitar os túmulos de crianças com anjinhos é algo próprio da tradição brasileira (Gawryszewski, 2011, p. 83).

Outro detalhe interessante está no interior da capela. Além do altar com flores, com a fotografia da criança, e a imagem de Jesus Cristo pintada no azulejo, temos também ao lado uma pintura da foto da criança feita diretamente no azulejo. De acordo com Gawrysiwski (2011), a técnica do retrato pintado era bastante utilizada até a década de 1980 para adornar as sepulturas de pessoas e de casais. Essa técnica bastante antiga deixou de existir há pouco anos na região de Londrina, mas pode ser ainda encontrada em algumas regiões do Nordeste brasileiro (Gawryszewski, 2011, p. 76).

No geral, os jazigos em formato de capela do Cemitério Municipal Central de Rolândia estão bem conservados. Apenas em algumas capelas notamos um estado de abandono e descuido pelos familiares. Algumas são feitas de alvenaria e pintadas, outras possuem um revestimento em azulejo, mas todas com uma pequena varanda, com janelas ou janelões, e algumas até com colunas em estilo greco-romano, com a cruz no local mais alto e acompanhada ou não de alguns anjinhos.

#### **4.4 – Túmulos com estátuas**

Um túmulo com estatutária bastante imponente que podemos encontrar no cemitério é o de Manoel Carreira Bernardino (1894- 1967) e sua esposa Joaquina Carreira (1889-1990) estão sepultados (figuras 50 e 51). Ambos são imigrantes portugueses que se estabeleceram em Rolândia no ano de 1938. Em depoimento<sup>78</sup> concedido a Schwengber (2003), os filhos do casal, Lourdes e Adriano, mencionam que o pai era natural da região de Leiria<sup>79</sup>, Portugal, chegando ao Brasil na década de 1920. Inicialmente fixou moradia no município paulista de Presidente Venceslau, onde trabalhou vendendo madeira. De acordo com o relato dos filhos, o pai teve bastante dificuldade para crescer no interior paulista, mudando para Regente Feijó e Piquarubi antes de vir a residir no Norte do Paraná em 1936. Inicialmente, veio para Londrina com dois

---

<sup>78</sup> A entrevista foi realizada em 2001 e está disponível no livro de Schwengber, mais especificadamente no capítulo IX, quando fala dos pioneiros portugueses (Schwengber, 2003, p. 144-148).

<sup>79</sup> Localizado no oeste da faixa central de Portugal, sendo banhado pelo Oceano Atlântico, o município de Leiria possui uma área total de 565,09 km, como estimativa de 128,616 habitantes, de acordo com o censo português de 2021. Assim como Lisboa e Porto, Leiria também é uma cidade de grande valor histórico, onde as construções medievais se misturam com as modernas.

caminhões para trabalhar puxando madeira. Somente em 1938 é que veio morar na cidade de Rolândia. Em 1941, quando a situação econômica da família havia melhorado, Manoel comprou um ônibus (jardineira) e começou a trabalhar com transporte de pessoas na região (Schwengber, 2003, p. 144-148).

Outra forma de identificarmos a origem portuguesa da família seria pelo aspecto simbólico da sepultura. Localizado na quadra número 10, é todo feito de granito e possui como característica principal uma estátua de ferro fundida de Nossa Senhora de Fátima acompanhada dos três pastorzinhos: Lúcia, Francisco e Jacinta. O vínculo da família Carreira Bernardino com Nossa Senhora de Fátima parece bem claro. Passando por dificuldades econômicas devido à crise causada pela Primeira Guerra Mundial, a família decidiu imigrar para o Brasil alguns anos depois de Nossa Senhora ter feito suas aparições para os três jovens pastores na cidade de Fátima<sup>80</sup>, em Portugal. Lúcia, a criança mais velha na época (10 anos), tornou-se uma irmã Carmelita e dedicou toda a sua vida aos pedidos e apelos de Nossa Senhora. Ela faleceu em 2005, com 97 anos de idade.

Podemos dizer que as aparições de Nossa Senhora de Fátima comoveram a sociedade portuguesa da época como um todo, fato que levou a ser considerada como santa padroeira de Portugal pela Igreja Católica, assim como Nossa Senhora Aparecida é no Brasil. O vínculo da família com a santa pode ser explicado pelo fato de que eles podem ter presenciado e experimentado emocionalmente a comoção que suas aparições causaram na população portuguesa no final da década de 1910. Dessa maneira, a estátua de Nossa Senhora de Fátima no túmulo pode ir além de uma questão indenitária e de fé, mas também de gratidão por terem conseguido melhores condições de vida em sua jornada.

---

<sup>80</sup> Nossa Senhora teria aparecido para as três crianças em um campo de cova de detrai, no dia 13 de maio de 1917, em pleno auge da Primeira Guerra Mundial. Foram sete aparições que Nossa Senhora de Fátima fez às jovens crianças ao longo de 1917, na qual fazia alguns pedidos para que a humanidade trilhasse o caminho da bondade (Teixeira, 2022).

Figura 50 – Jazigo da família Manoel Carreira Bernardino



Fonte: Tessaro, D. L., 2022. 1 fot.: colorida; 1187 x 1439 px.

Figura 51 – Detalhe da estátua de Nossa Senhora de Fátima no jazigo da família Manoel Carreira Bernardino.



Fonte: Tessaro, D. L. 2022. 1 fot.: colorida; 1055 x 1351 px.

O túmulo da família Nahin Adas é outro que encontramos no Cemitério Municipal de Rolândia com a presença de estátuas de cunho religioso. De origem libanesa, a família teria chegado à cidade por volta do ano de 1939, um pouco antes do início da Segunda Guerra Mundial. Pelo menos é isso que Schwengber (2003, p. 171) demonstra na relação de pioneiros de diversas etnias que apresenta em seu livro. Contudo, em um documento sobre a compra de terras presente no Museu Municipal, averiguamos que Nahim Adas comprou um lote de terras na cidade no ano de 1934, logo quando os primeiros indivíduos começaram a estabelecer moradia na cidade. De acordo com a lista, Adas teria comprado cerca de 20 alqueires na Gleba Ribeirão Vermelho, no norte do município, próximo ao distrito de São Martinho. A área custou cerca de Cr\$ 9.000.000 (nove milhões de reis), Cr\$ 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil reis) por alqueire<sup>81</sup>.

Localizado na quadra de número 14 do cemitério, no túmulo estão sepultados todos os membros da família que faleceram até o ano de 2022. Adas (1907-1997) e sua esposa Maria Calil Melem Adas (1908-1983), bem como outros cinco membros da família estão sepultados no local. A sepultura é toda feita em granito com a estátua de ferro fundido de uma mulher que chora diante do túmulo, como se estivesse sofrendo com a perda de alguém importante. Assim como os demais túmulos com ornamentos escultóricos, este possui características arquitetônicas peculiares do pensamento positivista do século XIX. Dentre os aspectos predominantes do positivismo, estão a valorização do pensamento racional e dos elementos constitutivos de uma nação.

Dentro desse contexto de patriotismo, próprio do século XIX e início do XX, os mortos também passaram a ser pensados como parte significativa da sociedade ou nação. A influência desse pensamento pode ser percebida pelo estilo arquitetônico e pela devoção monumental ao morto em cemitérios desse período histórico, como no caso de alguns túmulos que encontramos em Rolândia. Essa devoção aos mortos pode ser notada por meio de representações escultóricas, bustos de bronze, fotografias, brasões de família e religiosos, e também pelos epitáfios (Silva; Rodrigues, 2019, p. 93).

---

<sup>81</sup> Documento em anexo

No caso da Família Nahin Adas (figuras 52 e 53), o elemento que mais remonta aos ideais positivistas é a escultura de ferro fundido da mulher que chora diante do túmulo lamentando a perda dos entes queridos. De acordo com Maria Elizia Borges (2002), esses elementos estão diretamente ligados às atitudes diante da morte que vigoravam nos séculos XIX e início do XX, quando os aspectos romântico e dramático se faziam presentes como uma forma de exaltar o morto e a dor da perda. No caso em específico isso é representado pela figura feminina que chora diante do túmulo (Borges, 2002, p. 125). Bastianello (2010) menciona que a representação escultórica das imagens femininas e masculinas são bastante diferentes entre si, mas que demonstram o papel ideal a ser desempenhado pela figura feminina e masculina na sociedade do início do século XX. De acordo com a autora, a imagem feminina é quase sempre representada em posição de sofrimento e desolação diante da morte. Mesmo lamentando a perda, a mulher sempre é representada de forma séria e formal, seguindo o padrão de mulher ideal, do lar e submissa ao marido (Bastianello, 2010, p. 54-56).

Figura 52 – Jazigo da Família Nahim Adas



Fonte: Tessaro, D. L., 2022. 1 fot.: colorida; 1125 x 1288 px.

Figura 53 – Detalhe da estátua feminina que chora em frente ao túmulo da Família Nahim Adas.



Fonte: Tessaro, D. L., 2022. 1 fot.: colorida; 867 x 573 px.

Em oposição, a figura masculina é quase sempre representada de forma heroica. Porém, essa heroicização da figura masculina pode ser mais encontrada em casos de homens que se destacaram de alguma fama perante a sociedade local. Essa representação escultórica é muito comum em túmulos de generais que se sobressaem em algum conflito, como no caso da Guerra do Paraguai (1865-1871). Esse seria o caso dos túmulos de Júlio de Castilhos (1860-1903) e do General Antônio de Souza Netto (1803-1866), que são amplamente visitados no cemitério da Santa Casa de Bagé, no Rio Grande do Sul. Os túmulos desses indivíduos possuem elementos escultóricos de grande imponência no cemitério, ambos representados com a figura do herói, característico da figura masculina do ideal positivista. A heroicização de suas imagens por meio da escultura de ferro acontece porque ambos os indivíduos tiveram expressiva participação na formação política do Estado. Júlio atuando

como político e governando o Estado por duas vezes e Antônio Souza Netto por sua participação na Revolução Farroupilha<sup>82</sup> (Bastianello, 2010, p. 54-62).

No cemitério de Rolândia não encontramos nenhuma figura imponente que foi homenageada com um túmulo nesse estilo arquitetônico. Porém, a maioria das sepulturas com estátuas de figura masculina acabam representando a imagem de Jesus Cristo, quase sempre de pé, voltado para frente ou um dos lados do sepulcro, como se estivesse guiando as pessoas falecidas para o Reino os Céus. Como se fosse um pastor cuidando de seu rebanho de ovelhas. Isso porque, em alguns casos, a figura de Jesus Cristo está acompanhada de um cajado com sua ponta curvada, idêntica à que é usadas por pastores. Esse é o caso do jazigo da família Benvenuto Gazzi (figura 54) e de outros que encontramos no cemitério.

---

<sup>82</sup> Também conhecida como Guerra do Farrapos, foi um movimento de cunho republicano que eclodiu no Rio Grande do Sul, no ano de 1835, com o intuito de tornar a região independente do Império Brasileiro. A República Rio-Grandense durou cerca de 10 anos, de 1835 a 1845, chegando ao fim com o Tratado de Poncho Verde que selou a derrota dos farroupilhas (Fuini, 2022).

Figura 54 – Jazigo da família Benvenuto Gazzi



Fonte: Tessaro, D. L., 2022. 1 fot.: colorida; 784 x 1082 px.

No jazigo da família estão sepultados três indivíduos, Benvenuto Gazzi (1898-1954), Luiza Volpato (1903-1976) e Paulo Angelo Gazzi (1941-2012). O túmulo é feito de granito preto com três elevações retangulares, onde em seu interior ficam aloçados os corpos dos indivíduos ali sepultados e que

servirão para colocar os corpos dos familiares que vierem a falecer futuramente. A lápide é do mesmo material, sendo construída em formato retangular, na qual podemos notar a intenção de representar um arco, que seria a porta de entrada para o Reino dos céus. Jesus empunhando um cajado em suas mãos seria aquele que estaria guiando os indivíduos da família Gazzì, seus cordeiros, para o Reino de Deus.

A maioria dos túmulos que encontramos no cemitério com a representação da figura masculina em sua estatuária são construídas dessa maneira. Todas elas representam Jesus Cristo como um homem sereno e calmo que guia seus cordeiros para o Reino dos Céus. Em algumas, ele aparece com a figura do cajado idêntico ao que era utilizados por pastores e em outras ele aparece de mãos estendidas. De todas as maneiras, ele pode ser visto como aquele capaz de servir como o guia para aqueles que faleceram e para os que ainda estão vivos.

Perto de outros cemitérios da região, o de Rolândia possui poucos túmulos com estátuas de ferro fundido. Como já mencionamos, isso pode ser explicado pela mudança cultural que temos com relação ao entendimento sobre a morte. Durante a pesquisa, não encontramos nenhum tipo de assinatura nessas sepulturas, seja de marmoraria ou específica de alguns artistas. Mas frisamos ao leitor que, em algum momento existiu, um saber especializado na região Norte do Paraná, visto que podemos encontrar estátuas bastante parecidas nos cemitérios da região, sobretudo no de Cambé.

De acordo com Gawryszewski (2011), a maioria dessas imagens são de fundição e feitas a partir de um molde padrão. Daí o elevado custo para sua produção. Em suma, são estátuas de cunho religioso como a tradicional Pietá, que segura Jesus morto em seu colo; Cristo carregando a cruz; a da mulher que chora em frente ao túmulo; de Santa, como o caso de Nossa Senhora de Fátima e outros (Gawryszewski, 2011, p. 85).

O principal intuito desse capítulo foi chamar a atenção para a necessidade de preservação dessas sepulturas, visto que muitas delas encontram-se em péssimo estado de conservação. É um trabalho complexo pois envolve questões de interesse familiar, sem mencionarmos as condições econômicas dos descendentes. Uma família com dificuldades econômicas não investirá, provavelmente, seu dinheiro na restauração de um túmulo. Nesse

sentido, o poder público e o trabalho de profissionais especializados como historiadores, arquitetos, engenheiros e restauradores para identificar as principais sepulturas e restaurá-las é de suma importância.

Como forma de facilitar a identificação, elaboramos um pequeno mapa com a localização de alguns túmulos que podem ser utilizados para pensarmos a história do município por meio dos objetos que ali estão presentes. Vejamos:

**Mapa 7 – Mapa com a localização das principais sepulturas do Cemitério Municipal Central de Rolândia**



Fonte: Prefeitura Municipal de Rolândia (Editado pelo Autor).

Como podemos observar, no mapa demarcamos a localização mais ou menos exata de cada túmulo que contém traços simbólicos, estéticos, arquitetônicos, religiosos, étnicos e culturais de relevância para pensarmos a história de Rolândia por meio desses objetos. É possível ver que esses túmulos estão localizados aproximadamente na área central do cemitério, mais próximas

os Cruzeiro e a Capela. Muitos deles são antigos e datam do início da década de 1950, sendo confeccionados nesse estilo até meados da década de 1980. Porém, isso não quer dizer que não existam túmulos de relevância histórica nas outras dez (10) quadras que inventariamos, nessas em que os túmulos são até mais antigos. Contudo, eles existem, mas em menor quantidade e muitas já passaram por reformas, ganhando contornos de modernidade. Essa conclusão só foi possível porque conseguimos captar muitos desses túmulos mais antigos em diferentes momentos ao longo desses três anos e meio.

Uma outra hipótese para que não existam mais sepulcros de relevância nessas quadras é devido à própria política de remoção de túmulos considerados abandonados. Como vimos, a lei que autoriza essa remoção está vigente desde o ano de 1994 e ganhou mais ênfase durante a última década, quando a falta de espaço no cemitério se transformou em um grave problema para a prefeitura. A quantidade de túmulos novos nessas quadras é grande e só comprova que foram as principais atingidas pelas políticas públicas. Não podemos calcular ou ter uma dimensão exata do estrago que ela causou ao longo desses anos em vigor, visto que iniciamos esse estudo há apenas três anos. Mas, de qualquer forma, ainda é possível preservarmos o que ainda há de mais relevante no cemitério.

Contudo, esse trabalho de preservação e restauração dos túmulos passa pela ideia que trabalhamos ao longo deste texto, mencionando que o cemitério é uma grande representação da cidade que o compõe e que, por meio dele, é possível estudarmos as identidades, a memória e os valores culturais da sociedade de uma região. Esse estudo só pode ser realizado se esse acervo for preservado em sua integridade, uma vez que são expressões do passado dos indivíduos e grupos de uma sociedade que chegam até nós. A preservação desses acervos encontra diversos empecilhos na atualidade, todos relacionados ao rápido crescimento urbano e à falta de espaços novos e adequados para novos sepultamentos. Todas essas questões esbarram em problemas administrativos e ambientais.

## 5. PROPOSTAS DE PRESERVAÇÃO

Ao longo do presente capítulo, apresentaremos algumas medidas legais que podem ser adotadas para a preservação do patrimônio histórico que temos no cemitério. O processo de tombamento de um bem cultural existe no Brasil desde a década de 1930 com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)<sup>83</sup>. Tentaremos demonstrar como o referido instrumento foi criado e as mudanças que passou ao longo do século, abarcando, de forma específica, a proteção dos cemitérios brasileiros. Veremos também como a Constituição Federal de 1988 (CF/88) fortaleceu esse entendimento sobre a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural. Ao final do capítulo, vamos apresentar outras maneiras para a preservação desse acervo, pensando em uma perspectiva da educação patrimonial.

### 5.1 - Criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Brasileiro

Para a compreensão da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Brasileiro (SPHAN), precisamos entender o contexto histórico do século XIX e início do XX. De acordo com Silva e Rodrigues (2019), no início do século XIX, com a formação dos estados nacionais, o conceito de patrimônio histórico passou por uma nova reformulação, abarcando ideias que dessem sustentabilidade a essas novas formas de organização do Estado. Assim, a formação política dos Estados passava pela formulação de mecanismos com o intuito de manter a tão almejada unidade territorial e nacional, criando símbolos que vinculassem as pessoas a uma única origem, com uma língua, cultura, história e memórias em comum. Foi nesse contexto histórico que o conceito de patrimônio passou a designar uma ideia de herança cultural em comum, com a capacidade de unir pessoas, criando laços de unidade e pontes para o futuro. Seria a ideia de herança coletiva de uma nação, povo ou cultura (Silva; Rodrigues, 2019, p. 96).

---

<sup>83</sup> Atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

No Brasil, as primeiras tentativas de preservação do patrimônio histórico podem ser notadas já no Segundo Reinado, com Dom Pedro II, que instituiu políticas que visavam a criação de um sentimento de identidade nacional com o intuito de manter a unidade territorial. Contudo, foi somente a partir da Primeira República (1889-1930) que essas políticas foram levadas a cabo, ganhando uma maior ênfase na década de 1930. Estado e intelectuais foram os responsáveis pelo desenvolvimento de propostas que unissem ainda mais a nação, recorrendo aos aspectos da cultura popular marcante na época, com o rádio, futebol e o samba (Silva; Carvalho, 2016, p. 249).

Esse processo de incorporação dos valores culturais populares como parte integrante dos símbolos nacionais foi uma estratégia adotada durante o Governo de Getúlio Vargas, sobretudo após a instituição do Estado Novo em 1937, com o intuito de garantir a unidade nacional. Essa estratégia está diretamente ligada ao projeto educativo proposto por Vargas, pois o Estado, com ajuda dos intelectuais da época, apresenta-se como o único interlocutor possível para falar com e pela sociedade. Para isso, diversos mecanismos de educação foram criados para promover e incentivar a educação dos considerados bons hábitos, sendo o rádio e o cinema os principais meios que o Estado dispunha para garantir essa educação (Silva; Carvalho, 2016, p. 250-251).

A necessidade de educação do povo para garantir a unidade nacional passava pela criação de um sentimento de pertencimento, diretamente ligado à preservação de bens patrimoniais supostamente comuns a toda população brasileira. Assim, em 1937, juntamente com a instituição do Estado Novo, o governo promulgou o Decreto nº 25 de 30 de novembro, responsável pela criação do SPHAN, lançando as bases para o conceito de patrimônio defendido pelo governo até então instituído (Silva; Rodrigues, 2019, p. 96).

Nos primeiros anos de atuação, o SPHAN restringiu a definição de patrimônio ao valor da excepcionalidade. Somente o que tinha valor excepcional era privilegiado pelo órgão. De acordo com Silva e Rodrigues (2019), nesse período, a entidade dava atenção apenas para os monumentos e construções do passado colonial, pois considerava que o estilo Barroco era o elemento estruturante da nação (Silva; Rodrigues, 2019, p. 96). Segundo Lesser (2001), essa noção de que a arte barroca era componente importante da identidade nacional estava diretamente ligada às ideias eugenistas do início do século XX

e à política de embranquecimento da nação brasileira. Ou seja, tudo que era considerado europeu era privilegiado pelos governantes e pela elite intelectual brasileira (Lesser, 2001, p. 177-250).

Foi somente com a criação do Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas (PHC) em 1973, e do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) em 1975, que esse cenário de valorização do passado colonial e da herança deixada pelos europeus começou a ser alterada. Ambos os órgãos acabaram ampliando o nível de atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Brasileiro (IPHAN), adotando um conceito antropológico de cultura, mais abrangente e inclusivo. No final na década de 1970, ainda tínhamos a criação da Fundação Pró Memória, responsável pela unificação do IPHAN, PCN e CNRC em uma só entidade. A ideia era enfrentar os desafios relacionados à implementação de uma política de preservação forte e capaz de atingir os anseios sociais (Silva; Rodrigues, 2019, p. 98).

A década de 1970 foi ainda mais marcante do que o imaginado, principalmente no que se refere aos cemitérios. Em 1970, tivemos um encontro entre governadores, secretários, prefeitos e presidentes de entidades culturais para estabelecerem parâmetros adequados para proteção do acervo cultural brasileiro. Foi nesse encontro, que ficou conhecido como Compromisso de Brasília, que pela primeira vez os cemitérios passaram a ser pensados como patrimônio histórico do ponto de vista jurídico, sendo parte do acervo patrimonial que também deveria ser preservado (Silva; Rodrigues, 2019, p. 99). O item 19, devidamente pactuado pelas autoridades no Compromisso de Brasília, demonstra sua preocupação com os cemitérios de grande valor histórico e cultural para a nação. A partir de 1970, ficou estabelecido que: "Item 19 - Urge legislação defensiva dos antigos cemitérios e especialmente túmulos históricos, artísticos e monumentos funerários" (COMPROMISSO DE BRASÍLIA, 1970, p. 456).

O Compromisso de Brasília acabou reafirmando o dever dos governos estaduais e municipais para com a preservação do patrimônio histórico e cultural regional, estabelecendo bases para a criação de uma legislação específica para a defesa dos cemitérios brasileiros. Devemos mencionar que a Constituição Federal de 1988 reforçou o papel dos entes da Federação, principalmente no caso dos municípios, na proteção do patrimônio histórico e cultural sob sua

administração. Porém, antes de entrarmos no papel a ser desempenhado pelas autoridades estaduais e municipais, precisamos entender o conceito de meio ambiente trazido pela CF/88.

## **5.2 – Conceito de Meio Ambiente Cultural na Constituição Federal de 1988**

O artigo 225, referente à proteção do meio ambiente, foi elaborado em um contexto de ampla discussão internacional sobre os efeitos causados pela segunda revolução agrícola, iniciada no final do século XIX e impulsionada no final da Segunda Guerra Mundial. A tecnologia desenvolvida durante a guerra começou a ser utilizada para aumentar a produção de alimentos no campo por meio da mecanização e a quimificação, que envolvia a utilização de adubos, agrotóxicos e herbicidas (Mazoyer; Roydart, 2008, p. 419-421).

No caso brasileiro, a modernização do campo foi impulsionada pela Ditadura Militar (1964-1985), durante a década de 1960. Essa modernização, conhecida conceitualmente como "Revolução Verde", foi responsável pela expansão desenfreada da fronteira agrícola brasileira, colocando o país no centro do debate ambiental internacional (Lanfredi, 2002, p. 69-70).

Para Sidney Guerra (2011), foi a crise ecológica<sup>84</sup> que o planeta passou a enfrentar na segunda metade do século XX a responsável por essa mudança de paradigma, levando os países a elaborarem políticas de preservação e proteção do meio ambiente<sup>85</sup> (Guerra, 2011, p. 62).

---

<sup>84</sup> Os desastres ecológicos provocados pelos navios petroleiros também desencadearam uma reação internacional em prol da defesa do meio ambiente, defendendo-o para as futuras gerações. O Torrey-Canyon em 1967, o Amoco-Cadiz em 1978 e o do Exxon Valdez em 1985 são exemplos de petroleiros que naufragaram e causaram diversos problemas ambientais, reforçando a necessidade de implementação de políticas ambientais relacionadas ao princípio do poluidor-pagador, responsabilizando as empresas que causassem danos ao meio ambiente (Lanfredi, 2002, p. 69).

<sup>85</sup> A Conferência de Estocolmo, realizada em junho de 1972, é um marco na questão ambiental mundialmente. Ela foi organizada pela ONU com o intuito de debater as questões climáticas do planeta. A conferência foi realizada devido à rápida evolução científica que apresentou os limites do crescimento econômico mundial frente à incapacidade dos países de atender a essas demandas econômicas sem prejudicar a vida e seu equilíbrio natural (Tendolini; Gonzaga, 2012, p. 69). Durante essa reunião das Nações Unidas, foi levado ao debate uma seríssima preocupação com a biosfera, o que resultou na declaração sobre o meio ambiente, baseado em 26 princípios. O princípio fundamental levantado nessa conferência foi a de possibilitar uma vida digna e adequada ao meio ambiente, melhorando-o para as gerações futuras (Lanfredi, 2002, p. 68-71).

No Brasil, a questão ambiental ganhou enfoque durante a década de 1980, podendo ser compreendida em três momentos. O primeiro marco regulatório ambiental seria a instituição da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) em 1981, por meio da Lei nº 6.938/81 (Guerra, 2011, p. 63). Ela foi fundamental para a instituição de uma política ambiental atuante em um momento de crise ocasionada pela expansão da fronteira agrícola em direção ao Pantanal e à Amazônia (Warnken, 1999, p. 8). O segundo marco seria a regulamentação da ação civil pública<sup>86</sup> prevista na Política Nacional do Meio Ambiente, tornado um considerável instrumento no combate ao desmatamento e na defesa dos interesses coletivos relacionados ao meio ambiente. O terceiro marco seria com a promulgação da CF/88, que dedicou um capítulo todo à questão ambiental (Guerra, 2011, p. 63-64).

A PNMA não serviu apenas de base para as outras políticas ambientais que se seguiram, sendo responsável por preencher um vazio conceitual existente até então. Por mais que a questão ambiental estivesse sempre sendo discutida ao longo da história do Brasil<sup>87</sup>, a lei que criou a PNMA foi o que trouxe uma definição jurídica sobre o tema:

**Art 2º**- A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo [...]

A lei traz o conceito de meio ambiente no artigo 3º, inciso I:

**Art 3º** - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas [...]

---

<sup>86</sup> Lei nº 7.347 de 24 de julho de 1985.

<sup>87</sup> As Ordenações Filipinas e as legislações do Brasil Império são um exemplo da discussão ambiental ao longo da história do Brasil (Paula, 2009, p. 25).

Segundo Lanfredi (2002), a partir desse momento, temos o desenvolvimento de um conceito de meio ambiente mais amplo, abarcando três noções. A primeira diz a respeito ao meio ambiente enquanto paisagem, incluindo questões de natureza biológica e cultural. A segunda é referente ao ambiente enquanto objeto normativo, dispendo sobre suas questões físico-químicas como água, ar, solo e etc. A última fala sobre o meio ambiente enquanto disciplina urbanística (Lanfredi, 2002, p. 68). Assim, adotou-se um conceito que enquadrasse esses aspectos. De acordo com Lanfredi (2002):

[...] O conceito de meio ambiente há de ser, pois, globalizante, abrangente de toda a natureza original e artificial, bem como os bens culturais correlatos, compreendendo, portanto, o solo, a água, o ar, a flora, as belezas naturais, o patrimônio histórico, artístico, turístico, paisagístico e arqueológico, concluindo o mestre por conceituar, de maneira significativa, que "o meio ambiente é, assim, a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas" (Lanfredi, 2002, p. 68-69).

Durante o processo constituinte de 1988, vários grupos, ONG e instituições públicas levaram ao debate a questão ambiental brasileira. Com isso, ao final do processo de redemocratização, a nova Carta Constitucional ganhou um artigo totalmente dedicado à causa, estabelecendo princípios que fazem do Brasil o país mais avançado e influente na questão ambiental, pelo menos no ponto de vista legislativo.

O artigo 225 da CF/88<sup>88</sup> possui sete incisos e sete parágrafos, todos dedicados ao compromisso do Estado com a questão ambiental. Ele define o meio ambiente como um direito subjetivo público, ao qual todos têm acesso, devendo usá-lo de maneira adequada e consciente. O Poder Público deve garantir a qualidade de acesso para a população. Assim, cabe ao Estado preservar, restaurar, definir locais de preservação e promover a educação das próximas gerações.

De acordo com Jônatas Luiz Moreira de Paula (2009), o artigo 225 delimita quatro dimensões de meio ambiente que devem ser protegidos por nós

---

<sup>88</sup> A íntegra do artigo está nos anexos.

e pelo Poder Público. São eles: O meio ambiente Natural<sup>89</sup>; meio ambiente Artificial<sup>90</sup>; meio ambiente Cultural; e meio ambiente do Trabalho<sup>91</sup>. O meio ambiente Cultural, uma das dimensões tuteladas pela Constituição, diz a respeito aos bens de natureza material e imaterial que fazem referência à história, à memória e à identidade dos mais variados grupos que compõem nossa sociedade (Paula, 2009, p. 51).

Acrescentando a essa definição de meio ambiente cultural exposta pelo artigo 225 da CF/88, a Carta Magna também reestabelece o conceito de patrimônio histórico colocado pelo artigo 1º da Lei nº 25 de 1937, já devidamente mencionada. Ele está descrito no artigo 216, que versa sobre o patrimônio cultural brasileiro. Vejamos:

**Art. 216.** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I – as formas de expressão;
- II – os modos de criar, fazer e viver;
- III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

**§ 1º** O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

**§ 2º** Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

**§ 3º** A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

---

<sup>89</sup> Diz a respeito à própria natureza, compreendendo o ambiente natural e físico constituído pela água, ar, terra, fauna e flora. É também denominado de ecológico e estão descritos no § 1º, incisos I e IV do artigo 225 (Paula, 2009, p. 49-50).

<sup>90</sup> Compreende o espaço urbano das cidades. O cemitério enquanto uma construção humana está dentro dessa dimensão, e as leis, diretrizes e normas que visam sua preservação partem da análise dos elementos contidos nessa dimensão. Nela, estão o Estatuto da Cidade e compreensão da Urbis, e também as suas políticas de desenvolvimento urbano, que estão descritas nos artigos 182 e 21, inciso XX da Constituição Federal (Paula, 2009, p. 50).

<sup>91</sup> Diz respeito às prevenções relativas ao mercado de trabalho, tendo como principal objetivo a proteção à integridade dos trabalhadores. Essa proteção está contida nos artigos 7 e 200, inciso III da Constituição Federal (Paula, 2009, p. 52).

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Pelos incisos e parágrafos do artigo, vemos que a CF/88 não especifica os bens que podem ser considerados como patrimônio histórico nacional. Dessa forma, elementos de natureza material e imaterial que remetem aos diferentes grupos sociais, seus costumes, identidades, práticas culturais, religiosas, entre outros, são protegidos pela Constituição (Fiorillo, 2007, p. 474).

Assim, seguindo o entendimento da legislação pátria, devemos considerar o cemitério como um patrimônio histórico e cultural que necessita de proteção. Por que protegê-lo e preservá-lo? Por que ele é tão relevante para a sociedade? Alguns fatores podem indicar a relevância de um cemitério para a sociedade. O primeiro refere-se ao seu valor arqueológico, pois os túmulos enquanto produção humana apresentam indícios materiais que podem ser usados para compreender a sociedade e seus elementos culturais e religiosos. Nesse rol temos os elementos arquitetônicos, estatutários, adereços religiosos e outros, que são usados para reconhecer padrões e gostos de uma época, interpretando as visões sobre a vida e a morte que estão contidas nos simbolismos dos túmulos. Em segundo lugar, temos as questões de cunho etnográfico, pois podemos utilizar o cemitério para averiguar as diferentes identidades étnicas que fizeram parte da história de uma cidade. Isso pode ser feito a partir da análise dos sepulcros, com auxílio do livro de inumação do cemitério.

Em terceiro, temos o valor biográfico, onde conseguimos estudar a história das pessoas que ali estão sepultadas, seja por sua importância política, profissional, artística, cultural e religiosa, como o caso do casal Stern, que analisamos no capítulo três. Por último, pelo seu valor artístico, visto que muitos sepulcros possuíam modos específicos de confecção que só podiam ser obra de especialistas. Isso é mais evidente nos jazigos de família e mausoléus, onde temos a presença de estátuas feitas de bronze, ferro, concreto armado e gesso.

Tais fatores demonstram a importância do cemitério para a sociedade, principalmente devido às suas características históricas, identitárias, arquitetônicas, artísticas e religiosas. Assim, Fiorillo (2007) menciona que, para

que um bem seja reconhecido com um patrimônio histórico passível de proteção, necessitamos da comprovação do nexo vinculante entre identidade, ação e memória. Tal nexo atesta a importância do bem e da necessidade de sua preservação (Fiorillo, 2007, p. 475).

Um cemitério, como já discutido, é a representação da cidade, onde encontramos diversos aspectos identitárias, culturais e religiosos que narram a história das pessoas que ali viveram. O caso de Rolândia, por estar sofrendo danos irreparáveis devido à política de remoção de sepulcros, preenche todos esses requisitos apontados por Fiorillo (2007), necessitando de meios para a preservação de seu acervo.

A CF/88 estabelece que é dever dos estados e municípios zelarem e protegerem o patrimônio histórico e cultural sob sua administração. Isso fica evidenciado no artigo 215, que fala sobre cultura:

**Art. 215.** O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

**§ 1º** O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

**§ 2º** A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

**§ 3º** A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:  
(Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

**I** - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;

**II** - produção, promoção e difusão de bens culturais;

**III** - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;

**IV** - democratização do acesso aos bens de cultura;

**V** - valorização da diversidade étnica e regional.

O artigo estabelece que é poder da Federação criar meios para a preservação de nosso acervo cultural, garantindo que todos possam ter acesso a esse tipo de conhecimento. Porém, dentro dessa esfera de poder, devemos deixar claro que ela não segue necessariamente uma ordem hierárquica a ser respeitada (União; Estados; Municípios). O artigo 216A da CF/88 é um ponto

chave nesse sentido. No que tange às competências, ele determina o papel e os deveres de cada ente da Federação na proteção do patrimônio cultural. Vejamos elementos de nosso interesse descritos no artigo:

**Art. 216-A.** O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012).

[...]

**§ 2º** Constitui a estrutura do Sistema Nacional de Cultura, nas respectivas esferas da Federação:

- I - órgãos gestores da cultura;
- II - conselhos de política cultural;
- III - conferências de cultura;
- IV - comissões inter-gestores;
- V - planos de cultura;
- VI - sistemas de financiamento à cultura;
- VII - sistemas de informações e indicadores culturais;
- VIII - programas de formação na área da cultura;
- IX - sistemas setoriais de cultura.

**§ 3º** Lei federal disporá sobre a regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, bem como de sua articulação com os demais sistemas nacionais ou políticas setoriais de governo.

**§ 4º** Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias.

O artigo define que a competência para legislar sobre o patrimônio cultural deve se dar em regime de contribuição, de forma descentralizada e participativa. Porém, estipula que Estados e Municípios terão autonomia para criar e organizar leis de incentivo à proteção do patrimônio cultural local, sempre seguindo o que a União determina no Sistema Nacional de Cultura. A CF/88 reafirma uma determinação que remonta ao início do período republicano, estipulando que a administração dos cemitérios públicos é de competência dos municípios. Assim, é dever do Governo Municipal criar leis e por em prática mecanismos necessários para a correta destinação dos defuntos da cidade, seguindo parâmetros do CONAMA.

Tomemos como caso nossa situação problema. A administração do Município de Rolândia enfrentou grandes dificuldades para a construção de um novo cemitério durante a última década. Foi um processo lento e complexo, que esbarrou na localização do lote adquirido para a obra. O terreno era próximo de um córrego e, portanto, inadequado para a instalação de um espaço cemiterial seguindo os parâmetros da legislação ambiental de destinação de corpos mortos. O início das obras do novo cemitério passava pela necessidade de um estudo técnico adequado da área, capaz de comprovar que os resíduos e fluidos emitidos pelos corpos em decomposição não fossem impactar na qualidade da água que passava pelo córrego.

A demora na liberação do terreno para início das obras e para o licenciamento ambiental fez com que administração municipal tomasse providências em caráter de urgência, baseada no artigo 19º da Lei nº 870/01, para enfrentar o problema da falta de espaços. Tais medidas foram nocivas para o patrimônio histórico e cultural existente no Cemitério Municipal Central. Túmulos considerados abandonados eram removidos para suprir a demanda por espaços. A "solução" transformou-se em um novo problema, relacionado com a destruição do patrimônio histórico existente no cemitério.

### **5.3 – Processo de Tombamento e as alternativas Educacionais**

O processo de tombamento de um patrimônio não é algo que começou a ser realizado somente após a CF/88. É o que menciona Castro (2008) quando descreve alguns cemitérios tombados pelo poder público. Segundo a autora, no Brasil, alguns cemitérios foram tombados antes mesmo da criação do SPHAN em 1937. Um deles é o cemitério da Igreja de São Francisco da Penitência no Rio de Janeiro, um dos poucos cemitérios tombados que representam um modelo medieval de compreensão da morte descrito por Ariés em suas obras. Outro cemitério tombado durante a década de 1930 foi o cemitério do Batalhão do Jenipapo<sup>92</sup>, em Campo Maior, no Piauí (Branco, 2017, p. 48).

---

<sup>92</sup> Foi tombado no dia 30 de novembro de 1938 pelo processo nº 185T, com inscrição nº232, tornando-se patrimônio nacional (Branco, 2017, p. 48).

No entanto, o tombamento de cemitérios nunca foi uma prática recorrente do IPHAN até a CF/88. Após isso, impulsionado por profissionais da área de História e da História da Arte, que tinham como objeto de estudo os cemitérios, estes passaram a ser reconhecidos como patrimônio nacional. Quais argumentos para considerarmos os túmulos do cemitério como bens passíveis de preservação?

Em suma, o tombamento é um processo administrativo à cargo das autoridades competentes e demais envolvidos, com o objetivo de impedir, por vias legais, que determinado patrimônio histórico seja desconfigurado ou destruído pela ação e omissão, tanto de ordem natural quanto promovido pelo homem (Silva; Rodrigues, 2019, p. 100-101). Nesse sentido, o objetivo principal do processo de tombamento é o de preservar a história, e a identidade de determinado grupo social, para que se lembre de sua história.

Para Cínthia Nigro (2003), o tombo é uma ação de extrema importância na iminência de destruição de algum bem cultural de referência história para determinada comunidade. O objetivo da ação é impedir a violação e o desaparecimento de certas referências culturais. De acordo com a autora, a ação de tombo se constitui por meio de duas diretrizes: a primeira é a normativa, referindo-se às questões jurídico-administrativas e às leis específicas para a proteção de determinado patrimônio. A segunda diz a respeito ao valor simbólico atribuído ao bem que será protegido (Silva; Rodrigues, 2019, p. 100-101).

Quais fatores são necessários para tomar um cemitério? Chagas (2007) menciona dois pontos essenciais para que a preservação de determinado bem seja efetiva. O primeiro, segundo ele, diz respeito ao perigo de destruição que determinado bem está sofrendo. No caso de Rolândia, verificamos isso nas atitudes tomadas pela administração frente ao problema da falta de espaço para novos sepultamentos. Porém, o risco de destruição basta para ação de tombo?

Para Chagas (2007), é necessário ir além desse fator, analisando os valores históricos e culturais que justifiquem a preservação. A relevância histórica, os valores estético, religioso, cultural, político e econômico estão entre os aspectos a serem considerados para a preservação de um bem. Ou seja, o bem, no caso o cemitério, precisa ir além da funcionalidade para a qual foi construído, devendo representar algo importante para a comunidade (Chagas, 2007, p. 210-211). Esse é o caso dos monumentos funerários, uma vez que eles

vão além da funcionalidade de alocar um defunto, pois possuem fontes materiais de grande valor e com informações sobre a sociedade no qual está inserido.

O segundo elemento apontado pelo autor é referente ao valor imaginado do bem. O que ele representa para determinado grupo de pessoas, seu valor histórico e cultural, uma espécie de conhecimento capaz de ser comunicado de geração a geração. Por isso, existe a necessidade de resguardar e preservar o patrimônio para que os indivíduos tenham acesso ao conhecimento que está ali em sua materialidade e imaterialidade. Porém, conforme mencionado pelo autor, a preservação exige alguns requisitos básicos como a necessidade de uma equipe especializada na restauração como museólogos, historiadores, arquivistas, engenheiros, arquitetos e especialistas em arte (Chagas, 2007, p. 211-212).

O conceito de tombamento adotado no Brasil está descrito no artigo 1º, § 1º do Decreto Lei nº 25 de 1937. De acordo com o decreto, tomba significa inscrever no livro do tomo, com o objetivo de preservar e proteger determinado bem cultural sob custódia do Estado e suas repartições:

**Art. 1º** Constituem o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

**§ 1º** Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

O próprio decreto estabelece que o Serviço de Patrimônio Histórico Nacional terá quatro livros de tomo, sendo eles o arqueológico e etnográfico, o histórico, o de belas artes e o das artes aplicadas. Isso está estabelecido no artigo 4º do decreto:

**Art. 4º** O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:

1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º.

2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;

3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;

4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluam na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 1º Cada um dos Livros do Tombo poderá ter vários volumes.

§ 2º Os bens, que se incluem nas categorias enumeradas nas alíneas 1, 2, 3 e 4 do presente artigo, serão definidos e especificados no regulamento que for expedido para execução da presente lei.

A Constituição de 1988 também traz uma referência ao colocado no decreto de 1937 que organizou a proteção ao patrimônio histórico nacional. Essa semelhança pode ser percebida no artigo 216, inciso V da Constituição Federal. Vejamos:

**Art. 216.** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

[...]

**V** – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Como podemos ver, a Constituição somente veio a solidificar o que na década de 1930 começou a ser regulamentado. O que vemos nesses documentos é que tudo que possua um valor estimado para a história de uma população ou grupo social deve ser preservado, com determinação legal e protegido pelas diversas entidades públicas, sobretudo pela União. Mas, para entendermos como funciona o processo de tombamento de um bem, precisamos compreender a natureza jurídica desse instrumento de proteção patrimonial.

Para Fiorillo (2007), o tombo é um instrumento utilizado para tutelar o patrimônio cultural que está se deteriorando pela ação do tempo, ou corre riscos

de ser destruído pelas próprias mãos do homem. O autor menciona que a ação de tombamento pode ocorrer de três maneiras: pela via Legislativa, Executiva ou Judiciária. Na Legislativa, o tombamento é realizado por meio de uma lei, na qual o legislador define o patrimônio que será protegido (Fiorillo, 2007, p. 479). Marcos Paulo de Souza Miranda (2022) argumenta que a via Legislativa pode ser a melhor alternativa em caso de inércia dos órgãos administrativos em dar início ao processo de tombamento de um bem que está prestes a ser destruído.

A via Executiva é um ato administrativo na qual se exige diversos atos preparatórios para que, ao final, ocorra inscrição do bem no livro do tombamento. O processo administrativo do tombamento possui cinco fases como qualquer outro. São elas: a fase de instauração; instrução; defesa; relatório e julgamento. Como a ação de tombamento refere-se à intervenção federativa em propriedade privada, é garantido o direito de ampla defesa do proprietário em caso de discordância de tombamento do bem de sua propriedade. Caso seja decretado o tombamento do bem, o IPHAN emite uma certidão de tombamento ao proprietário e passa a finalizá-lo (Fiorillo, 2007, p. 480).

A terceira e última é referente à via Jurisdicional, na qual o tombamento pode ser iniciado por meio de uma ação coletiva<sup>93</sup> por parte da população, onde exige-se a preservação de determinado bem cultural que corre risco de ser destruído. Por essa razão, a ação coletiva pode ser de natureza mandamental. Contudo, pela via judicial, só haverá a inscrição do bem no livro do tombamento se na ação houver um pedido de registro do bem; sem ele, só existirá proteção ao bem pelo respeito à coisa julgada (Fiorillo, 2007, p. 481).

Algo que precisamos ter em mente é que, em todas as vias, é necessário que o bem seja validado como algo relevante para a comunidade; sem isso, dificilmente ele será tombado. Pensando no caso dos cemitérios, isso pode ser complicado sob alguns aspectos. Apesar de ser um espaço onde os familiares que já faleceram estão sepultados, muitas pessoas ainda nutrem uma visão receosa com relação a esses ambientes. Várias delas não veem o cemitério como um local onde histórias e conhecimentos artísticos e arquitetônicos se entrelaçam em meio à grande quantidade de túmulos.

---

<sup>93</sup> A ação popular está prevista no artigo 5º, inciso LXXII, da CF/88, que dispõe que qualquer cidadão é parte legítima para propor uma ação que vise anular ato lesivo ao patrimônio público, seja ele natural ou cultural. Nesses casos, o autor fica isento das custas processuais.

Nesse sentido, um trabalho de educação patrimonial seria de suma importância para que as pessoas tomem consciência do valor histórico e cultural contido no cemitério. A partir da educação patrimonial, o cemitério pode se transformar em fonte de turismo e de preservação pelo poder público. Compreende-se que ela é fundamental para a preservação de valores culturais materiais e imateriais, uma vez que pode ser objeto de transformação, seja em âmbito legislativo a fim de preservar os aspectos materiais do cemitério, seja pela questão turística, pois é por meio da educação que valores imateriais podem ser comunicados às gerações futuras.

Para Maria de Lurdes Horta (1999), a educação patrimonial é um "trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo" (Horta, 1999, p. 6). Esse instrumento de alfabetização, segundo a autora, é capaz de reconstituir o conhecimento por meio da apropriação de valores e seus significados (símbolos), ativando a memória social de cada indivíduo, recuperando conexões e tramas perdidos no passado. A ideia geral é fazer com que as pessoas se identifiquem com sua herança cultural, revalorizando-a e promovendo meios de preservação. Nas palavras da autora:

Conhecimento crítico e apropriação consciente dos indivíduos pelo seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como fortalecimento de sentimentos de identidade e cidadania (Horta, 1999, p. 6).

Para Ismério (2017), essa educação não deve ficar restrita à academia, mas antes atingir toda a população. Para que essa finalidade seja cumprida, a educação patrimonial deve ser desenvolvida com o acompanhamento dos órgãos públicos e privados diretamente envolvidos com a cultura, o turismo e a educação (Ismério, 2017, p. 105). Seu trabalho desenvolvido no cemitério de Bagé, no Rio Grande do Sul, é um exemplo de sucesso. O Sarau Noturno, realizado em 2008, teve o objetivo de contar a história local e o valor simbólico do cemitério. As pessoas que estiveram presentes no evento foram convidadas a ver o acervo escultórico do cemitério de uma outra maneira, fazendo com que compreendessem os túmulos como

vestígios do passado, e que registram a história da cidade. As pessoas também tiveram a oportunidade de conhecer a história da cidade por meio das sepulturas que estão no cemitério. O trabalho realizado em Bagé foi algo de elogios em diversos jornais regionais, visto que foi capaz de fazer com que as pessoas que compareceram ao evento mudassem a visão que tinham sobre o cemitério (Ismério, 2017, p. 106).

Em 2011, foi realizado o Sarau Noturno Teen, que contou com a participação de alunos do projeto de Educação e Cidadania de Bagé, desenvolvido em parceria com uma escola estadual da cidade. Os alunos de doze e treze anos passaram a conhecer a importância do local e tornaram-se potenciais multiplicadores desse conhecimento (Ismério, 2017, p. 109).

Marcelina das Graças de Almeida (2015) é outra pesquisadora que realiza um interessante trabalho de educação patrimonial. Atualmente, ela media as visitas guiadas no Cemitério Nosso Senhor do Bomfim (inaugurado em 1897), em Belo Horizonte, Minas Gerais. Esse trabalho de visitação ao cemitério oitocentista começou em 2010, com um projeto que fazia parte do currículo das disciplinas do curso de História<sup>94</sup> da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG).

O projeto tinha o objetivo de desenvolver uma investigação acadêmica sobre o acervo material do cemitério, e de promover uma educação patrimonial sobre o espaço (Almeida, 2015, p. 4). Desde 2012, as visitas começaram a ser ofertadas para toda a população de Belo Horizonte, com o intuito de conscientizar a população sobre o patrimônio cultural existente no cemitério (Almeida, 2015, p. 5). Juntamente às visitas guiadas, Almeida comanda um treinamento especializado para os funcionários do cemitério. A ideia do treinamento é capacitar os funcionários para preservar e restaurar os monumentos funerários<sup>95</sup>.

Por meio disso, é possível fazer com que os indivíduos se identifiquem com a história presente no cemitério municipal e, assim, evitar que esse

---

<sup>94</sup> As disciplinas eram "Espaços Museográficos" e "Fatores Filosóficos e Culturais I" (Almeida, 2015, p. 4).

<sup>95</sup> Borges (2016) menciona que, no Brasil, existem poucos cursos de restauração e preservação, o que demonstraria a pouca importância dada à preservação de monumentos funerários no país. O processo de inventário, preservação e restauração ainda apresenta muitas dificuldades para ser realizado, ainda mais complicado nos cemitérios públicos. Isso acontece porque ainda não existem normas concretas para a restauração e a preservação no IPHAN (Borges, 2016, p. 3-6).

patrimônio seja aos poucos destruído. Nesse sentido, o turismo é fator essencial na conservação da cultura material presente nos cemitérios, uma vez que pode sensibilizar as autoridades públicas competentes (Queiroz, 2007, p. 6). Essa espécie de turismo cultural está ligada à necessidade que os indivíduos têm de satisfazer seus desejos de informação e de experiências culturais. Nas palavras de Richards e Bonink (1995, p. 56), o turismo cultural seria o "movimento de pessoas até as atrações culturais fora do seu local habitual, com o objetivo de ganhar informação, experiências e satisfazer suas necessidades culturais".

Dessa forma, pensando o cemitério como um patrimônio histórico, ele também pode ser utilizado como um local para realização do turismo cultural<sup>96</sup>, visto que a arte tumular, a iconografia, a arquitetura e a história são elementos de grande valor cultural que, por meio de ações educativas e patrimoniais, podem atrair o interesse das pessoas. Em outras palavras, esse turismo envolve arte, cultura, história e memória, "Uma espécie de troca simbólica em um cenário multidisciplinar" (Tavares et. al., 2015, p. 200-201).

Assim, pensamos que práticas educativas voltadas para a população de Rolândia podem contribuir para a preservação do patrimônio histórico que está se perdendo no Cemitério Municipal Central. Essas ações podem acontecer por meio de visitas guiadas, passando por sepulturas de grande valor arquitetônico, histórico, cultural, simbólico e religioso, que são capazes de fazer com que a população reflita sobre a história do município, e criem um vínculo com sua origem. Os túmulos que apresentamos ao longo desta pesquisa são alguns casos que podemos utilizar para esse trabalho de educação patrimonial.

Muitos túmulos já se perderam, mas com um trabalho sério voltado para a educação da população, argumentando sobre a importância cultural desse acervo, podemos preservar os que ainda estão lá. Ademais, esse trabalho pode contribuir para que a preservação ocorra pela via jurídica, tombando os túmulos de grande relevância para história do município. Juntamente a isso, um trabalho para a preservação e a restauração do acervo deve ser feito, principalmente para conservar sepulcros em estado de abandono, visto que em

---

<sup>96</sup> De acordo com Osman e Ribeiro (2007), o cemitério já é um espaço consolidado como ponto turístico em diversos países, sendo considerado um lugar de paz e tranquilidade onde é possível apreciar a arquitetura das sepulturas e visitar túmulos de personalidades históricas e de celebridades.

caso de tombo, passariam para os cuidados do município. Assim, seria necessário um projeto pra contratação de profissionais como museólogos, historiadores, arquivistas, educadores, engenheiros, arquitetos e assessores de apoio, especialistas em preservação e restauro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação, tentamos demonstrar que o cemitério é muito mais que um local onde depositamos, de forma segura, os corpos de nossos entes queridos. É muito mais que um espaço que visa garantir nossa saúde, mantendo o equilíbrio ambiental frente aos odores que são exalados pelos corpos em putrefação. Vimos que, além disso, eles são um grande museu a “céu aberto”, onde encontramos diversas histórias que podem ser percebidas de várias maneiras, seja pelo estilo arquitetônico, pelos símbolos de cunho religioso, palavras de aconchego e carinho, assim como outros elementos que estão presentes nos túmulos.

Assim, tentamos demonstrar como o cemitério, enquanto “cidade dos mortos”, pode ser utilizado como fonte para compreendermos aspectos da formação cultural da cidade e de sua história. Esse é o caso de Rolândia, cidade do norte do Paraná, que foi fundada a partir da iniciativa da CTNP em parceria com a Sociedade Alemã de Estudos Econômicos do Além Mar. Por meio de um forte material propagandístico, a CTNP vendeu diversos lotes de terras para pessoas de diferentes origens étnicas, que viram nas terras da companhia uma oportunidade para melhorarem de vida. Foi dessas diferentes origens dos indivíduos que se estabeleceram na região que o norte do Paraná ficou conhecido como um “caldeirão multiétnico” (Arias Neto, 2008).

Esse aspecto multiétnico da região, assim como o de Rolândia, está evidenciado nos túmulos mais antigos do Cemitério Municipal Central, onde nos deparamos com vários sepulcros de indivíduos das mais variadas origens. Alemães, judeus, japoneses, italianos, portugueses, espanhóis, poloneses, iugoslavos, suíços e brasileiros de outras lugares do país estão entre os principais grupos de pessoas que estabeleceram moradia no município em suas primeiras décadas.

Porém, como discutido, o Cemitério Municipal Central de Rolândia vem passando por diversos problemas relacionados à superlotação, que impôs à administração a adoção de medidas drásticas para amenizá-los, sendo a remoção de túmulos considerados abandonados a principal delas. Contudo, essa política acabou sendo nociva ao patrimônio histórico e cultural existente no cemitério, uma vez que os túmulos mais atingidos por essas medidas foram os

mais antigos, justamente aqueles que são indícios desse aspecto multicultural da cidade.

Como vimos, a falta de um critério mais específico que levasse em consideração os elementos históricos, artísticos, arquitetônicos, culturais e religiosos presentes nessas sepulturas foi o principal responsável pela perda de túmulos de grande relevância para o município. Deixamos isso evidente ao longo dos capítulos dois e três, mostrando como esse critério questionável tem sido nocivo para a própria história da cidade que está nos vestígios que encontramos em seu cemitério. Túmulos como o de Rudolf Klumpp e de características budistas então sendo removidos, sendo que outros, ainda estão sendo mantidos pela administração do cemitério, mesmo estando abandonados também.

Assim, para melhor compreensão, tentamos trazer uma abordagem ampla sobre os cemitérios, analisando em particular o caso do Cemitério Municipal Central de Rolândia. Vimos como os cemitérios seculares surgiram no início do século XIX a partir da ótica sanitarista, em contraponto à visão religiosa predominante até então. Inicialmente, eles não foram aceitos por parte da população, que acreditava que os enterros nas igrejas era a última maneira de alcançar o “Reino dos Céus”. Também mencionamos como os cemitérios acabaram se transformando em espaços de devoção e culto aos mortos, enfatizando o seu caráter histórico e patrimonialista, ressaltando sua importância para a comunidade, pois são locais ricos em elementos históricos.

Por serem locais de recordação, vimos como esses espaços podem ser utilizados para análise e compreensão da história da cidade e de uma região, vez que os túmulos são vestígios das pessoas que ali viveram, e que por meio de sua estrutura e seus elementos simbólicos, podemos averiguar os valores culturais e religiosos, bem como o poder político e econômico das famílias e pessoas do município. Dessa forma, levantamos um alerta sobre a necessidade de preservação desse acervo, propondo políticas públicas sensíveis e eficazes que respeitem tanto as necessidades práticas quanto o valor simbólico desses locais. Assim, com esta pesquisa, tomando como fonte o Cemitério Municipal Central de Rolândia, buscamos chamar a atenção sobre a necessidade de conservação do patrimônio histórico e cultural existente nos cemitérios, servindo de alerta para outros municípios que passam pelo mesmo problema.

No que diz respeito ao município de Rolândia, essa pesquisa pode servir como referência para a elaboração de políticas públicas mais eficientes para a preservação do acervo material do cemitério. Essas políticas devem transcender o meio jurídico, focando em propostas educacionais que sensibilizem a população do município sobre a importância histórica e cultural do espaço cemiterial. O turismo cultural pode ser fator chave para a preservação e a valorização do cemitério da cidade e de sua diversidade cultural e étnica.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

ADMINISTRAÇÃO DE CEMITÉRIOS DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA (ACMR) – CEMITÉRIO CENTRAL ROLÂNDIA. **ATENÇÃO: Devido ao fato de algumas famílias não verificarem as publicações sobre túmulos a ACMR identificou com um X Branco, quais estão em estado de abandono ou que estão entrando nesta situação [...].** Rolândia, 25 de agosto de 2023.

Facebook: rolândiacemitérios. Disponível em:

[https://web.facebook.com/photo.php?fbid=791205546130736&set=pb.100057238938993.-2207520000&type=3&locale=pt\\_BR](https://web.facebook.com/photo.php?fbid=791205546130736&set=pb.100057238938993.-2207520000&type=3&locale=pt_BR). Acesso em: 4 set. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA. **Cemitério de Rolândia:** Registro de Inumações. 1936 até 1948.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA. **Cemitério Municipal Central de Rolândia.** Registro de Inumações. 1948 até 1987.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA. **Cemitério Municipal Central de Rolândia.** Registro de Inumações. 1987 até 1987.

### BIBLIOGRAFIA

ADUM, Sonia Maria Sperandio Lopes. **Imagens do progresso:** civilização e barbárie em Londrina – 1930/1960. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis. 1991.

ALBANO, Gleydson Pinheiro; DE SÁ, Alcindo José. Globalização da Agricultura: multinacionais no campo brasileiro. **Revista Terra Livre**, São Paulo, ano 27, v. 1, n. 36, p. 126-151, 2011.

ALMEIDA, Marcelina das Graças de. **Morte, cultura, memória** - múltiplas interseções: uma interpretação acerca dos cemitérios oitocentistas situados nas cidades do Porto e Belo Horizonte. 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2007.

ALMEIDA, Marcelina das Graças de. A cidade e o cemitério: uma experiência em educação patrimonial. **Revista M**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 213-230, jan./jun. 2016.

ALMEIDA, Marcelina das Graças de. Itinerários da memória: O cemitério como espaço simbólico da paisagem da cidade – o Cemitério do Bonfim e a capital mineira. In: **ANPUH-BRASIL** – 30 Simpósio Nacional de História. Recife, 2019. p. 1-18.

ANDRADES, Thiago Oliveira de; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução verde e a apropriação capitalista. **CES Revista**, Juiz de Fora, v. 21, p. 43-56, 2007.

ANTONELLI, Diego. **O dia antes do fim**: 40 anos da Geada Negra. Londrina, jul. 2015. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/40-anos-da-geada-negra/o-dia-antes-do-fim-0cq6bwgyf403z8w3q8e5k6ow5>. Acesso em: 23 abr. 2023.

AFONSO, Liliane Rosa Gomes. **Turismo cemiterial: o cemitério como espaço de lazer**. Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2010). Disponível em: [http://biblioteca.igc.ufmg.br/monografias/Turismo/2010/Liliane%20Rosa%20Gomes%20Afonso/tcc 81.pdf](http://biblioteca.igc.ufmg.br/monografias/Turismo/2010/Liliane%20Rosa%20Gomes%20Afonso/tcc%2081.pdf). Acesso em: 8 abr. 2023.

ANDRÉ, Richard Gonçalves. **Religião e silêncio**: representações e práticas mortuárias entre nikkeis em Assaí por meio de túmulos (1932 – 1950). Tese Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis. 2011.

ANDRÉ, Richard Gonçalves. **O paraíso entre luzes e sombras**: representações de natureza em fontes fotográficas (Londrina, 1934 -1944). Londrina: EDUEL, 2014.

APA. Conceito de Cenotáfio. **Conceitos**: seu novo conceito em dicionário, 2018. Disponível em: <https://conceitos.com/cenotafio/>. Acesso em: 13 abr. 2023.

ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado**: representações da política em Londrina (1930 – 1975). 2 ed. rev. Londrina: EDUEL, 2008.

ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente**: da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ. **Governador sanciona lei que insere Oktoberfest de Rolândia no Calendário Oficial de Eventos**, 2020. Disponível em:

<https://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/governador-sanciona-lei-que-insere-oktoberfest-de-rolandia-no-calendario-oficial-de>. Acesso em: 23 jun. 2023.

BALDUS, Herbert; WILLEMS, Emilio. Casas e Túmulos de Japoneses no Vale da Ribeira do Iguape. **Revista do Arquivo Municipal**, v. 7, n. 77, 1941.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-território: revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.

BARBOSA, Carlos Eduardo Gonzales. **Os yogasutras de Patañjali**. São Paulo: Primeira Edição, 1999. Disponível em: <http://www.centroflordelotus.com.br/ebooks/YogaSutraTradCarlosEBarbosa.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2023.

BASTIANELLO, Elaine Maria Tonini. **Os monumentos funerários do Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé e seus significados culturais: memória pública, étnica e artefactual (1858-1950)**. Dissertação (Mestrado em Memória e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2010.

BRANCO, Anne Kareninne Souza Castelo. Cemitério do Batalhão do Jenipapo (Campo Maior- PI): pensando na tradição antes da intervenção **Contraponto: revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI**, Teresina, v. 6, n. 2, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1937. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 6 dez. 1937. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0025.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm). Acesso em: 20 dez. 2023.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6938.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm). Acesso em: 20 dez. 2023.

BRASIL. Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jul. 1985. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7347orig.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7347orig.htm). Acesso em: 20 dez. 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). **Resolução CONAMA Nº 335**, 3 abr. 2003. Dispõe sobre o licenciamento ambiental dos cemitérios.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). **Resolução CONAMA Nº 368**, 28 mar. 2006. Altera dispositivos da Resolução Nº 335, de 3 de abril de 2003, que dispõe sobre o licenciamento ambiental de cemitérios.

BRASIL. Tribunal Regional da 4ª Região. **Agravo de instrumento nº 2001.04.01.01380-0/PR**. Agravante: Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Agravado: Noemia Rodrigues Binoletto. Relator: Juiz Nylson Paim de Abreu. Porto Alegre, 12 jun. 2001. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/trf-4/8648843/inteiro-teor-102685406>. Acesso em: 7 abr. 2023.

BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.) **Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia**. Porto Alegre: EDIPUCS, 2000.

BELLOMO, Harry Rodrigues. **A estatuária funerária em Porto Alegre (1900-1950)**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1988.

BELLOMO, Harry Rodrigues. O cemitério como fonte Histórica. **Anais do III Encontro de Pesquisadores do Departamento de História**. IFCH – PUCRS. Porto Alegre: [s.e.], 1996.

BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.) **Rio Grande do Sul: aspectos da cultura**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1994.

BELLOMO, Harry Rodrigues. Revolução, lideranças e escultura funerária no Rio Grande do Sul. In: FLORES, Moacyr (Org.). **1893-1895: A revolução dos maragatos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

BORGES, Maria Elizia. **Arte funerária no Brasil (1890-1930)**. Ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto. Belo Horizonte: C/Arte, 2002.

BORGES, Maria Elizia. Imagens devocionais nos cemitérios do Brasil. **XI Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas**. São Paulo: ANPAP, 2001.

BORGES, Maria Elizia. O cemitério como “museu a céu aberto”. **VII Congresso Internacional imagens da morte: tempos e espaços da morte na sociedade**. São Paulo, jul. 2016. Disponível em: <https://www.artefunerariabrasil.com.br/wpcontent/uploads/2019/08/texto-final-cem.-museu-imagens-da-morte-2016.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2023.

CARNEIRO, Maristela. **Construções Tumulares e Representações de Alteridade: materialidade e simbolismo no Cemitério Municipal São José, Ponta Grossa/PR/BR, 1881-2011**. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Direito e Cidadania) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2012.

CARRSCO, Gessonia Leite de Andrade; NAPPI, Sérgio Castello Branco. Cemitérios como fonte de pesquisa, de educação patrimonial e de turismo. **Revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST - museologia e patrimônio**, v. 2, n. 2, p. 46-60, jul./dez 2009.

CARVALHO, Luiza Fabiana Neitzke. **A antiguidade clássica na representação do feminino: pranteadoras do Cemitério Evangélico de Porto Alegre (1890-1930)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2009.

CARVALHO, Luiza Fabiana Neitzke. E agora São José? Reflexões sobre o gerenciamento do acervo tumular da comunidade São José em Porto Alegre – RS. **22 Encontro Nacional da ANPAP – Ecossistemas estéticos**. Belém: Pará, 10 a 15 out. 2013. p. 1835-1848.

CARVALHO, Luiza Fabiana Neitzke. **História e arte funerária dos Cemitérios São José I e II em Porto Alegre (1888-2014)**. Tese (Doutorado em Artes Visuais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA. **Requerimento Nº 132/2009**, 27 abr. 2009. Disponível em: [https://www.cmrolandia.pr.gov.br/proposicoes/Requerimentos/0/1/0/19217\\_](https://www.cmrolandia.pr.gov.br/proposicoes/Requerimentos/0/1/0/19217_). Acesso em: 5 abr. 2023.

CASTRO, Elisiana T. **Aqui também jaz um patrimônio**: identidade, memória e preservação patrimonial a partir do tombamento de um cemitério (o caso do Cemitério do Imigrante de Joinville/SC, 1962-2008). Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2008.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAGAS, Mário. Casas e portas da memória e do patrimônio. **Em questão**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 207–224, 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/2980>. Acesso em: 27 dez. 2023.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras; FAPESP, 1999.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ (CMNP). **História**. Disponível em: <http://www.cmnp.com.br/melhoramentos/historia/>. Acesso em: 28 abr. 2023.

**COMPROMISSO DE BRASÍLIA DE ABRIL DE 1970** - 1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/documento/patrimonio/patrimonio09.asp>. Acesso em: 29 dez. 2023.

COMUNALLE, Viviane. **Patrimônio funerário**: os cemitérios do Vale do Paraíba (1820-1890). Tese (Doutorado em Artes) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo. 2020.

COSTA, Viviani. Municípios buscam alternativas para falta de vagas em cemitérios. **Folha de Londrina**, 2015. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/municipios-buscam-alternativas-para-falta-de-vagas-em-cemiterios-927481.html?d=1>. Acesso em: 16 maio 2023.

DaMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DILLMANN, Mauro. **Morte e práticas fúnebres na secularizada República: Irmandade e o Cemitério São Miguel e Almas de Porto Alegre na primeira metade do século XX**. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. 2013.

DESCUBRA os 5 cemitérios antigos mais famosos do Brasil! **Funeral Sul**, 2019. Disponível em: <https://www.funeralsul.com.br/descubra-os-5-cemiterios-antigos-mais-famosos-do-brasil/>. Acesso em: 15 maio 2023.

FERNANDES, Gabriel D' Avila. **Impactos ambientais em área ocupada por necrópole no Município de Caçapava do Sul – RS**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 2017.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2014.

FRANK, Cristina; LUDWIG, Daiana. **Projeto de TCC em planejamento Turístico**. 1995.

FREYRE, Gilberto. **Em torno de alguns túmulos afro-cristãos**. Salvador: Livraria Progresso, s.d.

FUINI, Pedro. Revolução Farroupilha: conflito iniciado pela elite rio-grandense foi o mais duradouro do Império brasileiro. **Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas** – USP. Editora: Hoje na História, 2022. Disponível em: <https://www.fflch.usp.br/38089#:~:text=Em%20o%20de%20setembro%20de,b rasileiro%2C%20se%20estendendo%20at%C3%A9%201845>. Acesso em: 4 mar. 2023.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra Cássia. Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GALINDO, Clausy Araújo. **Nazismo alemão e as leis de Nuremberg: sentimentos de poder ou ódio?** Presidente Prudente-SP: UNIESP, 2017. Disponível em: [http://UNIESP.EDU.BR/SITES/\\_BIBLIOTECA/REVISTAS/20170531142039.pdf](http://UNIESP.EDU.BR/SITES/_BIBLIOTECA/REVISTAS/20170531142039.pdf). Acesso em: 10 nov. 2023.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. Cemitério São Pedro: espaço de vida, espaço de memória. In: GAWRYSZEWSKI, Alberto. **Patrimônio histórico e cultural: cidade de Londrina-PR**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina; LEDI, 2011.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. Representações e narrativas em cemitérios brasileiros (1850-2005). In: PÉREZ, Marcos González. **Fiestas y nación em América Latina**. Bogotá: Intercultura, 2011.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 264-275, 1988.

GONÇALVES, José Reginaldo. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio. **Horizontes antropológicos**, ano 11, n. 23, 2005.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte**. Disponível em: <https://www.emtu.sp.gov.br/emtu/institucional/quem-somos/vale-do-paraiba-e-litoral-norte.fss>. Acesso em: 8 maio 2023.

GUERRA, Sidney. A tutela constitucional do meio ambiente cultural. **Revista do Curso de Direito da UNIGRANRIO**, Duque de Caxias, v. 4, n. 2, 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HANDA, Tomoo. **O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil**. São Paulo: T.A Queiroz: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

HARFUCH, Livia. **Imigração judaico-alemã para Rolândia na primeira metade do século XX: manifestações identitárias**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul. 2011.

HORTA, Maria de Lourdes; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.

LANFREDI, Geraldo Ferreira. **Política ambiental**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**: Censo de Rolândia – PR. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/rolandia/panorama>. Acesso em: 5 abr. 2023.

ISMÉRIO, Clarisse. Um outro olhar sobre os cemitérios: refletindo à arte cemiterial sob a perspectiva das pesquisas, ações, passeios e eventos culturais. **Revista de teoria da História**, v. 18, n. 2, p.100-115, dez. 2017.

IVANO, Rogério. **Crônicas de fronteira**: imagem e imaginário de uma terra conquistada. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis. 2000.

KOSMINISKY, Ethel Volfson. **Rolândia, a terra prometida**: judeus refugiados do nazismo do norte do Paraná. São Paulo: CEJ/FFLCH, 1985.

MAEYAMA, Takashi. O antepassado, o imperador e o imigrante: religião e identificação de grupo dos japoneses no Brasil rural (1908 -1950). In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi (Orgs.). **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Editoria da Universidade de São Paulo, 1973.

MAIER, Max Hermann. **Um advogado de Frankfurt se torna cafeicultor na selva brasileira**: relato de um imigrante (1938-1975). Rolândia: Gráfica Velox, 1977.

MARTINS, Cintia Vivas. **O bem aventurado morrer**: preparação para a morte e ritos fúnebres em São João del-Rei do século XIX. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei. 2015.

QUEIROZ, Francisco. Os cemitérios históricos e o seu potencial turístico em Portugal. **Anuário 21 Gramas**, n. 1, p. 7-12, 2007. Disponível em: <http://www.21gramas.com>. Acesso em: 6 set. 2020.

REDE, Marcelo. História e cultura material. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro Elsevier, 2012.

RODRIGUES, Luiz. **Revedo a modernização conservadora da agricultura**, jun. 2012. Disponível em: <http://perfildaagricultura.blogspot.com.br/2012/07/revendo-modernizacao-conservadora-da.html>. Acesso em: 23 abr. 2023.

ROLÂNDIA (PR). **Lei Nº 2399, de junho de 1994**. Dispõe sobre cemitérios e dá outras providências. Rolândia, PR: Câmara Municipal de Rolândia, 1994. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/r/rolandia/lei-ordinaria/1994/240/2399/lei-ordinaria-n-2399-1994-dispoe-sobre-cemiterios-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 20 abr. 2023.

RÖLKE, Helmar. Outros estados alemães de onde vieram imigrantes. In: RÖLKE Helmar. **Raízes da imigração alemã**: história e cultura alemã no estado do Espírito Santo. Vitória-ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016. p. 84 e 192.

MAIFEST 2018: Festa cultural alemã em Rolândia. **LondrinaTur**, Londrina, 3 maio 2018. Disponível em: <https://www.londrinatur.com.br/noticia/maifest-2018-festa-cultural-alema-em-rolandia/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

MARTINS, João Cândido. Romário Martins: político, guardião da história e líder do paranismo. **Câmara Municipal de Curitiba**, 2022. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/romario-martins-politico-guardiao-da-historia-e-lider-do-paranismo>. Acesso em: 20 dez. 2023.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do ouro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. A mecanização do cultivo com tração animal e a revolução dos transportes. In: MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas do mundo**: do neolítico a crise contemporânea. São Paulo: UNESP, 2010. p. 397-417.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos históricos**, n. 21, 1998.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Lei do tombamento completa 80 anos, mas continua atual. **Revista consultor jurídico**, 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-dez-09/ambiente-juridico-lei-tombamento-completa-80-anos-continua-atual/>. Acesso em: 26 dez. 2023.

MUNDIN, Luis Gustavo Molinari. As necrópoles como patrimônio cultural: reflexões sobre o inventário do Cemitério do Bonfim em Belo Horizonte. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, jul. 2011.

NOGUEIRA, Renata. **Quando um cemitério é patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p.7-28, 1993.

NIGRO, Cíntia. Territórios do patrimônio: tombamentos e mobilizações sociais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (Orgs.). **Dilemas urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003.

NIXDORF, Oswald. **Um pioneiro na selva brasileira**: a história de aventuras da colônia alemã de Rolândia. Londrina: EDUEL, 2016.

NUNES, José Luiz Alves. A formação do território paranaense. In: NUNES, José Luiz Alves . **1963**: o Paraná em chamas. Londrina: Ed. Do autor, 2013. p. 137-153.

OBBERDIEK, Hermann lark. **Fugindo da morte**: imigração de judeus alemães para Rolândia/PR, na década de 1930. 2. ed. Londrina: EDUEL, 2007.

OLIVEIRA, Lívia de. Com apenas 25 terrenos disponíveis nos cemitérios urbanos, famílias de Londrina podem ter que optar por vagas provisórias ou cemitérios rurais. **CBN Londrina**, 2021. Disponível em: <https://cbnlondrina.com.br/materias/com-apenas-25-terrenos-disponiveis-nos-cemiterios-urbanos-familias-de-londrina-podem-ter-que-optar-por-vagas-provisorias-ou-cemiterios-rurais>. Acessado em: 15 maio 2023.

PAULA, Jônatas Luiz Moreira de. **Direito processual ambiental**. Porto Alegre: S.A. Fabris, 2009.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, n. 2, 1989.

PREFEITURA DE CAMBÉ faz a ampliação do número de túmulos no Cemitério Municipal. **Portal Cambé**, 2021. Disponível em:

<https://www.portalcambe.com.br/prefeitura-de-cambe-faz-a-ampliacao-do-numero-de-tumulos-no-cemiterio-municipal/>. Acesso em: 18 maio 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA. **Prefeitura soluciona problema e assina contrato para aquisição de novo cemitério**, 30 de outubro de 2012.

Disponível em:

<https://www.rolandia.pr.gov.br/?pag=T1RVPU9EZz1PV0k9T1RrPU9UUT1OMIE9T0dNPU9XST1PR1U9T0dNPU9HWT1PV009T1dZPQ==&id=2247>. Acessado em: 3 abr. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA. **Informe**: notificação Cemitério Municipal, 9 maio 2018. Disponível:

[https://www.rolandia.pr.gov.br/?pag=T1RVPU9EZz1PV0k9T1RrPU9UUT1OMIE9T0dNPU9XST1PR1U9T0dNPU9HWT1PV009T1dZPQ==&id=7690\\_](https://www.rolandia.pr.gov.br/?pag=T1RVPU9EZz1PV0k9T1RrPU9UUT1OMIE9T0dNPU9XST1PR1U9T0dNPU9HWT1PV009T1dZPQ==&id=7690_) Acesso em: 3 abr. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA. **Informe**: Novo Cemitério Municipal, 12 jul. 2018. Disponível:

[https://www.rolandia.pr.gov.br/?pag=T1RVPU9EZz1PV0k9T1RrPU9UUT1OMIE9T0dNPU9XST1PR1U9T0dNPU9HWT1PV009T1dZPQ==&id=7982\\_](https://www.rolandia.pr.gov.br/?pag=T1RVPU9EZz1PV0k9T1RrPU9UUT1OMIE9T0dNPU9XST1PR1U9T0dNPU9HWT1PV009T1dZPQ==&id=7982_) Acesso em: 3 abr. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA. **Novo Cemitério Municipal está pronto para receber sepultamentos; falta uma licença do IAP**, 22 set. 2019.

Disponível:

[https://www.rolandia.pr.gov.br/?pag=T1RVPU9EZz1PV0k9T1RrPU9UUT1OMIE9T0dNPU9XST1PR1U9T0dNPU9HWT1PV009T1dZPQ==&id=9840\\_](https://www.rolandia.pr.gov.br/?pag=T1RVPU9EZz1PV0k9T1RrPU9UUT1OMIE9T0dNPU9XST1PR1U9T0dNPU9HWT1PV009T1dZPQ==&id=9840_) Acesso em: 3 abr. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA. **Notificação Cemitério Municipal**, 22 fev. 2019. Disponível:

[https://www.rolandia.pr.gov.br/?pag=T1RVPU9EZz1PV0k9T1RrPU9UUT1OMIE9T0dNPU9XST1PR1U9T0dNPU9HWT1PV009T1dZPQ==&id=9056\\_](https://www.rolandia.pr.gov.br/?pag=T1RVPU9EZz1PV0k9T1RrPU9UUT1OMIE9T0dNPU9XST1PR1U9T0dNPU9HWT1PV009T1dZPQ==&id=9056_) Acesso em: 3 abr. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA. **Abertas as inscrições para Rainhas e Princesas da 30º Oktoberfest**, 2019. Disponível em:

<https://www.rolandia.pr.gov.br/index2.php?pag=T1RVPU9EZz1PV0k9T1RrPU9UUT1OMIE9T0dNPU9XST1PR1U9T0dNPU9HWT1PV009T1dZPQ==&id=10385>. Acesso em: 23 jun. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA. **Terrenos abandonados no cemitério serão revertidos para o Município**, 9 fev. 2019. Disponível em:

<https://www.umuarama.pr.gov.br/noticias/acesf/terrenos-abandonados-no-cemiterio-serao-revertidos-para-o-municipio>\_Acesso em: 29 maio 2023.

PRÜSE, Friedrich. O “Roland” e Rolândia: notas que acompanham a inauguração de uma estátua do Roland na cidade brasileira de Rolândia. In: PRÜSE, Friedrich . **Roland und Rolandia: Zur Aufrichtung eines Bremer Rolandes im brasilianischen Rolandia**. Bremen: Internationale Verlagsgesellschaft Robert Bargmann, 1957.

SCHEWENGBER, Cláudia Portellinha. **Aspectos históricos de Rolândia**. Cambé: Imprensa WA Ricieri Gráfica, 2003.

SEGOVIA, Rodrigo da Costa; COLVERO, Ronaldo Bernardino. Cemitério: patrimônio cultural material e fonte de turismo como possibilidades. **Conexões Culturais** - revista de linguagens, artes e estudos em cultura, v. 1, n. 2, p. 191-210m 2015.

SÉGUIN, Elida. **Estatuto da cidade**: promessa de inclusão social, justiça social. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

SHOJI, Rafael. O Budismo étnico na religiosidade nikkey no Brasil: aspectos históricos e formas de sobrevivência social. **Revista de estudos da religião**, n 4, p. 47-80, 2002.

SIAL, Vanessa Viviane de Castro. **Das igrejas ao cemitério**: políticas públicas sobre a morte no Recife do Século XIX. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2005. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/330300>. Acesso em: 24 maio 2023.

SILVA, Justino Adriano Farias da. **Tratado de direito funerário**. São Paulo: Método Editora, 2000. v. 2.

SILVA, Kelen Katia Prates; CARVALHO, Carlos Eduardo Souza de. A construção da identidade nacional durante a era Vargas: os políticos, os intelectuais e o futebol. **Revista outras fronteiras**, Cuiabá, v. 3, n. 1, 2016.

SILVA, Leonardo Gonçalves. **A epistolografia jesuítica do século XVI**: identificação e análise das primeiras normas epistolares da Companhia de Jesus (1547 a 1565). Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2018.

STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. **História do Paraná: do Século XVI à década de 1950**. Londrina: EDUEL, 2002.

SOARES, Marco Antônio Neves. **Da Alemanha aos trópicos: identidades judaicas na terra vermelha (1933-2003)**. Londrina: EDUEL, 2012.

SOARES, Miguel Augusto Pinto. **Representações da morte: fotografia e memória**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2007.

TAVARES, Davi Kiermes et. al. Cemitério: patrimônio cultural material e fonte de turismo como possibilidades. **Conexões Culturais** - revista de linguagens, artes e estudos em cultura, n. 1, n. 2, p. 191-210, 2015.

TESSARO, Danilo de Longhi. **Identidade nipônica em Rolândia (Paraná): religião e etnicidade de nipo-brasileiros por meio da análise de túmulos no cemitério São Pedro (1930-1970)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual de Londrina, 2019.

TESSARO, Danilo de Longhi. Jornadas pelo Cemitério Municipal de Rolândia – PR: os conceitos de Michel de Certeau e a cultura material presentes nos cemitérios. **Pranja**: revista de culturas orientais, v. 2, n. 3, jul./dez. 2021.

TOMAZI, Nelson D. **Certeza de lucro e direito a propriedade: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis. 1989.

USARSKI, Frank. O budismo de imigrante japonês no âmbito do budismo brasileiro. **Dossiê: espiritualidades, filosofias e religiões do Oriente**, Belo Horizonte, v. 14, n. 43, p. 717-739, 2016.

VALLADARES, Clarival do Prado. **Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972. 2 v.

VILLANUEVA, Orion. Rolândia: **terra de pioneiros**. [s.l.]: Gráfica Ipê, 1974.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 10. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

WARNKEN, Philip F. A influência da política econômica na expansão da soja no Brasil. **Artigos de política agrícola**, ano. VIII, n. 1, jan./fev./mar. 1999.

Disponível em:

<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/674/628>. Acesso em: 28 dez. 2023.

YAMAMOTO, Beatriz. Cultura Alemã é celebrada no Maifest: tradicional festa de rua em São Paulo celebra sua 22ª edição, proporcionando diversão e integração cultural. **Agent** – Jornalismo PUC, São Paulo, 19 jun. 2023.

Disponível em: <https://agemt.pucsp.br/noticias/cultura-alema-e-celebrada-no-maifest>. Acesso em: 23 jun. 2023.

ZIRONDI, Mariana. **História**. Revista institucional da Prefeitura de Rolândia. Ed. 71 anos de Rolândia, 2014.

## Anexos

### Anexo 1 – Artigo 225 da CF/88

**Art. 225.** Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

**§ 1º** Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

**I** - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; (Regulamento)

**II** - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; (Regulamento)

**III** - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; (Regulamento)

**IV** - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; (Regulamento)

**V** - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente; (Regulamento)

**VI** - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

**VII** - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade. (Regulamento)

**VIII** - manter regime fiscal favorecido para os biocombustíveis e para o hidrogênio de baixa emissão de carbono, na forma de lei complementar, a fim de assegurar-lhes tributação inferior à incidente sobre os combustíveis fósseis, capaz de garantir diferencial competitivo em relação a estes, especialmente em relação às contribuições de que tratam o art. 195, I, "b", IV e V, e o art. 239 e aos impostos a que se referem os arts. 155, II, e 156-

A. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

**§ 2º** Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

**§ 3º** As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

**§ 4º** A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais. (Regulamento)

**§ 5º** São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

**§ 6º** As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

**§ 7º** Para fins do disposto na parte final do inciso VII do § 1º deste artigo, não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, conforme o § 1º do art. 215 desta Constituição Federal, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 96, de 2017).



**Anexo 3 – Página da ACMR informando sobre túmulos marcados com X**

 ACMR - Cemitério Central Rolândia  
25 de agosto de 2023 · 🌐

**ATENÇÃO:**  
Devido ao fato de algumas famílias não verificarem as publicações sobre túmulos a ACMR identificou com um X Branco, quais estão em estado de abandono, ou que estão entrando nesta situação.  
São considerados estado de abandono às construções Funerárias que não venham recebendo periodicamente os serviços de limpeza e conservação e que tragam sinais de estragos e deteriorações.  
Bastando as famílias verificar se o túmulo(s) estão marcados.  
Se estiverem é só melhorar as condições nem que for só uma pintura



**Fonte:** Página da Administração de Cemitérios do Município de Rolândia (ACMR) no Facebook.

#### Anexo 4 – Página da ACMR informando sobre o sepultamento de número 30.000

**ACMR - Cemitério Central Rolândia** 27 de julho de 2023 · 🌐

Cemiterio Central chega a **30000** sepultamentos  
 O primeiro sepultamento foi realizado em 20 de agosto de 1936.  
 E no dia de ontem chegou a este número.  
 No cmt parque já estão sepultados 177  
 No bartira 384  
 E no São Rafael 282

👍👏 49 11 comentário 3 compartilhamentos

👍 Curtir Comentar Compartilhar

Ver mais comentários

**[Redacted]**  
 E nós da Funerária Santa Terezinha fazemos parte dessa história. Funerária Santa Terezinha há mais de 70 anos na cidade, meu saudoso avô Vicente Esteves Ferreira pioneiro em Rolândia ,meu Pai Gesiel Esteves , Sr Pedro , deixaram sua marca. E Nós netos ... Ver mais  
 25 sem Curtir Responder Editado 23  
**[Redacted]** 4 respostas

Comente... 🌟 🗨️ 😊 📄 📷

---

**ACMR - Cemitério Central Rolândia** 26 de julho de 2023 · 🌐

A ACMR Administração de Cemitérios do Município de Rolândia informa o falecimento de Adenilson Da Silva 41 anos o velório está sendo realizado na Capela da Vila Oliveira e o sepultamento será no dia 27/07 as 9:00 horas no Cemitério parque das Hortências

👍👏 19 6 comentário

Fonte: Página da Administração de Cemitérios do Município de Rolândia (ACMR) no Facebook.

**Anexo 3 – Jazigo da família Igarashi**

Fonte: TESSARO, D. L. **Jazigo da Família Igarashi**, 2021. 1 fot.: colorida; 866 x 997 px